

Ladislau Dowbor

RESGATAR A FUNÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA

Uma questão de dignidade humana

13 de setembro de 2022

Sumário

I – PEQUENA HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO	3
• A eterna exploração.....	4
• O equilíbrio precário: produzir o que, e para quem?	6
• Estado, empresa e sociedade civil	8
• O capitalismo financeiro	10
• O rentismo se torna dominante	16
II – MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO FINANCEIRA	21
III – A SUBUTILIZAÇÃO DOS POTENCIAIS EXISTENTES	43
IV – RESUMO DE POLÍTICAS: PROPOSTAS	51
• O potencial das plataformas colaborativas	65
REALISMO E ESPERANÇAS	72

RESGATAR A FUNÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA

Uma questão de dignidade humana

A desigualdade é antes de tudo uma construção social, histórica e política

Thomas Piketty¹

“Podemos certamente dizer que a nossa proficiência tecnológica excede de longe o nosso desenvolvimento moral, social e político”

Oliver Stone e Peter Kuznick²

I – PEQUENA HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO

A revolução digital está tendo impactos tão profundos quanto em outra era teve a revolução industrial. O que chamamos de capitalismo tem as suas raízes na industrialização, que envolveu transformações das técnicas, mas também das relações sociais de produção, com o trabalho assalariado e o lucro do capitalista, além de um marco jurídico centrado na propriedade privada dos meios de produção. Com a revolução digital, que envolve uma expansão radical das tecnologias, bem como a generalização da economia imaterial, a conectividade global, o dinheiro virtual e o trabalho precário, a própria base da sociedade capitalista se desloca. Em particular, a apropriação do produto social por minorias ricas, mas improdutivas, já não exige geração de emprego e produção de bens e serviços na mesma escala. Passa pela intermediação do dinheiro, do conhecimento, das comunicações e das informações privadas. Onde dominava a fábrica hoje temos o domínio das plataformas em escala planetária, que exploram não só as pessoas, por exemplo através do endividamento, mas também as próprias empresas produtivas, através dos dividendos pagos a acionistas ausentes (*absentee owners*).

O presente estudo está centrado precisamente no que está mudando no que chamamos de modo de produção capitalista. A atividade industrial permanece, sem dúvida, como permaneceu a atividade agrícola diante da revolução industrial, mas o eixo de dominação e controle já não está nas mãos dos capitães da indústria, está na mão dos gigantes financeiros como BlackRock, de plataformas de comunicação como Alphabet, de ferramentas de manipulação como Meta (Facebook), de intermediários comerciais como Amazon. O mecanismo de apropriação do excedente social mudou, e com isso mudou a própria natureza do sistema. Estamos no meio de uma transformação profunda

¹ Thomas Piketty. *Histoire de l'égalité* (2021, p. 20). « L'inégalité est avant tout une construction sociale, historique et politique. »

² Oliver Stone and Peter Kuznick. *The untold history of the United States* (Gallery Books, New York, 2019). “It can certainly be said that our technological proficiency far exceeds our moral, social, and political development” (p. 734)

da sociedade, nas suas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, gerando o que tem sido chamado de crise civilizatória. Estamos transitando para outro modo de produção, e o presente estudo sistematiza os novos mecanismos. Na última parte propomos caminhos

- **A eterna exploração**

Em diversas eras e sociedades, a apropriação do produto social por minorias sempre esteve no centro da organização da sociedade como um todo. O ponto de partida é a própria existência do excedente social. Quando a produtividade de uma sociedade se eleva, permitindo que se produza mais do que o básico necessário para as famílias, aparecem elites que reivindicam, por alguma razão, e com justificativas mais ou menos duvidosas, o direito a ter mais do que os outros, apropriando-se do produto de terceiros.

No modo de produção escravagista, apropriavam-se do que produzem os escravos, uma apropriação baseada na força, e explicada como legítima propriedade de pessoas. Quando Lincoln consegue que se aprove, no século 19, o fim da escravidão, não se indenizou os escravos, e sim os donos de escravos, por perderem “propriedade”. Sempre houve explicações, que hoje chamamos de narrativas, para justificar o absurdo: eram pretos, ou selvagens, ou não teriam alma, como se dizia na época, ou ainda foram capturados em “guerra justa”, como também se dizia. O essencial era que produzissem um excedente, que permitia o luxo dos proprietários e o financiamento da repressão aos numerosos levantes. Era o modo de produção escravagista, injusto, mas estável, durou muitos séculos, inclusive com leis que regiam o sistema da propriedade de seres humanos e religiões que as sacramentavam. A razão do mais forte sempre busca parecer justa.

No sistema feudal, elites se apropriaram da terra, base de qualquer economia antes que surgissem as máquinas. Os senhores feudais, por razões diversas, mas essencialmente por disporem de armas e fortificações, em luta uns com os outros, terminavam por delimitar os feudos, sendo que a população rural que vivia nas terras não seria propriedade do aristocrata, mas seria sim regida por sistemas complexos de obrigações que a proibiam de deixar o feudo. Os homens eram servos, serviam. O excedente produzido era apropriado, na Idade Média e em grande parte da Renascença – na Rússia até 1917 – pelos “senhores”. Os trabalhadores da terra eram obrigados a ceder aos aristocratas grande parte da sua produção, riqueza que permitia que o nobre tivesse um castelo, vivesse com luxo, e pudesse pagar a tropa que assegurava que o sistema se mantivesse.

Aqui também houve inúmeras revoltas e repressões. Parte do excedente servia também para sustentar os conventos, numa religião que, a partir do século IV, aliara-se aos poderosos, e justificava o sistema como vontade divina. As leis asseguravam a coerência do sistema, as regras do jogo por assim dizer, inclusive, por exemplo, na

Europa, o *jus primae noctis*, que dava ao aristocrata o direito de se apropriar da primeira noite de casamento de uma camponesa. Os poderosos gostam da legalidade, conquanto sejam eles a fazer as leis. E para os que a contestavam havia também a inquisição e outros sistemas repressivos. De toda forma, era um modo de produção, também durou séculos, definido por uma base econômica, a terra, relações sociais de produção, a servidão, e formas de extração do excedente sob forma de imposições de diversos tipos. O conjunto era regido por regras, em boa parte respeitadas. A apropriação do excedente era baseada nas leis, justificadas pelo sangue azul dos nobres, sancionada pela igreja com narrativas, e garantida pela repressão militar. Os bailes de Versalhes ou de Viena tinham de ser financiados por alguém. Witold Kula, um historiador polonês, escreveu para o sistema feudal o que Marx escreveu para o sistema capitalista. Era um sistema, um modo de produção.

Ainda que os dois sistemas que mencionamos acima, o escravagista e o feudal, nos pareçam hoje historicamente distantes, precisamos lembrar que a escravidão no Brasil existiu até o fim do século 19, nos Estados Unidos até a Guerra de Secessão, que a exploração das populações colonizadas era geral e durou até meados do século passado, e que o sistema de *apartheid* durou até ontem na África do Sul e perdura ainda na Palestina. Nem os Estados Unidos nem o Brasil lograram ainda absorver e ultrapassar a opressão e as desigualdades herdadas do passado escravagista, a África enfrenta penosamente a reconstrução necessária. O passado não é assim tão distante. É um rabo longo que demora a passar. Para muitos povos que com o fim do colonialismo foram erigidos em países, ainda é estruturalmente decisivo.³

O modo de produção capitalista nos aparece com outro nível de legitimidade. Na base da transformação esteve o avanço científico, a revolução energética, o aumento da produtividade e, portanto, a possibilidade de gerar um ciclo sustentado de enriquecimento social. O *Liberté, Egalité, Fraternité* da Revolução Francesa ecoou pelo mundo. Com o Iluminismo, a busca dos valores na sociedade passara a abrir frestas no obscurantismo, reduzira-se o número de mulheres queimadas como bruxas (“não permitirás que as bruxas vivam” instrui a Bíblia, Exodus 22:18), geraram-se a visão de enriquecimento como fruto legítimo do esforço, e o conceito do mérito como virtude. A narrativa evoluiu. O trabalhador passou a ter a liberdade de pedir emprego e de ser explorado. A revolução industrial trouxe outro nível de produtividade, aumentou a prosperidade, mas não para todos. Um avanço, sem dúvida, e o mecanismo de exploração evoluiu, mas se mantém, as narrativas mudam, e a repressão se moderniza. Em particular, a exploração e violência mais direta se deslocam para o Sul.

No estudo *A Formação do Terceiro Mundo* apresentamos a dimensão global que o capitalismo adquire, em que a industrialização da Inglaterra, sistema bem capitalista, se apoiou na reprodução da escravidão nos Estados Unidos e outros países que lhe forneciam matéria prima. O capitalismo do império britânico não teve reticências em usar de escravidão, trabalho forçado e massacres em diversas partes do mundo, e hoje

³ Para o Brasil, ver o estudo de Mário Theodoro, *A Desigualdade Social* (Zahar, 2022).

assistimos impressionados à Inglaterra se desculpando pelo que fez na Índia, no Quênia e tantos outros países, à França pedindo desculpas a países africanos pelas violências do passado, os Estados Unidos pelo que fizeram no Irã. Daqui a alguns anos irão se desculpar pelo que fizeram no Afeganistão. Lembremos que a Bélgica, no Congo, foi responsável por milhões de mortes, processo documentado no estudo *O Fantasma do Rei Leopoldo*, de Adam Hochschild. A prosperidade dos países hoje ricos não se deve apenas à produtividade e racionalidade do sistema capitalista. A *fraternité* tem claros limites. Muitos até hoje não se dão conta dos subsistemas primitivos e violentos em que se apoiou o chamado liberalismo capitalista. O Brasil contribuiu muito.

Em termos gerais, o sistema capitalista dos países ricos se baseou em articulações com sistemas pré-capitalistas nos países colonizados ou simplesmente dependentes. Samir Amin, em livro clássico, chamou corretamente este sistema de ‘acumulação do capital em escala mundial’. Essa dimensão da acumulação permitiu uma apropriação do excedente, por meio da exploração dos trabalhadores e apropriação da mais valia nos países centrais, mas também por meio da exploração colonial direta ou a troca desigual, com a narrativa de trazer a civilização aos povos primitivos, e evidentemente com a força militar. A religião, aqui também, frequentemente serviu de bálsamo civilizatório. Isso foi ontem, meus anos de universidade eram contemporâneos com as lutas de libertação nas colônias. Hoje temos países independentes, que podem decidir livremente por quem serão explorados, se por sistemas de endividamento ou de troca desigual, ou ambos. A exploração muda de forma, as narrativas atualizam o discurso, o controle militar se torna mais sofisticado. Mas estamos sempre servindo elites.

- **O equilíbrio precário: produzir o que, e para quem?**

Essa pequena retrospectiva nos ajuda a lembrar a que ponto a barbárie que hoje nos chocaria – a escravidão, a servidão, o colonialismo, o apartheid – ainda é próxima, e a que ponto sobrevive e penetra no nosso cotidiano. Basta olhar a cor das pessoas nas nossas favelas ou nos bairros das periferias urbanas e nas prisões nos Estados Unidos. Também devemos atentar para o impacto que têm as diversas formas de organização dos países em desenvolvimento, não só porque seguem em grande parte especializados em produtos primários, o que trava a modernização, mas porque quem exporta precisa da mão de obra apenas para o trabalho, não para o consumo: o produto vai para o mercado externo, e o consumo das elites é em boa parte garantido por produtos importados. Para quem produz para o mercado externo, e importa os produtos acabados, não é indispensável o poder de consumo dos seus trabalhadores. Em pleno século XXI no Brasil, a reprimarização gera o mesmo desprezo pela elevação da capacidade de consumo da população, e trava a industrialização.

A miséria impressionante dos trabalhadores, coisa que vemos até hoje no que chamamos de países em desenvolvimento, mesmo com presença de tecnologias mais avançadas,

resulta dessa forma de acumulação de capital, em que dinamizar a capacidade de compra da base da sociedade não é essencial, pois o ciclo de acumulação se fecha em boa parte no exterior. Ao mesmo tempo, o avanço tecnológico torna a necessidade de contratar mão de obra menos essencial, pelo processo de substituição. Assim que há modernização tecnológica, mas com pouca transformação das relações sociais, perpetuando a desigualdade e a pobreza. É a herança social da relação Norte-Sul. O leitor interessado nesse mecanismo poderá consultar o meu *Formação do Capitalismo no Brasil*. A ideia essencial, que tive oportunidade de discutir tanto com Samir Amin como com Caio Prado Júnior, é que o ciclo de reprodução do capital dos países pobres se fecha no exterior, a necessidade de mão de obra se reduz, e a troca desigual e o endividamento asseguram o resto. A modernidade tecnológica convive sem problemas com exploração em grande medida pré-histórica.⁴

Nos próprios países industrializados, no chamado Ocidente que representa cerca de 15% da população mundial, a tensão entre aumentar a exploração e assegurar a capacidade de compra da população se colocou com força. Foi preciso o mundo capitalista dominante enfrentar a crise de 1929 para que se tomasse consciência de que não basta produzir, é preciso assegurar o consumo para fechar o ciclo de acumulação de capital. As exportações para os países mais pobres, em troca de matérias primas, não seriam suficientes, e o *New Deal* de Roosevelt tem na sua essência a geração, por meio do Estado, de maior capacidade de compra por parte da população em geral. Sherwood, que escrevia os discursos do Roosevelt, detalhou o programa em brilhante livro, *Roosevelt and Hopkins*. Hopkins foi importante na execução do *New Deal*.

A Guerra de Secessão, nos anos 1860, além da libertação dos escravos, tinha rompido o ciclo colonial do algodão trocado por importações britânicas, interiorizando o ciclo de reprodução de capital, nas novas relações entre o Nordeste industrial e o Sul produtor de matéria prima. Mas foi o *New Deal* que gerou uma incorporação ampla da população americana na prosperidade. O consumo na base da sociedade, financiado inicialmente pelo Estado, gerou demanda, logo redução dos estoques acumulados nas empresas, e em seguida a retomada da produção, logo aumento do emprego, gerando ainda mais demanda, permitindo um ciclo de acumulação do capital desta vez de forma equilibrada. Eric Hobsbawm, no livro *A era dos extremos*, detalha essa transformação econômica e cultural.

Entre os aportes de Keynes que demonstrou a necessidade de se assegurar a demanda agregada, o impacto do sucesso do *New Deal*, e o bom senso de um Henry Ford afirmando que bons salários eram necessários para que os seus carros fossem comprados, abriu-se uma nova visão: a do *Welfare State*, o Estado de Bem-Estar. Não se podia mais dizer que os trabalhadores não teriam a ganhar com o capitalismo. Por uma vez, e em particular durante os 30 anos “gloriosos” do pós-guerra, tivemos uma

⁴ Estudamos a articulação do sistema capitalista dominante com as formas pré-capitalistas no Brasil no livro *A Formação do Capitalismo no Brasil*, publicado pela editora Brasiliense, disponível online em <https://dowbor.org/2010/09/1-dowbor-formacao-do-capitalismo-no-brasil-ensaio-teorico-ed-brasiliense-sao-paulo-2010-isbn-978-85-11-00153-2-227p.html>

dinâmica impressionante nos países ricos, com o equilíbrio da capacidade de produção e da demanda social, da dinâmica empresarial e do investimento público. Em termos políticos, gerou-se a socialdemocracia.

Lembremos, uma vez mais, que para uma economia exportadora de bens primários que importa bens industrializados, o mercado está no exterior, e as tecnologias substituem empregos, assim, expandir os empregos e aumentar os salários dos trabalhadores não seriam prioridades. Angola exporta petróleo e importa bens de consumo para as elites, além de rolar a dívida externa. Na América Latina, quando se tenta democratizar a economia, voltam ditaduras. Podemos ter democracia, conquanto não a usemos: o resultado é uma democracia política formal, o voto, sem a democracia econômica. A pandemia Covid-19 apenas veio escancarar a fratura econômica, política e social. No Brasil hoje, um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, temos 19 de milhões de pessoas que passam fome; e 116 milhões em situação de insegurança alimentar, em pleno 2022. Com um andar acima em termos de tecnologia e de volumes de extração, chegamos a um novo tipo de tecno-colonialismo. Com algumas exceções, como evidentemente a China, e também alguns tigres asiáticos, a fratura planetária do capitalismo eleva o seu patamar tecnológico, mas se aprofunda.

- **Estado, empresa e sociedade civil**

Na realidade, como nos lembra Mariana Mazzucato no seu excelente *O Estado Empreendedor*, a dinâmica dos anos gloriosos do pós-guerra, desse Estado de Bem-estar Social, foi fruto da forte participação das iniciativas públicas. Por um lado, porque o Estado assegurou um sistema tributário progressivo que permitia manter um razoável equilíbrio social, por meio de um conjunto de políticas redistributivas. Por outro lado, o Estado assumiu uma série de políticas como executor, em particular expandindo o acesso gratuito universal aos serviços de saúde, à educação, à segurança, às infraestruturas básicas e outros setores, que tanto melhoraram o bem-estar das famílias com o acesso aos bens e serviços de consumo coletivo, como melhoraram a produtividade da economia ao expandir infraestruturas como transporte, energia, telecomunicações, água e saneamento básico, investimentos esses que facilitam muito o funcionamento das próprias empresas privadas. Os sistemas públicos de pesquisa, que podem se dar ao luxo de desenvolver a chamada pesquisa fundamental, nos trouxeram as principais inovações científicas, desde o DNA até os microprocessadores, a informática, a internet e tantas outras transformações tecnológicas. Até a telinha do celular que podemos manipular com um dedo resulta de pesquisa em instituições públicas, ainda que para nós apareça como Samsung ou Apple. O Estado não foi o problema, foi parte fundamental da solução.

As organizações da sociedade civil, tanto sindicatos como inúmeras organizações não-governamentais, complementaram o equilíbrio do conjunto, o que poderíamos chamar

de arquitetura social, processo decisório equilibrado pela convergência organizada dos diferentes interesses. Essa dimensão muito subestimada do equilíbrio político geral é essencial. Setores que se agigantaram na sociedade, como saúde, educação, segurança e outras políticas sociais não se colocam nas prateleiras de supermercados, são serviços capilares que têm de chegar a cada criança, a cada pessoa em cada rua, de maneira diferenciada e personalizada, exigindo gestão descentralizada e participativa. A sociedade organizada na base é essencial para o sistema funcionar. O sueco médio participa de 4 organizações não governamentais, acompanha a escola do bairro, as políticas ambientais, o orçamento da cidade. Kroeber, no seu excelente *China's Economy*, constata que a China é ainda mais descentralizada do que a Suécia. Democracia resumida ao voto é uma construção frágil, quando não um engodo.⁵

Este modelo de acumulação de capital, com um razoável equilíbrio do Estado, das empresas e da sociedade civil, em que pesem as desigualdades e em particular os dramas dos países em desenvolvimento, representou um modelo de acumulação de capital dinâmico que ainda povoa o imaginário quando falamos de capitalismo, do modo de produção capitalista. Mas, o capitalismo que hoje predomina mudou, e não dá muita importância às nossas saudades. O essencial, ao examinarmos as transformações em curso, é que o capitalismo da fase socialdemocrata explorava os trabalhadores, mas para explorar um trabalhador precisaria pelo menos assegurar-lhe um emprego: é o condicionamento e limitação da mais valia extraída por baixos salários. Por outro lado, para ter para quem vender os produtos, cujo volume se expandia com as novas tecnologias, precisaria limitar a exploração, assegurar salários mais decentes e políticas sociais e, obviamente, gerar empregos.

Nesse modelo de acumulação, portanto, a apropriação do excedente social pelas elites encontrava limites, tanto pela forma de geração de mais valia, baseada na exploração salarial, como pela necessidade de manter uma elevada demanda agregada, para ter para quem vender. Seria realista também lembrar que a presença de um urso poderoso no Leste tendia a tornar os capitalistas mais flexíveis em termos políticos. Tudo isso iria mudar, levando a um deslocamento profundo no cerne do modo capitalista de produção, que é o mecanismo de acumulação do capital, a forma de geração e de apropriação do excedente social.

Os “trinta anos gloriosos” do pós-guerra foram um sucesso, limitado aos hoje países desenvolvidos, e duraram, precisamente, apenas 30 anos. Os capitalistas se apropriaram da glória do sucesso, proclamando o livre-mercado, a propriedade privada e a livre-iniciativa como solução definitiva para a humanidade. *There is No Alternative (TINA)*,

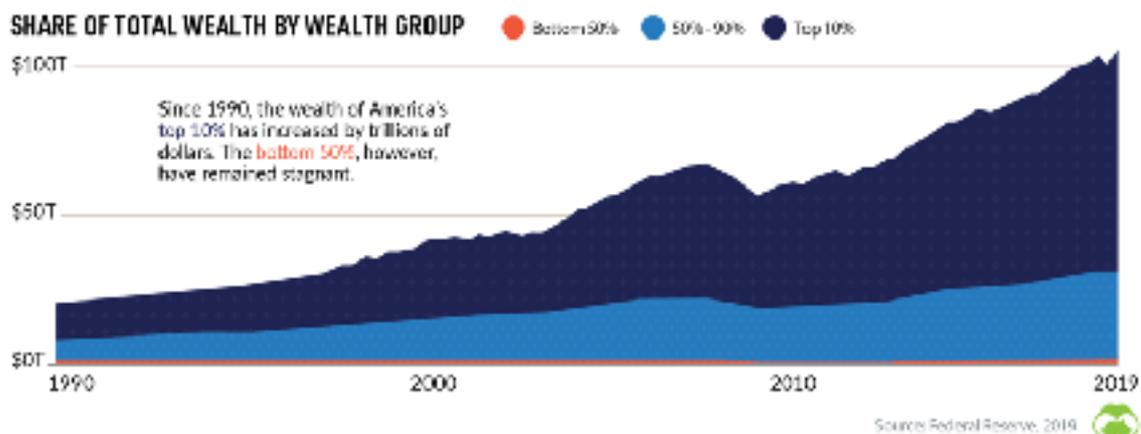
⁵ O estudo de Arthur R. Kroeber, *China's Economy* (Oxford, 2016) ajuda na compreensão das dinâmicas da China, que adotou um sistema misto de organização econômica e social a partir de 1978. Sobre a China temos muitas opiniões e simplificações ideológicas, mas pouco conhecimento e compreensão. Ver resenha em: <https://dowbor.org/2016/11/arthur-r-kroeber-chinas-economy-oxford-oxford-university-press-2016-isbn-978-0-19-023903-9-320-p.html> ; sobre os países nórdicos ver o excelente *Viking Economics*, de George Lakey (2017), <https://dowbor.org/2017/12/george-lakey-viking-economics-how-the-scandinavians-got-it-right-and-how-we-can-too-economia-dos-vikings-como-os-escandinavos-acertaram-e-como-nos-tambem-podemos-melvi.html>

proclamou Margareth Thatcher. O Estado não é a solução, o Estado é o problema, ecoou Ronald Reagan. Milton Friedman daria um lustro acadêmico com a simplificação do *The Business of Business is Business*, os especuladores de Wall Street passaram a repetir em todo fechamento da Bolsa o seu *Greed is Good*. Os economistas montaram inúmeros modelos, baseados na simplificação de que não há sociedade, e sim indivíduos, e de que os indivíduos podem ser simplificados como maximizadores de vantagens individuais, tornando-se previsíveis. A economia política virou “ciência econômica”. Nascia o neoliberalismo. Robert Reich resume: “A economia migrou de produzir coisas para produzir instrumentos financeiros. Empreendedores de produtos foram substituídos por empreendedores financeiros. ” O capitalismo hoje navega na lembrança de um passado que funcionou, mas é passado, legitimidade emprestada.⁶

- **O capitalismo financeiro**

A fase do capitalismo razoavelmente equilibrado, nos países ricos, tanto com o New Deal dos Estados Unidos desde os anos 1930, como de maneira mais generalizada no pós-guerra, caracterizando o Estado de bem-estar, encerra-se praticamente no final dos anos 1970, com a evolução muito acelerada para o hoje chamado neoliberalismo. Aqui nos interessa a mudança no cerne do sistema, que é o mecanismo de apropriação do excedente social. Na fase anterior, o capitalista, para enriquecer, precisava pelo menos produzir e gerar empregos, e inclusive pagar impostos, o que enriquecia a sociedade. Na fase que se inaugura no final dos anos 1970, o capitalista descobre que os mecanismos financeiros podem garantir enriquecimento com muito menos esforço, e sem tantos constrangimentos. Os últimos quarenta anos do capitalismo se caracterizam por um aumento radical da desigualdade, uma explosão de fortunas no topo da pirâmide social, e um ritmo muito fraco de crescimento, apesar dos impressionantes avanços tecnológicos. O contraste destas mudanças estruturais é significativo, pois os avanços tecnológicos, possibilitando o aumento da produtividade, deveriam permitir tanto a aceleração do crescimento como o aumento geral da prosperidade.

⁶Robert Reich. *The System: who rigged it, how we fix it* (Alfred A. Knopf, New York, 2020). “The economy turned from making things to making financial instruments. Product entrepreneurs were replaced by financial entrepreneurs.” Lembremos que: em 1971, Nixon quebra o sistema Bretton Woods ao desvincular o dólar da base em ouro; já em 1973, com a OPEP e a elevação radical do preço do petróleo, e com a inundação dos petrodólares, abre-se a porteira do sistema de especulação financeira, relativamente à acumulação produtiva do capital. É o começo do fim dos “trinta anos de ouro” (p.31).



Fonte: <https://www.visualcapitalist.com/5-undeniable-long-term-trends-shaping-societys-future/>

O gráfico acima apresenta a evolução do acesso à riqueza nos Estados Unidos entre 1990 e 2019. Os anos 1980, como sabemos, foram considerados como “a década perdida”, com o capitalismo dominante se orientando para novas formas de acumulação, centradas no capital financeiro. Em tom escuro, vemos a acumulação extraordinária e crescente de riqueza pelos 10% mais ricos; no tom mais claro, a evolução dos 50% a 90% que constituem aproximadamente a classe média; e a linha milimétrica e estagnante na base do gráfico mostra a paralisia econômica dos 50% mais pobres da população. São 30 anos de acumulação radicalmente desigual, contrastando com a fase do pós-guerra. Não é misterioso que a base da sociedade norte-americana, que nas últimas décadas, com democratas ou republicanos, se viu excluída do processo, tivesse aderido com tanta força à política do ódio, da antipolítica.

A pandemia a partir de 2020 escancarou o processo, na medida em que o contraste entre a paralisia das economias e o crescimento acelerado das fortunas tornou óbvio que o modelo de acumulação se tornara disfuncional. Mas a transformação se dá desde os anos 1980. Thomas Piketty traz os dados da *World Inequality Database* (WID): “Os tempos têm sido particularmente acelerados para os que estão mesmo no topo nos Estados Unidos, com a renda anual explodindo em 205% desde 1980 para o 1% superior, e em 636% para o 0,001% superior.” São dados absolutamente explosivos, sem relação com o ritmo de expansão da produção de bens e serviços, de apenas alguns pontos percentuais. Trata-se de um enriquecimento em ritmo muito mais elevado do que o que permitia a exploração do trabalhador, no quadro da tradicional mais-valia. Piketty deixa isso claro, no mesmo texto: “A importância crescente da renda derivada do capital – e a crescente concentração de riqueza – têm sido vetores chave da desigualdade. Os ricos estão ficando mais velhos, e uma parte crescente da sua renda provém da propriedade de capital passivo em vez de trabalho ativo.”⁷

⁷ Guardian, December 14, 2017 – Thomas Piketty et al., launching the World Inequality Report - <https://www.theguardian.com/inequality/2017/dec/14/inequality-is-not-inevitable-but-the-us-experiment-is-a-recipe-for-divergence>

Importante aqui é que Piketty se refere à “renda que provém da propriedade de capital passivo e não do trabalho ativo”, o que é profundamente diferente de lucro que provém da reprodução ampliada do capital, de empresas produtoras de bens e serviços, que geram valor superior aos seus custos, em particular explorando a mão de obra. Aqui, se trata de “renda derivada de capital passivo”, com o ‘capital’ entendido como recurso financeiro aplicado em produtos financeiros, rendendo juros e dividendos sem o aporte produtivo correspondente. No ciclo de reprodução de capital que conhecemos, dinheiro que gera processos produtivos, que por sua vez geram mais dinheiro, no clássico D – P – D’ de Marx, a expansão produtiva tornou-se muito menos necessária para essa classe de capitalistas. David Harvey escreve com razão que se trata de patrimônio, não de capital, na medida em que não são recursos que giram e se ampliam no processo de acumulação de capital. ‘Capital passivo’ não é capital, mais bem ‘capital fictício’ como o chamava Marx. É o próprio processo de acumulação de capital, central no conceito de capitalismo, que se desloca.⁸

Só o crescimento exponencial de enriquecimento por mecanismos financeiros poderia assegurar este nível de enriquecimento no topo, sem base produtiva correspondente. O *Inequality.org* mostra, por exemplo, que em 2020 a riqueza acumulada da metade mais pobre da população americana era de US\$1,1 trilhão, enquanto 719 bilionários detinham US\$4,56, mais de quatro vezes mais. São 719 pessoas. O número de bilionários no mundo, em 2020, pulou de 660 para 2.750. Os 20 indivíduos mais ricos no mundo detêm mais riqueza que toda a metade inferior da humanidade.⁹ Lembremos que o crescimento anual efetivo da produção de bens e serviços no mundo é da ordem de 2,5%. Se tirarmos a China é menos ainda. A força do aporte de Thomas Piketty, no livro *O capital no século XXI*, reside na demonstração de que quando as oligarquias, por meio de processos financeiros, enriquecem em ritmo incomparavelmente superior ao crescimento da economia real, se trata de uma extração de riqueza que reduz as capacidades produtivas.

A apropriação do excedente social por oligarquias improdutivas, como vimos, existiu em diversas épocas e com diferentes formas de organização social, mas volta hoje com uma escala e um ritmo de enriquecimento novos. Não é nova a exploração da sociedade por improdutivos, mas sim o fato do processo ter atingido dimensões que transformam o conjunto da sociedade. Quando empresários, que poderiam investir na produção, constatam que é mais lucrativo investir em produtos financeiros, ou lucrar com mais dividendos sobre ações que eles mesmos recomparam, é a base mesma da acumulação de

⁸ Estudamos este processo em detalhe no livro *O Capitalismo se Desloca: novas arquiteturas sociais* (Sesc-SP, 2020). Acesse em <https://dowbor.org/2020/05/debate-livro-novo-o-capitalismo-se-desloca-novas-arquiteturas-sociais-ladislau-dowbor-e-antonio-martins-edicoes-sesc-26-05-16h.html>

⁹ Inequality.org – April 19, 2021 – “\$1.1 trillion is the current combined wealth of the 165 million Americans in the nation’s poorest half. The nation’s 719 billionaires now hold \$4.56 trillion in wealth, over four times as much... The worldwide billionaire population, meanwhile, has leaped by 660 over the past year, to over 2,750. The world’s 20 richest individuals now hold more wealth than the entire bottom half of humanity.” <https://mail.google.com/mail/u/0/?zx=iymwzkb36ps#inbox>

riqueza que se desloca. Não mais o capitalismo de fortunas merecidas, na medida em que geravam mais produtos e crescimento econômico: trata-se de rentismo.

Oren Cass, diretor executivo do *thinktank* conservador American Compass, se refere às empresas que adotam o sistema como “*Eroders*”, que geram uma ‘erosão’ do próprio sistema produtivo. “Um *eroder* é um tipo estranho de empresa que parece consumir os seus próprios órgãos para o benefício de curto prazo dos seus acionistas. Ainda que nem todas as empresas entrem nessa categoria, a grande maioria o faz, representando 90% da capitalização de mercado do último meio-século.”¹⁰ Essa erosão, segundo Cass, “representa uma grave ameaça à prosperidade futura da América.” Não é só no Brasil que ocorre a desindustrialização.

“O problema, escreve Oren Cass, aparece quando o setor financeiro deixa de servir a economia real e ao invés disso a economia real passa a servir o setor financeiro...Os ativos da economia real tornam-se apenas o meio que o setor financeiro usa para desenvolver uma variedade de atividades não-investidoras (*non-investment activities*) para o seu próprio lucro...Empresas que não investem em si mesmas estão travando a sua própria produtividade, o que implica em salários mais baixos para os seus trabalhadores. Pagamentos massivos para os acionistas beneficiam essencialmente (*overwhelmingly*) os ricos, que são donos da maior parte do dinheiro no mercado de ações.”¹¹

A visão de *eroder*, do capitalista que drena a própria capacidade produtiva da empresa, se aproxima muito do conceito de parasita que mata o próprio hospedeiro, o *killing the host*, de Michael Hudson: “Essas dinâmicas são diferentes das que regem o capitalismo industrial, e na realidade solapam a economia industrial ao desviar recursos dela para

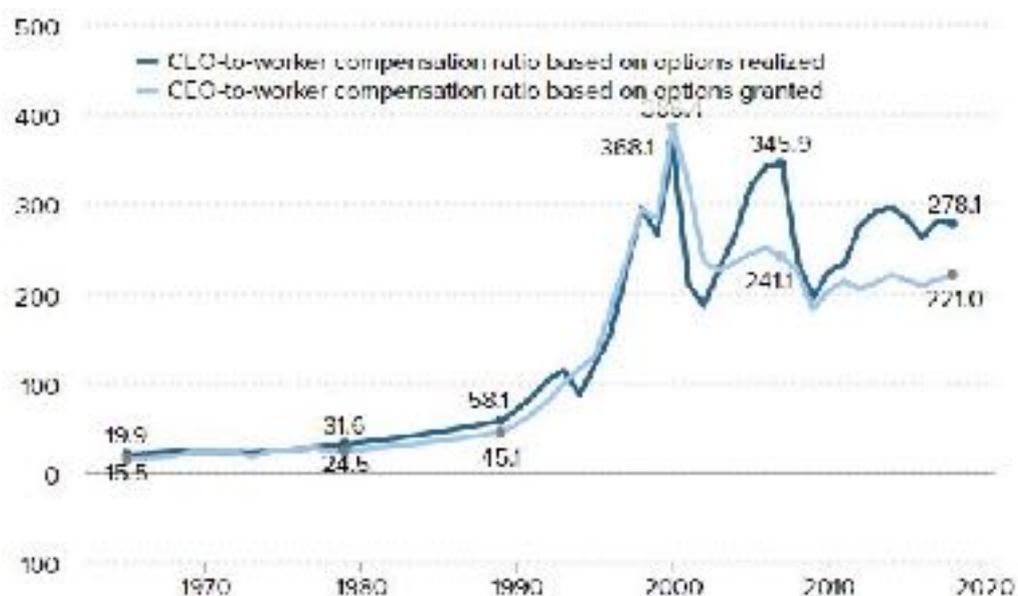
¹⁰ Oren Cass, *The corporate erosion of capitalism* (American Compass, 2021): “An *Eroder* is a strange type of firm that seems to harvest its own organs for its shareholders’ short-term benefit. While not all firms fit these categories, the vast majority do, accounting for 90% of market capitalization over the past half century”. Disponível em: <https://americancompass.org/essays/the-corporate-erosion-of-capitalism/>

¹¹ Oren Cass: “The problem arises when the financial sector stops serving the real economy and instead the real economy serves the financial sector,” Oren Cass said. “The assets in the real economy become merely the medium that the financial sector uses to conduct a variety of non-investment activities for its own profit”. “Cass, however, views declining business investment as a driver of many of the ills facing the American economy today. Companies that don’t invest in themselves are [hindering their own productivity](#), which means [lower wages for their workers](#). Massive shareholder payouts overwhelmingly benefit the rich, who own [most of the money in the stock market](#)”. (Washington Post, April 2, 2021). Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/2021/04/02/wall-streets-fixation-quick-profits-wreaking-havoc-real-economy-report-says/?utm_campaign=wp_post_most&utm_medium=email&utm_source=newsletter&wpisrc=nl_most&carta-url=https%3A%2F%2Fs2.washingtonpost.com%2Fcar-lnt%2F31937e5%2F60673e869d2fda1e56de9123%2F597717059bbc0f6826c041ab%2F46%2F68%2F60673e869d2fda1e56de9123

pagar ao setor financeiro e aos seus clientes rentistas.”¹² No Brasil, o exemplo da Samarco, que preferiu privilegiar o pagamento de dividendos aos acionistas e bônus aos executivos do que melhorar a barragem, é neste sentido muito claro. Como a remuneração dos executivos é diretamente ligada aos dividendos repassados aos acionistas, que são do Brasil, mas também de qualquer parte do mundo, nos chamados “mercados”, gera-se uma solidariedade entre os dois níveis, acionistas e executivos, economia nacional e acionistas globais, no sentido de maximizar a dinâmica extrativa. O resultado é o prejuízo da própria empresa, na sua capacidade produtiva, e aumento de riqueza financeira, que no caso deixa de ser capital, e se torna patrimônio. O rentista moderno gosta de se qualificar de capitalista, mas é mais próximo do Mercador de Veneza, do usurário financeiro, do que do capitão de indústria do século passado.

CEOs make 278 times more than typical workers

CEO-to-worker compensation ratio, 1965–2018



Fonte: Economic Policy Institute – 2018 - <https://www.epi.org/publication/ceo-compensation-2018/>

No gráfico acima, vemos que enquanto nos anos 1970 a remuneração dos executivos americanos era 19,9 vezes o salário médio dos empregados, chega a ser 278,1 vezes

¹² Michael Hudson (março de 2021). “These dynamics are different from those of industrial capitalism, and indeed undercut the industrial economy by diverting income from it to pay the financial sector and its rentier clients.” <https://michael-hudson.com/2021/01/the-rentier-resurgence-and-takeover-finance-capitalism-vs-industrial-capitalism/>
<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/ocidente-diz-adeus-ao-capitalismo-industrial/>

superior no período mais recente.¹³ A convergência de interesses entre acionistas que recebem dividendos extorsivos, e os executivos das empresas, leva a uma explosão dos níveis de remuneração dos dirigentes empresariais, às custas dos trabalhadores, mas também às custas da capacidade de investimento produtivo das próprias empresas: é a base da aliança entre os executivos das empresas produtivas – alguém tem de produzir – e o universo financeiro de gestão de ativos. A mudança da orientação do processo decisório nas empresas produtivas é essencial.

Marjorie Kelly e Ted Howard chamam este sistema de economia extrativa: “A nossa economia é ‘do 1%, pelo 1% e para o 1%’ como o apresentou Joseph Stiglitz. No seu centro está o que nós, como coautores, chamamos de ‘viés de capital’ (*capital bias*), um favoritismo relativamente aos donos de finanças e de riqueza que penetra invisivelmente por todo o sistema. Podemos chamá-lo de economia extrativa (*extractive economy*), pois está desenhado para assegurar que a elite financeira possa extrair o máximo de ganhos para si, em qualquer parte do globo, sem atenção para o prejuízo causado para trabalhadores, comunidades e o meio ambiente.” Não são investidores no sentido tradicional, produtivo, são “*speculative investors*” nos termos dos autores, “que detêm ações por minutos e assumem direitos de proprietários”.¹⁴

Michael Hudson foca precisamente esta dimensão de travamento da produção e em particular da indústria: “Marx e muitos dos reformadores menos radicais que lhe foram contemporâneos viam o papel histórico do capitalismo industrial como sendo o de remover a herança do feudalismo – os latifundiários, banqueiros e monopolistas que extraíam renda econômica sem produzir valor real. Mas aquele movimento de reforma fracassou. Hoje o setor das Finanças, Seguros e Imobiliário (Finance, Insurance, Real Estate, FIRE) recuperou o controle do governo, criando economias neo-rentistas. O objetivo deste capitalismo financeiro pós-industrial é o oposto daquele do capitalismo industrial bem conhecido dos economistas do século XIX: ele busca riqueza primariamente através da extração de renda econômica, não da formação de capital industrial. O favoritismo fiscal para o imobiliário, a privatização do petróleo e da extração mineral, a banca e os monopólios de infraestrutura aumentam o custo de vida e de fazer negócio. O trabalho está sendo explorado crescentemente pela dívida à banca, dívida estudantil, dívida do cartão de crédito, ao passo que a habitação e outros preços são inflacionados com o crédito, deixando menos rendimento para gastar em bens e serviços quando economias sofrem deflação da dívida.”¹⁵

Apresentamos essa citação mais longa do Michael Hudson, porque explicita um ponto essencial do presente estudo: uma coisa é constatar a desigualdade explosiva, o aumento

¹³ Lawrence Mishel and Julia Wolfe (Economic Policy Institute, *Executive pay* - August 14, 2019). “CEO compensation has grown 940% since 1978 - Typical worker compensation has risen only 12% during that time”. <https://www.epi.org/publication/ceo-compensation-2018/>

¹⁴ Marjorie Kelly and Ted Howard, *The Making of a Democratic Economy* (B-K, Oakland, 2019, p. 5)

¹⁵ Michael Hudson - *O ocidente diz adeus ao capitalismo industrial* (Outras Palavras, 2021). <https://dowbor.org/2021/03/o-ocidente-diz-adeus-ao-capitalismo-industrial.html> e <http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/5794-ressurgimento-rentista-e-tomada-de-controle-capitalismo-financeiro-vs-capitalismo-industrial-1>

radical da apropriação de riqueza no topo da pirâmide. Outra é quando constatamos que o enriquecimento resulta apenas parcialmente de atividades produtivas, e constitui essencialmente uma apropriação por mecanismos financeiros. Repetindo, ‘ele busca riqueza primariamente através da extração de renda econômica, não da formação de capital industrial.’ Trata-se precisamente de ‘renda’, que resulta do rentismo improdutivo, conceito que não se encontra no Aurélio e que apenas começa a aparecer na literatura econômica brasileira, mas a distinção é essencial: ‘renda’ aqui é equivalente a ‘rent’ em inglês (e não *income*) ou ‘rente’ em francês (e não *revenu*). Um capitalismo que reinveste apenas marginalmente na reprodução ampliada do capital, desviando o essencial dos recursos para a ampliação de fortunas pessoais improdutivas, ainda é o mesmo sistema?

- **O rentismo se torna dominante**

Estamos acostumados a chamar de ‘capital’ todo valor acumulado, incluindo casas, fábricas, ações, e diversos tipos de papéis financeiros. Mas o conceito de capitalismo está baseado na sua inserção no processo de reprodução de capital, como no caso de um fabricante de sapatos que investe o seu capital no ciclo produtivo, gerando empregos, produtos e impostos: trata-se aqui precisamente de ‘acumulação de capital’. A reprodução ampliada do capital gera enriquecimento social, ainda que gere também exploração dos trabalhadores. Ter contas gordas, ações, casas e iates significa ter patrimônio, riqueza (*wealth*) mas não capital. Riqueza tinham da mesma maneira os aristocratas franceses, extraída de produtores rurais, mas essa riqueza e os castelos não eram capital inserido no ciclo de reprodução de capital. Constituíam um dreno, como bem compreendiam os revolucionários franceses de 1789.

Joseph Stiglitz se refere à *unearned income*, que pode se traduzir por renda não-mercedada, e que constitui uma busca de renda, *rent-seeking*: “Prática de obter riqueza não por meio de atividade economicamente válida, mas extraíndo-a de outros, frequentemente por meio de exploração. Os exemplos incluem o monopólio que cobra em excesso pelos seus produtos (rendimentos de monopólio) ou empresas farmacêuticas que conseguem que o Congresso passe uma lei que permite que cobrem preços muito altos, bem como fornecer menos bens, serviços e inovação efetiva ao mercado.”¹⁶ Trata-se de rendimentos sem a contrapartida produtiva, e não há como chamar isso de capitalismo. Envolve exploração sem dúvida, mas não é o mesmo que uma pessoa tomar o risco de investir numa indústria para produzir, ampliando o capital próprio, mas também a riqueza social.

Marx trata amplamente desta apropriação que esteriliza o capital, por exemplo quando trata da usura e do capital fictício. Nessa análise, o que o capitalista produtor transfere

¹⁶ Joseph Stiglitz – *Rewriting the Rules of the American Economy* (Institute Roosevelt, 2015, p. 14). <https://dowbor.org/2015/06/j-stiglitz-rewriting-the-rules-of-the-american-economy-an-agenda-for-shared-prosperity-junho-2015115p.html>

para o banco, é apresentado como uma repartição da mais-valia extraída do trabalhador. O capitalista produtivo tomava crédito, gerando lucro para o banco, mas o próprio crédito permitia os investimentos produtivos. Era o banco com função de fomento. A mudança é profunda quando o sistema de intermediação financeira se torna em grande parte parasita do processo produtivo, gerando fortunas que retornam muito parcialmente para o processo produtivo. Não é mais o sistema financeiro que ajuda a empresa a desenvolver a atividade produtiva, mas o sistema produtivo a serviço da acumulação financeira. Nada que Marx não tivesse detalhado em termos de mecanismo, com a diferença que o sistema financeiro se tornou dominante. A dominância leva por sua vez a uma inversão sistêmica: a produção é atividade fim, a intermediação financeira é atividade meio, e quando os meios se apropriam dos fins, teremos muitos lucros financeiros, e menos produtos.

Montecino e Epstein, no Roosevelt Institute, estimam que apenas 10% do que é extraído do processo produtivo pelo sistema financeiro voltam para a economia real.¹⁷ Mariana Mazzucato estima que possa chegar a 15%.¹⁸ Mas de toda forma, mantém-se a imagem usada pelos americanos, *the tail is waiving the dog*, o rabo está abanando o cachorro. O essencial do excedente produzido pela sociedade vai para não-produtores, e o modo de produção precisa ser definido em função do principal modo de enriquecimento das elites, que é constituído hoje por um conjunto de mecanismos de extração de renda, não por acumulação produtiva de capital. A acumulação de capital pode hoje ser encontrada de maneira muito mais clara na China, inclusive permitindo um ritmo impressionante de desenvolvimento, do que no Ocidente ‘capitalista’. A China usa um sistema misto, mas com o sistema financeiro canalizado para fomentar atividades produtivas.

Ellen Brown traz de maneira muito clara a mudança sistêmica, com a América passando do “capitalismo de papai-mamãe” (*mom-and-pop capitalism*) para o que chamou de techno-feudalismo: “Esses faraós dos últimos dias, os donos do planeta, os 5% mais ricos – fazem com que o resto de nós pague todo dia pelo direito de viver no planeta deles. E à medida que os fazemos mais ricos, eles compram ainda mais o planeta para eles, e usam sua riqueza e poder para brigar entre eles por mais riqueza – apesar de, naturalmente, sermos nós que temos de lutar e morrer na guerra deles.”¹⁹

O rentismo está no centro do palco, temos mais do que nunca ‘elites do atraso’, como as chamou Jessé Souza, e não surpreende que o sistema atual tenha sido chamado de

¹⁷ Ver Epstein e Montecino. *The High Cost of High Finance*. (Roosevelt Institute, 2016). <https://dowbor.org/2016/09/ladislau-dowbor-o-alto-custo-do-sistema-financeiro-resenhaartigo.html>

¹⁸ Mariana Mazzucato. *The Value of Everything* (publicado no Brasil com o título de O Valor de Tudo) 2018. <https://dowbor.org/2021/02/the-value-of-everything-making-and-taking-in-the-global-economy-publicaffairs-2018.html>

¹⁹ Ellen Brown. *How America went from mom-and-pop capitalism to techno-feudalism* (May 2021). <https://scheerpost.com/2021/05/18/how-america-went-from-mom-and-pop-capitalism-to-techno-feudalism/> Tradução Carta Maior: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Como-os-EUA-foram-do-capitalismo-familiar-ao-feudalismo-tecnologico/7/50657>

techno-feudalismo por Ellen Brown, de neo-feudalismo por Joel Kotkin, de capitalismo parasitário por Zygmunt Bauman, que leve ao grito indignado de *The Triumph of Injustice* de Saez e Zucman, e tantas qualificações que se multiplicam. O essencial é compreender que é o núcleo duro do conceito de capitalismo que se deslocou, mudando o próprio processo de acumulação de capital. Não à toa o mundo estagna quando temos tanta tecnologia e tanta riqueza – esta última em grande parte improdutiva. Capital financeiro, capital extrativo, capital passivo, capital parasitário, tantas qualificações encontramos, na busca de redefinir o sistema. Na realidade o capital subsiste, sem dúvida, nas empresas produtivas, mas o conjunto do sistema, a lógica do reinvestimento, obedece aos interesses de rentistas improdutivos, e os que se referem a um novo feudalismo estão mais próximos da realidade. Há muita proximidade entre os bailes de Versalhes e as reuniões de Viena de séculos atrás, e o atual glamour de Davos.

Não é misterioso, em termos de mecanismo, e na fase da pandemia, termos tanto enriquecimento no topo da pirâmide, e Bolsas tão pujantes, quando as economias estão paralisadas ou em queda. O divórcio entre o crescimento das fortunas e a estagnação da produção mostra que um já não depende do outro. Otávio Ianni escrevia que “a política mudou de lugar”. O capital também mudou de lugar. É o sistema que se desloca. Na era das fábricas e do operariado no centro do processo econômico, podia-se batalhar pela “socialização dos meios de produção”. Hoje, precisamos resgatar o controle do rentismo improdutivo: finanças, tecnologias, informação, comunicação. O eixo de luta se desloca, as plataformas se tornaram mais determinantes do que as fábricas.

Muitos lamentam com razão a desindustrialização do Brasil. Mas o essencial está no sistema de financeirização e de intermediação de commodities que gera essa desindustrialização ao mesmo tempo em que fomenta a reprimarização. Mariana Mazzucato e Robert Skidelsky deixam isso claro: “Deixadas por conta própria, as economias de mercado tendem a favorecer atividades de curto prazo ou de rentismo — daí as tendências radicais de financeirização e desindustrialização testemunhadas nas últimas quatro décadas.”²⁰ O capital vai para onde rende mais, e não é mais na produção.

Um editorial do Guardian aponta para a profundidade da transformação: “Hyman Minsky foi um pioneiro na compreensão do controle da finança sobre a economia dos Estados Unidos – e das consequências para a sociedade. Nos anos 1980, ele predisse o surgimento do ‘capitalismo de gestão do dinheiro’ e anteviu que os investidores institucionais se tornariam mestres (*masters*) do universo. Hoje, estamos em um mundo de ‘capitalismo gestor da máquina do dinheiro’, em que os algoritmos controlam a compra e venda de títulos. O pioneiro nesta abordagem é a empresa americana BlackRock, que é o maior gestor mundial de ativos e no ano passado se tornou também da Grã-Bretanha. Os humanos ainda definem as regras que os computadores seguem.

²⁰ Outras Palavras (05/02/2021) <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/economia-do-comum-urgencia-maxima/> Original em inglês: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/new-fiscal-constitution-job-guarantee-by-mariana-mazzucato-and-robert-skidelsky-2020-07>

Mas a inteligência artificial está diluindo a distinção. Os computadores gerem os portfólios de investimento oferecendo fundos negociados em bolsas que automaticamente seguem os índices de ações e títulos. Isso teve tanto sucesso que os três grandes – as firmas americanas BlackRock, Vanguard e State Street – atualmente gerem US\$19 trilhões em ativos, aproximadamente um décimo dos títulos contados no mundo.”²¹

A dimensão aqui é importante: os ativos dos três grupos acima, pouco conhecidos do público em geral, BlackRock, Vanguard e State Street, são equivalentes ao PIB dos Estados Unidos (21,5 trilhões), e representam cerca de quatro vezes o orçamento do governo federal americano. Só a BlackRock tem ativos que em 2022 ultrapassaram 10 trilhões de dólares, mais de cinco vezes o PIB do Brasil. Nada produzem, intermedeiam. São atravessadores, cobradores de pedágio sobre atividades produtivas. O comércio mundial de commodities, por exemplo, está essencialmente nas mãos desses grupos. Constituem os novos vetores de apropriação do excedente social. Ellen Brown, no texto citado acima, ao buscar uma dimensão propositiva, foca essencialmente a intermediação: “A reforma do sistema bancário é também outra importante ferramenta. Bancos operando como uma utilidade pública poderiam alocar crédito para atividades produtivas servindo os interesses públicos. Outras possibilidades incluem a aplicação da legislação antimonopólio e a reforma da lei de patentes.” Rentas financeiras, rentas de monopólio, pedágios sobre o conhecimento, pedágios sobre a comunicação, vigilância social individualizada por meio de algoritmos, esses são alguns dos eixos dominantes de apropriação do excedente social, que travam a capacidade de investimento produtivo.²²

O sistema baseado na exploração dos escravos constituía um modo de produção escravagista, o sistema baseado na exploração dos servos no quadro de feudos foi um modo de produção feudal, o sistema baseado na exploração do operário em fábricas foi um sistema capitalista. O sistema que hoje enfrentamos, baseado na extração de renda através do controle das empresas produtivas (*absentee ownership*, regime de proprietários ausentes), da informação e do dinheiro, pode ser considerado um modo de produção rentista, fruto da revolução digital. Isso é muito mais do que ‘indústria 4.0’. O capital improdutivo, que se insere apenas marginalmente no processo de produção para explorá-lo, não constitui o bom velho capitalismo que tanto denunciávamos, mas que pelo menos produzia, gerava empregos e pagava impostos.

²¹ Guardian, *Editorial* (March 21, 2021). <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/mar/21/the-guardian-view-on-finance-failures-manmade-errors-amplified-by-machines>

²²Para o conceito de sociedade vigiada, ver L. Dowbor (org.), *A Sociedade Vigiada* (Autonomia Literária, 2020). <https://dowbor.org/2020/12/sociedade-vigiada.html> e evidentemente os trabalhos fundamentais de Shoshana Zuboff.

Um sistema baseado na extração do excedente social por meio das diversas formas de rentismo, em que a exploração do trabalhador pela mais valia deixa de ser dominante, tampouco se interessa por criar emprego. Os avanços tecnológicos contribuem sem dúvida a gerar desemprego pela simples dinâmica de substituição da força de trabalho, mas o processo é bem mais amplo. No Brasil, com 214 milhões de habitantes, o emprego formal privado se resume a 33 milhões de pessoas. Somando 11 milhões de funcionários públicos, são 44 milhões, apenas 41% da força de trabalho de 106 milhões. No conjunto estamos falando de uma massa de 60 milhões de adultos, em idade de trabalho. A subutilização da força de trabalho, num país onde há tantas coisas por fazer, é absolutamente chocante, e se soma ao próprio processo de substituição tecnológica. Voltaremos a esta questão mais adiante, pois se trata de um dos eixos principais de resgate do desenvolvimento.

Na realidade, um sistema cuja principal forma de se apropriar do excedente social se dá por meio de rentismo improdutivo, precisa cada vez menos de força de trabalho para ter quem explorar. O vendedor de bugigangas na praia ou nas praças já anda com “maquininha”, e paga o pedágio para os bancos em cada operação. O antigo proletariado é hoje cada vez mais qualificado de ‘precariado’. O fato do dreno financeiro ser feito em grande parte sem exigir aumento de produção e de emprego, afeta diretamente a força de trabalho. A tendência é mundial. Na África do Norte, por exemplo, o setor informal supera os 70% da população ativa.

O novo sistema é incomparavelmente mais destrutivo, gerador de desigualdade em escala qualitativamente superior, e irresponsável quanto aos impactos econômicos, sociais e ambientais. No essencial, perdeu a sua função de reprodução e expansão do capital produtivo, do que Marx chamou de reprodução ampliada do capital. As fábricas não desaparecem com a revolução digital em curso, como a agricultura não desapareceu com a revolução industrial. Mas o eixo estruturante do sistema, a forma de apropriação do excedente social, se desloca. Expandir a produção, os empregos e a correspondente capacidade de compra da população, para poder escoar os produtos, passa a desempenhar um papel secundário. Veremos a seguir como essas transformações se concretizam em vários setores da economia.

II – MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO FINANCEIRA

Abaixo traçamos em breves linhas os diversos mecanismos que permitem o que Gar Alperovitz e Lew Daly chamaram de “apropriação indébita”.²³ São dinâmicas já bem rodadas nos últimos 40 anos de neoliberalismo, mas que se expandem e atualizam constantemente, à medida que avançam as tecnologias de apropriação e gestão de ativos financeiros; que se fragilizam os sistemas públicos de regulação; e que se reforçam as grandes plataformas com algoritmos que permitem a exploração individualizada e diferenciada.

- **Monopólio de demanda: o poder das plataformas**

As maiores fortunas mundiais hoje não são mais baseadas em atividades produtivas, mas de intermediação do dinheiro, da comunicação, do conhecimento e da informação pessoal. São bens imateriais, sinais magnéticos, que geram as maiores fortunas do planeta.

O dinheiro, como vimos, é hoje representado por sinais magnéticos. O dinheiro virtual permite apropriação de fragmentos de praticamente todas as atividades econômicas por meio de pedágios financeiros. No caso dos cartões de crédito, no Brasil, onde antigamente o dinheiro da compra saía do bolso do cliente diretamente para o caixa do comerciante, hoje com o pagamento por cartão de crédito o banco drena cerca de 5% do valor da compra, uma tarifa, sem produzir nada. Na modalidade “débito”, o dreno é da ordem de 2,5%. Com dezenas de milhões de transações diárias com cartão, o volume se torna muito elevado. O Dieese calcula que com essas e outras tarifas, sem contar os juros, os bancos pagam uma vez e meia a sua folha de pagamentos. Em outra era tecnológica não seria viável inserir pequenos drenos em tantas operações dispersas, mas com a moeda digital é só colocar a instrução no computador para drenar pequenas quantias de dezenas de milhões de pessoas. “Enter”. Essa microdrenagem atinge a todos, sem gerar atividade econômica ou empregos. O serviço é útil, mas a tarifa é radicalmente desproporcional.

Uma drenagem semelhante é imposta às transferências internacionais para famílias. Milhões de pessoas hoje trabalham nos Estados Unidos ou na Europa e fazem regularmente remessas para os países de origem. Trata-se de pequenos montantes, feitos por pessoas simples, e os intermediários cobram, como ordem de grandeza, 7% do valor remetido, quando os custos, simples envio de sinais magnéticos no computador, se contam em centavos por remessa. Trata-se de mais um pedágio que consiste apenas numa instrução no computador. Em todas essas plataformas, onde antes havia uma pessoa para atender, preenchimento de papéis, hoje é tudo online, e somos felicitados de

²³ Gar Alperovitz e Lew Daily. *Apropriação Indébita* (Ed. Senac, 2010). <https://dowbor.org/2010/06/apropriacao-indebita-gar-alperovitz-e-lew-daly-ed-senac-sao-paulo-2010.html>

podermos “nos mesmos” resolver os nossos problemas. Os custos para as empresas caíram radicalmente, pagamos nossas contas online, mas as tarifas e diversos custos se mantêm, e são pagos por nós.

A expansão da economia das plataformas, onde antes dominavam unidades empresariais produtivas, generalizou a microdrenagem de maneira dramática. Inúmeros serviços não são mais comprados, adquire-se o direito de acesso. Jeremy Rifkin escreveu um excelente livro sobre essa transformação, *A Era do Acesso*. Pagamos mensalidades para ter acesso a filmes no Netflix, recebemos inúmeras ofertas com propostas de mensalidades baixas, inclusive alguns meses gratuitos no início. O fato é que esses microdrenos se somam, cortar o vínculo é burocraticamente irritante, e aqui são centenas de milhões de pessoas que veem os seus saldos no banco reduzidos, quer utilizem os serviços ou não.

A BBC é paga, pelo preço do custo. Um britânico paga pelo serviço, que é público, e tem boa programação sem publicidade, no que tem sido qualificado de “a melhor televisão do mundo”. Nas TVs comerciais, a TV aberta se apresenta “sem custos”, mas o pagamento é simplesmente indireto. A publicidade que interrompe os programas representa custos para as empresas que promovem os seus produtos, custos que são incorporados nos preços dos produtos que compramos. De toda forma o dinheiro sai do nosso bolso, mas de forma indireta. E temos de enfrentar os intervalos publicitários, pagos do nosso bolso, pelo acesso às plataformas de comunicação.

O básico hoje, em termos de acesso aos serviços de comunicação, é o acesso à internet, a uma linha de celular, e a canais de TV minimamente decentes. Os pacotes oferecidos estão na mão de algumas empresas apenas, que cobram o que querem pois se trata de serviços essenciais e porque constituem um oligopólio. Aqui também não é algo que compramos, e sim uma mensalidade que passamos a pagar para ter “acesso”, para estar conectado. Os custos são ridículos se comparados com os preços cobrados, simples retransmissão de sinais. Não à toa o mexicano Carlos Slim tem uma fortuna na altura do Bill Gates. É um intermediário da comunicação. No Brasil controla a Claro.

O Meta (Facebook), por exemplo, é gratuito na aparência. As fortunas que fluem para a empresa vêm da publicidade, que é paga por empresas que as incluem nos custos de produção, da mesma forma que no caso da TV aberta, e terminam saindo do nosso bolso. Aqui tampouco temos opção, se trata de ‘monopólio de demanda’, ou seja, somos obrigados a utilizar o que os outros utilizam, o que leva a uma situação em que a empresa lucra com bilhões de pessoas que pagam os custos, incorporados nos produtos que compram. As gigantescas fortunas que surgem da uberização da economia fazem parte desta capacidade técnica de colocar drenos de tantas coisas pequenas que pagamos, dinheiro que flui para as sedes mundiais dos grandes grupos, plataformas de pedágio. Estamos falando aqui das maiores fortunas do mundo, no sistema que permite

que fragmentos do que ganha um simples entregador com a sua moto ou sua bicicleta seja aspirado para os grandes grupos mundiais e seus acionistas.

A Unctad apresenta a dimensão global da revolução digital e da economia de plataformas, referindo-se em particular ao fato que as formas de regulação e as instituições internacionais não estão aparelhadas para enfrentar esse novo universo: As plataformas “se tornaram corporações digitais globais com alcance planetário; gigantesco poder financeiro, de mercado, e tecnológico; e controle sobre amplas áreas de informação dos seus usuários.” Precisamos “reconhecer que as instituições globais atuais foram construídas para um mundo diferente, que o novo mundo digital é dominado por intangíveis, e que novas estruturas de governança são necessárias” para enfrentar “interesses escusos associados à captura de rentas (*rents*) sobre o uso de tecnologias digitais e de dados.”²⁴

O fato é que em grande parte o capitalismo de pedágio não exige esforços por parte de quem cobra, o dinheiro é deduzido da conta bancária, do salário, ou incorporado no preço da compra, ou disfarçado como tarifas que nos parecem módicas, e o resultado são fortunas monumentais que resultam de simples intermediação. Não é inevitável. Lembremos que um serviço essencial e de uso diário generalizado é o WorldWideWeb, o www que colocamos em qualquer comunicação, não gera nenhum custo. É administrado por um consórcio mundial sem fins lucrativos, e é nessa rede sem custos que navegam os serviços comerciais que drenam as nossas contas. Tim Berners-Lee, criador do WWW, se recusou a cobrar tarifas de intermediação, dizendo que simplesmente não faria sentido: a comunicação é de utilidade pública.²⁵

- **O endividamento generalizado**

Quando o endividamento ultrapassa a capacidade de pagamento da dívida, seja por juros elevados ou por volume da dívida – e os banqueiros conhecem perfeitamente a situação do cliente, seja família, empresa ou Estado²⁶ – gera-se um processo permanente de transferência de recursos, o chamado serviço da dívida, que leva, por exemplo, a dívidas

²⁴ Unctad – United Nations Conference on Trade and Development – *Digital Economy Report 2021* (Overview) – “They have become global digital corporations with planetary reach; huge financial, market and technology power; and control over large swathes of data about their users.” p.10 ...We must ” recognize that current global institutions were built for a different world, that the new digital world is dominated by intangibles, and that new governance structures are needed.” P.18 ...We are facing ” competing vested interests associated with the capture of rents from the use of digital technologies and data.” p.18 https://unctad.org/system/files/official-document/der2021_overview_en_0.pdf

²⁵ O pequeno livro de Tim Berners-Lee, *Weaving the Web* (tecendo a teia), é muito instrutivo para a compreensão do potencial subutilizado e do dreno comercial. Ver Eric S. Raymond, *The Cathedral and the Bazaar* (Cambridge, 2001). <https://dowbor.org/2008/02/the-cathedral-and-the-bazaar-2.html>

²⁶ O nível de informação das agências bancárias sobre a situação financeira dos clientes explodiu com os sistemas inclusive tornados legais no Brasil, e com o aporte das tecnologias modernas, e corporações gestoras de informações individualizadas como a Serasa Experian. Ver <https://capitaldigital.com.br/governo-libera-dados-biometricos-e-biograficos-de-cidadaos-para-degustacao-de-109-bancos/>

estudantis que pessoas aposentadas ainda estão pagando. Os formandos passarão a vida repassando parte dos seus salários para banqueiros, iludidos pela perspectiva de grandes ganhos que lhes proporcionaria o diploma, inclusive, com a propaganda muito ativa dos bancos. No Brasil, em 2003, a dívida das famílias equivalia a 18% dos rendimentos; em 2012, chegou a 45%, nível não excessivo em termos internacionais, mas pagando juros estratosféricos. O financiamento da pequena e média empresa seguiu o mesmo ritmo, levando ao estrangulamento financeiro. Ampla pesquisa de fins de 2016, sobre o endividamento privado (famílias e pessoas jurídicas) apresentou o volume de recursos extraídos da economia real pelos bancos: 1 trilhão de reais, em 1 ano, equivalentes na época a 16% do PIB brasileiro. A manchete de *O Estado de São Paulo*, é significativa: “Crise do crédito tira R\$ 1 tri da economia e piora recessão.” Somando 6% de juros sobre a dívida pública, é um quinto do PIB transformado em lucros financeiros improdutivos.

Apresentamos esses dados com análise detalhada no *A Era do Capital Improdutivo*, para o caso brasileiro, mas o endividamento generalizado das famílias, das empresas e dos Estados é planetário, e envolve tanto o endividamento interno como internacional.²⁷ Grande parte da humanidade trabalha para alimentar intermediários financeiros. E as pessoas se esquecem que o dinheiro emprestado ou é da própria sociedade, ou é simplesmente emitido, sob forma de sinais magnéticos – dinheiro hoje virtual – pelos bancos, que cobram juros sobre um dinheiro que não lhes custou nada. São atividades-meio, custo líquido para a sociedade que só se justificaria se o aporte para a acumulação do capital fosse maior do que a extração.

Uma pessoa emitir dinheiro constitui um crime, pois adquire um poder de compra sem ter contribuído com produção. Os bancos hoje emitem dinheiro. O papel-dinheiro impresso pelos governos hoje representa, como ordem de grandeza, 3% da liquidez. Os 97% constituem apenas anotações nos computadores, dinheiro virtual, emitido pelos bancos. Quando um banco nos cobra caro por um dinheiro que não precisou pagar, os acionistas passam a adquirir um poder de compra sem ter precisado contribuir com a produção. Lembrando que o Lehman Brothers entrou em falência quando tinha emitido 27 vezes mais dinheiro, sob forma de empréstimos, do que tinha em caixa (*leverage*). O banco faliu, bastou algumas empresas retirarem seu dinheiro para quebrar, mas os acionistas embolsaram os dividendos. Com a crise de 2008, os bancos receberam trilhões como resgate, dinheiro público, dinheiro que podia ter sido utilizado para infraestruturas e políticas sociais.

²⁷ Ver *A Era do Capital Improdutivo*, em particular o capítulo 12 - <https://dowbor.org/2017/11/2017-06-1-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-literaria-sao-paulo-2017-316-p-html.html> ; dados referentes a 2022 podem ser encontrados na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2022/423798> ; para o serviço da dívida pública, ver Carlos Luque et al., *Uso e abuso da taxa de juros*, Valor, 11 de maio de 2022 – “Desde 1995 o governo pagou aos detentores da dívida pública o equivalente a 5-7% do PIB ao ano, muito mais do que o déficit das aposentadorias ou outros itens de gastos objeto de muita discussão no Congresso e mídia.”

A massa da população tem pouca escolha, em particular quando se privatizam as políticas sociais. Segundo Eric Toussaint, “Bancos privados e outras instituições privadas investiram muita energia no desenvolvimento de uma política de empréstimos para pessoas comuns que buscam empréstimos porque as suas rendas são insuficientes para pagar a educação superior ou os cuidados de saúde. Nos Estados Unidos, a dívida estudantil chegou a US\$1,7 trilhões, com US\$165 bilhões de inadimplência sobre empréstimos estudantis, quando grande parte das garantias são sujeitas a condições abusivas.”²⁸

Para se apropriar do excedente social, o banco não precisa gerar emprego, e cada vez menos gerar crédito produtivo: empregados ou não, no Brasil 62 milhões de adultos estão atolados em dívidas, dos quais 25% em bancarrota pessoal. Com a pandemia, famílias e empresas em situação crítica se atolaram mais ainda, sem ter como escapar da agiotagem. Os trabalhos do economista Yánis Varoufákis, ministro das Finanças da Grécia em 2015, mostram como a extorsão funciona no nível internacional.²⁹

- **Extração de dividendos**

A lógica aqui é próxima da lógica do endividamento. As pessoas que compram ações consideram que estão financiando uma empresa, e com isso favorecendo as atividades empresariais. Mas quando a remuneração das ações (os dividendos) está no limite do excedente que a empresa gera, ela perde capacidade de reinvestimento. O mecanismo permite entender, por exemplo, a dinâmica econômica do Brasil e de outros países, em que a economia não cresce, mas a Bolsa está bombando, gerando mais rendimentos para os acionistas.³⁰ A tragédia de Mariana, como vimos, em que a Samarco preferiu aumentar os dividendos dos acionistas, e consequentemente os bônus dos executivos, em vez de investir na segurança da barragem, é característica. Vimos uma tragédia semelhante com a Vale. A BP (British Petroleum), depois do vazamento no Golfo do México, para pagar as multas nos Estados Unidos, preferiu vender campos de petróleo, descapitalizando a empresa, do que reduzir os dividendos dos acionistas. O caso da Petrobrás, no Brasil, é particularmente crítico: alinharam os preços do produto com os

²⁸ Truthout, June 15, 2021 – *To address increasing inequality and global poverty, we must cancel debt* - <https://truthout.org/articles/to-address-increasing-inequality-and-global-poverty-we-must-cancel-debt/?eType=EmailBlastContent&eId=443ee98d-6108-47e5-9f0d-735853178254>

²⁹ O filme de Kostas Gravas, *Adults in the Room* (*Jogo do Poder*, no Brasil) tem a vantagem de mostrar como se articulam o poder político e o sistema financeiro, detalhando os mecanismos de exploração pela dívida.

³⁰ Para o Brasil, ver o artigo de Paulo Kliass, *A Bolsa vai bem e o povo vai mal* (Carta Maior, 9 de junho de 2021) <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/A-bolsa-vai-bem-e-o-povo-vai-mal/7/50775>

preços internacionais, fazendo explodir os dividendos e a inflação, apesar do Brasil controlar a cadeia técnica completa do produto. Os exemplos não faltam.³¹

Aplicação financeira não é investimento, no sentido de construir uma estrada ou uma fábrica ou uma escola, atividades que geram aumento do capital acumulado da sociedade. Trata-se, precisamente, de aplicação financeira, ainda que os bancos qualifiquem de ‘investimento’ qualquer atividade especulativa. Da mesma forma, renda gerada por habilidade em lidar com papéis financeiros não é a mesma coisa que lucro sobre um processo produtivo que gera capital fixo, produto, emprego e impostos. Marjorie Kelly, em livro de grande impacto publicado em 2003, deixa claro o novo mecanismo: “No desenho do sistema do capitalismo aristocrático, os CEOs são contratados por acionistas e dirigidos por conselhos para focar apenas um objetivo: maximizar os retornos dos acionistas. Os executivos são pagos apenas quando atingiram esse objetivo... Temos hoje indignação (*outrage*) quanto à falta de legitimidade dos ganhos dos CEOs. Mas em nenhum lugar encontramos indignação quanto à falta de legitimidade dos ganhos dos acionistas, pois se trata do sol em volta do qual o sistema gira. Questioná-lo é questionar o direito divino do capital.”

A autora explicita que esse tipo de apropriação de recursos equivale à apropriação indébita dos senhores feudais: “Os detentores de ações se apropriam de uma riqueza para a criação da qual pouco contribuíram, de forma parecida como os nobres proclamavam privilégios para os quais não trabalharam... Em vez de capitalizar empresas, o mercado de ações as descapitaliza. Os detentores de ações durante décadas têm representado um imenso dreno da liquidez das corporações. Eles são a mais morta da madeira morta. É até incorreto falar dos detentores de ações como *investidores*, pois em verdade são *extratores*. Quando compramos ações não estamos contribuindo com capital: estamos comprando o direito de extrair valor.”³² Lembremos que, como ordem de grandeza 85% das aplicações financeiras estão nas mãos dos 10% mais ricos. É um pedágio generalizado sobre processos produtivos.³³

³¹ Sobre a Petrobrás e os impactos inflacionários, ver L. Dowbor – *Como as privatizações estão aumentando a inflação* (Jacobin, 9 de maio de 2022). <https://jacobin.com.br/2022/05/como-as-privatizacoes-estao-aumentando-a-inflacao-no-brasil/>; Numerosos exemplos internacionais estão resumidos na nota de Jayati Ghosh, https://www.ips-journal.eu/topics/economy-and-ecology/control-the-vampire-companies-5965/?utm_campaign=en_1004_20220530&utm_medium=email&utm_source=newsletter

³² Marjorie Kelly – *The Divine right of Capital* (Berrett-Kohler Publishers, 2003, páginas xiii, 29 e 35); em carta publicada no quadro do Business Round Table em 2019, 181 das maiores corporações americanas se comprometem a ir além do interesse dos acionistas, para responder a preocupações ambientais e sociais, na linha do ESG (Environment, Social, Governance). Por enquanto, basicamente declarações de intenção - <https://dowbor.org/2019/10/ladislau-dowbor-a-economia-desgovernada-novos-paradigmas-14-de-outubro-de-2019.html>

³³ Para uma análise detalhada dos mecanismos de apropriação do excedente social no chamado mercado de capitais, ver Cédric Durand, *How Finance is Appropriating our Future* (Verso, 2017).

- **Privatizações e apropriação de recursos naturais**

As fortunas modernas encontraram na narrativa de que o “Estado mínimo é melhor”, o caminho para se apropriarem de riqueza sem precisar investir, herdando a baixo custo um capital construído pelo setor público com os recursos públicos. É o caso em particular da apropriação de extração mineral, produtos naturais que fazem parte da nação, exportados em bruto, rendendo imensas fortunas para os acionistas. O Banco Mundial desde 1993 propõe corretamente contabilizar a extração de petróleo, por exemplo, como descapitalização do país, e não como aumento do PIB.

O caso da Petrobrás constitui um exemplo. Das negociações que se desenrolaram na primeira década do milênio, durante a era Lula, resultou uma legislação importante: o petróleo sendo da nação, os lucros da sua venda deveriam ser canalizados para financiar o desenvolvimento do país, haveria ‘partilha’ e não entrega. Com a privatização, as reservas passaram a servir para alimentar dividendos de acionistas do Brasil e do resto do mundo, resultando em rentismo improdutivo sob aparência de progresso ao aumentar o PIB. Com o peso dos acionistas internacionais, nesse caso, privatização significa desnacionalização. Com a privatização crescente e adoção de preços internacionais no mercado interno, gerou-se a inflação, e os lucros resultantes dos preços mais elevados fizeram explodir os dividendos: a maior fatia para grupos internacionais. É simples: aumentam os preços, e o que uma dona de casa paga a mais por um botijão de gás resulta em dividendos para “investidores”, que apenas compraram o direito de drenar um recurso natural do país.

A privatização da Eletrobrás segue no mesmo caminho. O Brasil possui uma base importante de produção de energia hidroelétrica, e realizou, com os impostos da população, infraestruturas de grande porte, tanto de geração como de transmissão e de capacidade de gestão. “Estimativas calculam que o valor de mercado da Eletrobrás é de pelo menos R\$ 400 bilhões, podendo chegar a R\$ 1 trilhão. E o governo Bolsonaro quer entregar por R\$ 60 bilhões... A Eletrobrás tem R\$ 15 bilhões em caixa e, graças a seus bons indicadores financeiros, pode tranquilamente alavancar mais R\$ 40 bilhões. Tem total condições de realizar novos investimentos. Desde 2019, já distribuiu R\$ 7,6 bilhões só em dividendos.”³⁴ Aqui também, há uma apropriação de bens públicos sem a contrapartida correspondente, e recursos gerados com investimento público passarão a alimentar com proporção radicalmente superior grupos financeiros não produtivos, que poderão inclusive aumentar preços – prioridade dos acionistas – e encarecer a energia elétrica tanto para famílias como para empresas. O preço do quilowatt seguirá o preço do botijão de gás.

A tendência é planetária, gerando mais apropriação do excedente social e dos recursos naturais por grupos financeiros improdutivos. George Monbiot apresenta essa dinâmica:

³⁴ Miriam Leitão (Globo, reprodução Brasil 247, 15 de junho de 2021) <https://www.brasil247.com/economia/miriam-leitao-consumidor-vai-pagar-uma-eletobras-para-o-governo-privatizar-a-eletobras?amp>

“Cortar o financiamento das repartições, eliminar as equipes e descartar os especialistas que as apoiavam, fechar programas de pesquisa, perseguir os funcionários públicos que permanecem, o Estado que odeia a si mesmo está destruindo o próprio aparato de governo. Ao mesmo tempo, está destruindo as proteções públicas que nos protegem do desastre... As forças que ameaçam destruir o nosso bem-estar são também as mesmas por toda parte: essencialmente o poder de lobby dos grandes negócios e do grande dinheiro, que veem a administração pública como um impedimento aos seus interesses imediatos.”³⁵ As empresas que vendem a madeira extraída da floresta amazônica não precisaram plantá-las, e empurram as consequências ambientais para o Estado.

Os investidores institucionais privados que adquiriram a empresa pública irão sem dúvida explorar os trabalhadores, na linha da mais-valia tradicional, mas a sua posição de força lhes permitirá gerar renda de monopólio, sob forma de dividendos e de preços mais elevados, que todos os cidadãos irão pagar. Sem propriedade ou regulação estatal, e no contexto de monopólios ou oligopólios, portanto sem mecanismos de concorrência, as atividades se transformaram no ‘capitalismo extrativo’ que vimos acima.

- **Apropriação dos bens e serviços de consumo coletivo**

Em economias que funcionam de maneira razoável, o bem-estar das famílias depende em grande parte do acesso gratuito a bens de consumo coletivo. Como ordem de grandeza, podemos dizer que 60% do conforto familiar depende do dinheiro no bolso, que permite fazer as compras, pagar o aluguel, coisas que nos deixam mais seguros e donos das nossas vidas. Mas os outros 40% constituem o que tem sido chamado de salário indireto, e consiste no acesso aos bens de consumo coletivo. Precisamos de segurança, mas não se compra a delegacia de polícia. Temos de ter acesso aos serviços de saúde, não só curativos como preventivos, sob forma de saneamento básico, controle de emissões de poluentes, restrição aos agrotóxicos e antibióticos na nossa comida. O acesso à educação precisa ser generalizado, gratuito, público e universal, toda criança precisa ter a sua chance na vida, e a desigualdade do acesso trava o imenso potencial de contribuição econômica e social da massa mais pobre da população, constituindo uma esterilização das possibilidades de desenvolvimento. Thomas Piketty trabalha com razão a desigualdade educacional no mesmo nível crítico que a desigualdade de renda e patrimônio.

O rentismo nessa área surge, no Brasil como em outros países, do fato que as restrições do acesso aos bens de consumo coletivo obrigam as famílias a se voltarem para os serviços privados. É o caso, por exemplo dos planos privados de saúde. Ainda que representem solução adequada para os mais ricos, que querem ter um serviço sob medida, a saúde privada deixa de fora a ampla maioria da população. A lei do Teto de Gastos, ao reduzir os recursos do SUS, por exemplo, força as pessoas a contratarem

³⁵ George Monbiot – *Is this the end of civilization?* (The Guardian, January 24, 2018). <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jan/24/end-civilisation-take-different-path>

planos privados, ainda que estejam no limite em termos de renda. A fragilização da educação pública tende a ter o mesmo efeito, empurrando os pais a se sacrificarem para assegurar um melhor futuro para os seus filhos, com uma base mais sólida de conhecimentos. A guerra contra as universidades federais tende a ter o mesmo efeito, de forçar mais clientes para o que se tornou uma indústria do diploma. Uma geração de estudantes que saem das universidades com grandes dívidas, para descobrir que o emprego sonhado não é garantido, faz pouco sentido.³⁶

Não são médicos os que comandam os planos privados de saúde, nem educadores no caso das escolas, e sim grupos financeiros. A revista Forbes apresenta as fortunas pessoais acumuladas em 2019. Carlos Wizard tem uma fortuna pessoal de 3 bilhões de reais: “Wizard voltou ao mundo da educação em 2017, com a compra de 35% da Wiser Educação, dona das redes WiseUp e NumberOne, do também bilionário Flávio Augusto da Silva. Em abril deste ano, o grupo vendeu participação minoritária do grupo para o Itaú, por meio do seu fundo de investimentos Kinea, por 200 milhões.”³⁷ Educadores?

É importante notar que se trata de negócios, numa era em que o acesso à educação está se tornando fundamental. Chaim Zaher acumulou uma fortuna de 2,5 bilhões, vendendo as marcas Dom Bosco, Pueri Domus, Name e COC para a financeira britânica Pearson por 888 milhões, e a rede de ensino superior UniSEB para o grupo Estácio por 615 milhões. (p.101) O paraibano Janguê Diniz é o principal acionista da Ser Educacional, abriu capital na Bovespa em 2013, comprou a Univeritas de Minas Gerais em 2016, e investe em educação à distância, uma grande indústria com baixos custos, elevados lucros e frágeis resultados educacionais.

Na área da saúde é característico o comportamento de Paulo Sérgio Barabanti, com uma fortuna de 1,6 bilhão, que vendeu a Intermédica para a *private equity* norte-americana Bain Capital, retirou-se da atividade e vive da fortuna acumulada. Para que se tenha uma ordem de grandeza, uma pessoa que aplica a fortuna de 1 bilhão para um módico rendimento de 5% ao ano, está ganhando 137 mil reais por dia, de mão no bolso. É o caso igualmente de José Seripieri Filho, com uma fortuna de 1,2 bilhão, que fez fortuna com a Qualicorp, que administra planos de saúde coletivos no Brasil. Repassou a atividade para outros, e passou a viver do rendimento de ações. É um comportamento generalizado: empresários que começaram uma atividade produtiva vendem a empresa para grupos financeiros, muitas vezes estrangeiros, como a Pearson na área da educação, ou a BlackRock na área da saúde, e passam a viver do rendimento das ações. As empresas, por sua vez, passam a ser utilizadas para extrair o máximo de dividendos. Os 11 bilionários que vivem de explorar o setor da saúde acumularam uma fortuna de

³⁶ A Folha de São Paulo de 20 de junho de 2021 apresenta pesquisa de que 47% dos jovens entre 15 e 29 anos querem deixar o país. Essa perspectiva da nova geração é um desastre. O desemprego jovem atingiu 31%.

³⁷ *Mais de 200 bilionários brasileiros* (Forbes, Ano VII, N. 71, 2020, p. 98). Ver em particular a tabela da p. 111; ver também edição 89 de agosto de 2021, *315 Bilionários Brasileiros*. O grupo de bilionários passou a ter um patrimônio equivalente a 25% do PIB.

56,88 bilhões de reais. As empresas que gerem essas fortunas buscam extrair o máximo. A educação dos jovens e a saúde das famílias constituem apenas uma fonte. *The business of business is business.*

O raciocínio pode ser aplicado a numerosos setores. Tanto o conforto das famílias como a produtividade das empresas dependem por exemplo de ruas asfaltadas, de redes de estradas e semelhantes. O essencial aqui é que grande parte das infraestruturas foi construída com recursos públicos, permitindo rendimentos mais elevados do setor privado sem que as empresas tenham contribuído significativamente para os custos. A produtividade sistêmica de um país, e o lucro ampliado das empresas dependem muito das infraestruturas e dos serviços de consumo coletivo, lucro líquido para as empresas, que irão se referir apenas à própria criatividade e ao poder mágico dos ‘mercados’. Essa dimensão simplesmente não aparece nas contas econômicas, mas sim nas análises de Hazel Henderson, que apresenta a necessidade de ajuste na contabilidade nacional, incluindo a contribuição produtiva das infraestruturas geradas pelo setor público.

Mariana Mazzucato e Robert Skidelsky denunciam a política fiscal contracionista, e resgatam esse papel das políticas públicas: “A crise da Covid-19 tornou as falhas do modelo ortodoxo ainda mais óbvias, ao ressaltar a grave deficiência de bens públicos, desde a infraestrutura básica de saúde até equipamentos de proteção individual. Agora que a Covid-19 expôs os danos causados pelo paradigma anterior, é hora de começar a mapear uma nova era de investimento público para remodelar nosso cenário tecnológico, produtivo e social. Deixadas por conta própria, as economias de mercado tendem a favorecer atividades de curto prazo ou de rentismo — daí as tendências radicais de financeirização e desindustrialização testemunhadas nas últimas quatro décadas.”³⁸ Quando corporações usam serviços públicos – precisam de infraestruturas, de engenheiros formados, de segurança e outros – mas praticam a evasão fiscal, trata-se do *free-riding* de rentistas.

- **A inflação como dreno financeiro**

Todos lamentam a inflação, mas o fato é que, para as empresas do topo da pirâmide, ela é fonte de fortunas. A produção de petróleo no mundo tem se mantido bastante estável nas últimas décadas, em torno de 90 milhões de barris por dia. Mas os preços flutuaram dramaticamente, de 14 a mais de 140 dólares. Nenhuma mudança significativa nos custos de extração, nos volumes de produção ou na demanda pode explicar isso: os preços são resultado de negociações entre poucas empresas. A invasão do Iraque, a guerra na Ucrânia, até a pandemia podem servir de justificativas, mas como a produção e o consumo sofreram poucas mudanças, as oscilações estão essencialmente ligadas à busca de ganhos especulativos. O comércio mundial de commodities está nas mãos de

⁻³⁸ Mariana Mazzucato e Robert Skidelsky – *New fiscal constitution and job guarantee* (2020). Tradução em português em <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/economia-do-comum-urgencia-maxima/> Original em inglês: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/new-fiscal-constitution-job-guarantee-by-mariana-mazzucato-and-robert-skidelsky-2020-07>

pouco mais de uma dúzia de pesos pesados. Conforme eles se acertam para preços mais baixos ou em alta, eles maximizarão os ganhos financeiros. Não são ‘mercados’, mas especulação financeira sobre uma mercadoria estável, controlada por um oligopólio.

Em 2022 os franceses estão indignados com os preços que pagam pelo combustível, mas a Total está apresentando um enorme aumento nos lucros. Os pobres do Brasil estão recorrendo à lenha para cozinhar, incapazes de pagar pelo botijão de gás, mas a Petrobrás semiprivatizada está pagando os maiores dividendos da história. Dividendos e bônus estão explodindo. Não é uma “flutuação de preços”, é um dreno através da gestão de preços. Um mecanismo semelhante pode ser encontrado nos “mercados” de commodities de grãos, onde os ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus) controlam três quartos do comércio. Trata-se basicamente de trigo, milho, soja e arroz, a comida do mundo, em quatro mãos. Eles são “market-makers”, e influenciam a inflação: a guerra na Ucrânia certamente tem um grande impacto, mas o sistema de gerenciamento de preços (melhor do que “mercados” como definição) permite que eles aumentem seus dividendos. A mídia comentará as guerras, ou a pandemia, mas raramente o “cui bono”, quem se beneficia.

Ao comprar o meu pão de cada dia, reclamo do preço mais alto. O padeiro me informa que a farinha que ele compra veio com preço mais alto. Como tantos agentes econômicos, ele está apenas repassando a inflação, pagando mais de um lado e cobrando mais do outro. Ele também pode tentar adicionar um pouco do seu interesse nesse processo, mas basicamente ele está transferindo custos, não gerando. Ele é um “market-taker”, não um criador. Mas em um terceiro nível, o consumidor não tem a quem transferir os custos. Ele deve pagar o preço mais alto, ou reduzir o consumo, esperando algum aumento de salário no futuro. O resultado final é que a população em geral deve tirar mais dinheiro do bolso para alimentar a Total, ABCD, os investimentos de luxo de Dubai e afins. E os bancos centrais aumentarão as taxas básicas de juros, a fim de “estabilizar os preços”, pagando mais juros aos detentores de títulos, frequentemente as mesmas corporações. A inflação, como explicou Celso Furtado, é um mecanismo global de concentração de renda. Você não pode simplesmente dizer que os preços “subiram” ou se referir às curvas de oferta/demanda de outrora. A inflação, assim como a gravidez, tem causas. E impactos.

- **Evasão fiscal**

O dinheiro ganho pelos rentistas gera imensas fortunas sem contribuição produtiva, mas também sem pagar impostos. O sistema econômico em geral depende em grande parte de capital público acumulado, hoje muito amplo nos países ricos, mas também no Brasil, sob forma de infraestruturas energéticas, de transportes, de comunicação, de saneamento, além dos sistemas de saúde, educação, segurança e outros que são essenciais para a sociedade como um todo. O excedente produzido pela sociedade depende vitalmente do capital público acumulado. Essa base essencial da produtividade econômica foi financiada com recursos públicos, e pagar os impostos constitui um dever

tanto do cidadão como das empresas que usam essas infraestruturas. Boas infraestruturas reduzem custos de produção, constituindo *economias externas* para as empresas. Mas as grandes fortunas têm suficiente força política para evitar de pagar a sua parte.

No caso brasileiro, é absurda a lei de 1995 que isenta de tributação lucros e dividendos distribuídos. Mas o caso dos magnatas mundiais não é muito diferente, como se viu com os dados fiscais dos maiores bilionários americanos vazados em 2021. Um sistema infantil de simples permite uma evasão gigantesca: nos Estados Unidos, os bilionários mantêm as suas fortunas em ações, imóveis, objetos de luxo, que só seriam taxados quando vendidos. “O sistema tributário dos Estados Unidos foca na renda, não no que é chamado de ganhos não-realizados sobre ações não vendidas, imóveis ou outros ativos... Ninguém entre os 25 mais ricos evitou tanto imposto como Warren Edward Buffett, o ancião centibilionário, principal acionista e diretor executivo da Berkshire Hathaway. Isso talvez seja surpreendente, dada a sua imagem pública como advogado de impostos mais elevados para os ricos. De acordo com a Forbes, entre 2014 e 2018, a riqueza de Buffett aumentou em US\$24 bilhões; mas durante esses anos, os dados mostram, ele informou ter pago US\$23,7 milhões em impostos. Isso representa uma alíquota efetiva de 0,1%, ou seja, menos de 10 centavos para cada US\$100 que ele acrescentou à sua riqueza.”³⁹ Os dados do ProPublica mostram que o comportamento é generalizado, envolvendo as maiores fortunas. Eu, professor universitário, pago 27,5% sobre o meu salário, contribuindo, como todos nós, para fortunas improdutivas.

Robert Reich, que foi Secretário do trabalho de Clinton, mostra a relação entre a evasão fiscal absurda – quanto mais ganham, menos pagam – e a apropriação do processo decisório público nos Estados Unidos: “A bomba que representou o relatório do ProPublica, sobre o fato dos super-ricos americanos pagarem pouco ou nada em impostos revela não só a sua riqueza espantosa como também a forma como traduziram essa riqueza em poder político para encolher os seus impostos para quase nada.”⁴⁰

Eric Toussaint, um especialista em dívida, traz com clareza o impacto dos ricos não pagarem impostos sobre o crescimento da dívida pública: “A dívida pública continua a explodir em volume porque os governos estão se endividando massivamente para evitar de taxar os ricos no pagamento das medidas de resistência à Covid-19, e não demorarão a retomar a sua ofensiva de austeridade.”⁴¹ Mariana Mazzucato apresenta os mecanismos que permitem que as corporações usem recursos desenvolvidos no setor

³⁹ ProPublica, 8 de junho de 2021 - [The Secret IRS Files: Trove of Never-Before-Seen Records Reveal How the Wealthiest Avoid Income Tax — ProPublica](#)

⁴⁰ Robert Reich - When America's richest men pay \$0 in income tax, this is wealth supremacy (The Guardian, June 10, 2021) <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/jun/10/when-americas-richest-men-pay-0-in-income-tax-this-is-wealth-supremacy>

⁴¹ Truthout, June 15, 2021 – *To address increasing inequality and global poverty, we must cancel debt* - <https://truthout.org/articles/to-address-increasing-inequality-and-global-poverty-we-must-cancel-debt/?eType=EmailBlastContent&eId=443ee98d-6108-47e5-9f0d-735853178254>

público, cobrando dos consumidores pelo que não produziram, e sonhando impostos sobre os lucros obtidos.⁴²

- **Paraísos fiscais**

Os paraísos fiscais jogam hoje um papel fundamental na perda de controle por parte dos Estados. O exemplo da Microsoft é ilustrativo do comportamento geral das grandes corporações: “Uma subsidiária irlandesa da Microsoft teve um lucro de US\$315 bilhões no ano passado, mas não pagou imposto sobre corporações já que é ‘residente’, para efeitos tributários, em Bermuda. O lucro gerado pela Microsoft Round Island One é igual a quase três-quartos do PIB da Irlanda – ainda que a empresa não tenha empregados. A subsidiária, que recolhe direitos de licenciamento para o uso de software da Microsoft sujeito a copyrights, apresentou um lucro anual de US\$314,7 bilhões no ano até o final de junho de 2020, de acordo com as contas prestadas na Irish Companies Registration Office.”⁴³ A Microsoft não era uma empresa americana? Eu sou obrigado a usar o Microsoft Word e outros softwares, porque tenho de usar o que os outros usam. É o monopólio de demanda visto acima.

O Roosevelt Institute aponta igualmente o peso dos paraísos fiscais e a perda de controle público sobre as grandes corporações, na ausência de instrumentos multilaterais de regulação: “A legitimidade das instituições econômicas multilaterais depende de elas produzirem resultados que líderes de estados soberanos e democráticos possam abraçar. Quando corporações multinacionais transferem US\$1,38 trilhões dos seus países de origem para paraísos fiscais como Luxemburgo ou as Ilhas Cayman para evitar pagar impostos, e companhias como Facebook detêm um poder desproporcional nas nossas democracias, as instituições multilaterais podem e devem servir como poder coletivo de contrapeso para prevenir a extração de riqueza às expensas da nossa população...Agora é o tempo de nos movermos para além da ordem neoliberal e para uma nova era de igualdade e justiça. Agora é o momento de reescrevermos as leis internacionais.” Felicia Wong, do Roosevelt Institute, estima que precisamos de um novo Bretton Woods, e lembra corretamente que as opções pertencem a nós como sociedade, são regras (*rules*) e não “leis” econômicas imaginárias: “Os resultados econômicos são o produto de instituições políticas, de escolhas humanas, e de regras que estruturam os mercados”, diz.⁴⁴

⁴² Mariana Mazzucato – *O Estado Empreendedor* (Anthem Press, 2011). <https://dowbor.org/2019/10/mariana-mazzucato-the-entrepreneurial-sate-debunking-public-vs-private-sector-myths-anthem-press-new-york-2015.html>

⁴³ Microsoft Irish Subsidiary paid zero corporate tax on 220bn profit last year (The Guardian, June 3, 2021) - <https://www.theguardian.com/world/2021/jun/03/microsoft-irish-subsidiary-paid-zero-corporate-tax-on-220bn-profit-last-year>

⁴⁴ Felicia Wong. *A Bretton Woods Moment* (Roosevelt Institute, April 28, 2021), em: [A Bretton Woods Moment: How This Year’s G7 Summit Could Rewrite the International Rules](https://rooseveltinstitute.org/a-bretton-woods-moment-how-this-year-s-g7-summit-could-rewrite-the-international-rules/) (rooseveltinstitute.org)

Depois de anos de hesitações, em meados de 2021, finalmente, apareceu no horizonte a proposta de uma modesta taxa de 15% sobre os lucros das corporações transnacionais. Dani Rodrik resume: “O acordo do G7 tem dois eixos. Primeiro, propõe um imposto mínimo de 15% sobre as maiores corporações. Segundo, uma parte do lucro global dessas corporações será trazido de volta aos países onde fazem os negócios, independentemente da localização das suas sedes físicas.”⁴⁵ A importância da decisão do G7 é o fato de possibilitar financiamento adicional de políticas públicas, e de os fluxos financeiros internacionais passarem a ser registrados. O Economist avalia que se trata de uma restrição drástica ao papel dos paraísos fiscais em geral. Mas, por enquanto, o sistema segue se expandindo, como é possível constatar nas sucessivas revelações do ICIJ, (International Consortium of Investigative Journalists), sobre os Panama Papers, Paradise Papers e Pandora Papers.⁴⁶

Para os que pensam que evasão fiscal por meio de paraísos fiscais é um processo marginal, o Economist traz os números básicos: “Um estudo de 2018 concluiu que cerca de 40% dos lucros das multinacionais realizados no exterior são artificialmente transferidos para países de impostos baixos. Um funcionário envolvido de perto nas discussões atuais pensa que o acordo que está tomando forma poderia “praticamente matar os paraísos”... A parte dos lucros no exterior das multinacionais registrados nos paraísos fiscais subiu de 30% duas décadas atrás para cerca de 60% hoje.”⁴⁷ São 60% dos lucros, e dobrando em duas décadas.

As ilhas tropicais contribuem sem dúvida, mas no essencial essas ilhas fazem parte da Grã-Bretanha. O maior beneficiário de evasão fiscal, dinheiro de corrupção, lavagem de dinheiro e semelhantes são os Estados Unidos. O relatório mundial do Tax Justice Network publica o *Financial Secrecy Index*, “que ordena cada país segundo a intensidade com a qual o sistema financeiro e legal do país permite aos indivíduos esconder e lavar dinheiro extraído de qualquer parte do mundo... Os Estados Unidos expandiram dramaticamente a distância entre eles mesmos e o resto do mundo ao assegurar a maior oferta de segredo financeiro (*financial secrecy*) já anotada pelo índice

⁴⁵ Dani Rodrik. *The G7 Tax Clampdown and the End of Hyper-Globalization* (Project Syndicate, June 7, 2021). Os impactos financeiros podem ser encontrados em <https://joserobertoafonso.com.br/collecting-the-tax-deficit-of-multinational-companies-barake-et-al/>

⁴⁶ ICIJ – Pandora Papers – Outubro 2021, https://www.icij.org/investigations/pandora-papers/global-investigation-tax-havens-offshore/?utm_source=ICIJ&utm_campaign=8ce10323e7-20211003_WeeklyEmail&utm_medium=email&utm_term=0_992ecfdbb2-8ce10323e7-82319785

Para as fortunas brasileiras em Luxemburgo, ver <https://dowbor.org/2021/03/luxemburgo-paraíso-fiscal-das-riquezas-brasileiras.html>

⁴⁷ Economist, June 2, 2021 - *Twilight of Tax Havens* - <https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/06/01/twilight-of-the-tax-haven>. Economist, May 15, 2021 - *What would a new system for taxing multinationals look like* - https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/05/13/what-could-a-new-system-for-taxing-multinationals-look-like?itm_source=parsely-api

– quase duas vezes o segundo maior fornecedor atualmente no índice, a Suíça.”⁴⁸. A Grã-Bretanha, incluídas as ilhas que ela controla, está muito próxima. O fato é que os núcleos do mundo desenvolvido são de longe os maiores operadores de finanças ilegais. Os

Estados Unidos se apresentam como campeões da luta contra a corrupção.

Apresentamos os dados de forma mais detalhada no livro *A Era do Capital Improdutivo*. O que nos interessa aqui é que esses recursos não fazem parte de um processo de reprodução do capital. É literalmente dinheiro gerando dinheiro. Processos extrativos que asseguram uma apropriação radicalmente mais intensiva do excedente social por elites improdutivoas. Lembremos que Marx, no livro II de *O Capital*, considerava essa evolução para a ampliação do capital fictício como previsível. O que para nós é essencial é que o capital fictício, quando se torna dominante, com capacidade de se apropriar das políticas públicas e de prejudicar a acumulação produtiva do capital (que era central no sistema capitalista) passa a apresentar dinâmicas estruturalmente diferentes. Temos um mundo de governos nacionais enfrentando o poder do dinheiro global. Gerou-se o caos financeiro, um cassino especulativo insustentável.

- **Outros drenos**

A breve apresentação das formas de apropriação improdutivoas do excedente social aqui desenhadas pode ser expandida. A manipulação dos desejos e das frustrações das pessoas, por exemplo, que ainda chamamos inocentemente de marketing, transformou-se em um gigante econômico. Envolve a análise detalhada e comercialização dos nossos comportamentos, canalização individualizada de mensagens comerciais e políticas por meio de algoritmos, que geram a força econômica de empresas como Alphabet, com quase dois de trilhões de dólares (mais do que o PIB do Brasil); ou do Facebook, acima de 1 trilhão. Esse dreno financeiro atinge o nosso bolso ao ser incorporado, pelas empresas que usam esses serviços, nos custos de produção do que compramos. Usar o Facebook nos aparece como uso gratuito, mas os custos são cobrados de todos nós, indiretamente. Custos reduzidíssimos, lucros desproporcionais. É o rentismo de intermediação da comunicação, mas também é poder. Usar o Facebook, o Meta, é

⁴⁸ Tax Justice Network – *Financial Secrecy Index 2022* – “The Financial Secrecy Index ranks each country based on how intensely the country’s financial and legal system allows individuals to hide and launder money extracted from around the world... The US dramatically expanded the gulf between itself and the rest of the world by enabling the biggest supply of financial secrecy ever recorded by the index – nearly twice as much as the second biggest supplier currently on the index, Switzerland. ” - https://taxjustice.net/press/us-tops-financial-secrecy-ranking-as-g7-countries-upend-global-progress-on-transparency/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=us_tops_financial_secrecy_ranking_as_g7_countries_upend_global_progress_on_transparency&utm_term=2022-05-17

gratuito, a publicidade é gratuita, mas todos pagamos os custos e os lucros, incorporados nos preços de produtos e serviços que pagamos.⁴⁹

É fundamental também estudar o dreno financeiro que representa a especulação imobiliária, tão bem apresentada no Brasil por Ermínia Maricato e Pedro Rossi.⁵⁰ Gigantescas fortunas são colocadas ao abrigo do fisco ao serem investidas em imóveis. As áreas nobres de Londres, por exemplo, têm inúmeras residências que pertencem a magnatas dos mais diversos países, esperando valorização.⁵¹ A cidade de Vancouver, no Canadá, viu os custos de habitação explodir sob pressão de capitais chineses aplicados em imóveis, em geral não habitados, apenas reserva de valor que aumenta à medida que a pressão demográfica aumenta. É enriquecimento que não acrescenta disponibilidade de habitações, e sim gera apropriação especulativa. A compra de terras por grupos financeiros gera também encarecimento do seu uso para a agricultura. O verbete na Wikipédia sugere o óbvio: “Um imposto sobre o valor da terra remove os incentivos financeiros para a posse de terra parada apenas para valorização, tornando mais terra disponível para usos produtivos.”⁵² No Brasil, o Imposto Territorial Rural (ITR), simplesmente, não é cobrado. O rentismo paralisa recursos que poderiam ser produtivos.⁵³

Igualmente importante é o dreno financeiro que constituem os direitos sobre as mais variadas tecnologias e o conhecimento científico, por meio de patentes, copyrights e royalties dos mais diversos tipos. Estudamos esta dimensão no artigo *Da propriedade intelectual à economia do conhecimento*, e Mariana Mazzucato apresenta uma excelente sistematização no já citado *O Estado Empreendedor*. Hoje já está generalizada a compreensão de que o sistema de patentes, longe de recompensar a inovação, tornou-se um entrave. Assegurar um monopólio de 20 anos sobre uma ideia podia ser realista um século atrás, mas, com o ritmo de hoje, como se constata no escândalo das patentes sobre vacinas contra a Covid-19, esse monopólio gera feudos tecnológicos. Travar o

⁴⁹ Uma leitura particularmente importante sobre o tema é o livro de Manuel Castells, *Communication Power* (Oxford U.P., 2009). Sobre a dimensão das grandes corporações da área, ver Aran Ali em *Visual Capitalist – 3 companies now make up 50% of US ad revenues: Google, Facebook* (Amazon – July 18, 2021). <https://www.visualcapitalist.com/3-companies-make-up-50-percent-of-us-ad-revenues/>

⁵⁰ Ermínia Maricato e Pedro Rossi – *O novo ataque cerrado às cidades brasileiras* (Outras Palavras, 27 de set. de 2021) <https://outraspalavras.net/cidadesemtrase/o-novo-ataque-cerrado-as-cidades-brasileiras/>

⁵¹ GFI (Global Financial Integrity) – *Acres of Money Laundering* – August 21, 2021 https://gfiintegrity.org/report/acres-of-money-laundering-why-u-s-real-estate-is-a-kleptocrats-dream/?utm_medium=email&_hsmi=153147175&_hsenc=p2ANqtz-_dQDkw9bsAsfZWejIcFezC6_eVikqqfH6VqfmPIVWO7sNCCzRqzGBiK6QeYxEJOrVCZoBu_Bt9ku9K1AOCqSyAW7dylg&utm_content=153147175&utm_source=hs_email

⁵² Wikipedia – *Real-estate bubble* : “A land value tax removes financial incentives to hold unused land solely for price appreciation, making more land available for productive uses.” Acesso em 19 de setembro de 2021.

⁵³ É importante lembrar que se gerou uma grande indústria de acobertamento de ganhos por meio de trustes que permitem esconder riqueza sem que o proprietário seja identificado. Um movimento internacional está se formando na linha do *Global Asset Registry*, com papel importante do Tax Justice Network, que apresenta debates online sobre o tema: *Towards a global asset registry*.

acesso ao conhecimento científico quando este se tornou o principal fator de progresso econômico e social, é profundamente contraprodutivo. Enfrentamos um autêntico capitalismo de pedágio.⁵⁴

Temos de incluir igualmente a inflação, que aparece na mídia comercial como um processo que “surge” a partir de desequilíbrios macroeconômicos. Ainda que isso seja o caso numa economia sobreaquecida, no essencial a inflação é conscientemente criada. Lembremos que quatro gigantes da alimentação – ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus – controlam o essencial da comercialização de grãos no planeta. É também o caso dos poucos grupos que controlam a comercialização da energia, e de outros setores. São os *market makers*, os que definem os preços, e os aumentam não por variações de oferta e procura – veja-se as imensas variações do preço do petróleo, cuja oferta e procura se manteve estável em torno de 100 milhões de barris dia nas últimas décadas, e com custos de extração que pouco variaram. Os traders mundiais simplesmente elevam os preços, porque podem fazê-lo, sempre com o pretexto de um desastre, de uma crise, de uma guerra. Mas o fazem porque podem, e porque aumentam radicalmente os seus lucros.

O aumento de custos vai atingir uma faixa intermédia que são os compradores de commodities: o padeiro que irá pagar mais pela farinha, a empresa de ônibus cujo combustível aumentou e assim por diante. Eles não *fazem* os preços, mas os repassam, o cliente na ponta da linha irá pagar mais caro. Mas o cliente, a população na base da pirâmide econômica, é um *market taker*, não tem como repassar o preço, deverá pagar mais caro, comer menos pão ou se privar de outra maneira. Ou seja, como já bem analisava Celso Furtado, a inflação constitui em grande parte um processo de transferências de recursos dos consumidores para o topo da pirâmide de poder econômico, os traders de commodities e os seus acionistas. Essa impressionante capacidade de microdrenagem financeira, baseada no dinheiro virtual que hoje é apenas um sinal magnético que viaja na internet, atinge bilhões de pessoas no mundo e contribui fortemente para o aprofundamento catastrófico da desigualdade.

Insuficiente atenção tem sido dada a uma autêntica farra financeira que constitui um procedimento legal, resultante do acordo de Bretton Woods, que tornou o dólar a moeda de reserva mundial, permitindo aos Estados Unidos emitirem dólares que se tornam reservas nos bancos centrais dos diversos países do globo. Há mais de 70 anos, os americanos podem emitir moeda, comprar ativos, empresas ou terras, em diversas partes do mundo, pagando com dólares que emitem. É o único país que pode emitir dinheiro sem gerar inflação, pois o dinheiro circula no exterior. No final dos anos 1960, De Gaulle, então presidente, caracterizou o processo com a frase “nós os pagamos para que nos comprem”, ao constatar como os norte-americanos compravam empresas francesas

⁵⁴ Ladislau Dowbor e Hélio Silva (Orgs.) – *Propriedade Intelectual e Direito à informação* (EDUC, 2014). Ver em particular o capítulo *Da propriedade Intelectual à Economia do Conhecimento* - <https://dowbor.org/2014/06/ladislau-dowbor-e-helio-silva-org-propriedade-intelectual-e-direito-a-informacao-educ-2014.html> - Ver a resenha de *O Estado Empreendedor* (2011) em <https://dowbor.org/2019/10/mariana-mazzucato-the-entrepreneurial-sate-debunkiong-public-vs-private-sector-myths-anthem-press-new-york-2015.html>

com esses dólares emitidos. A pressão levou os Estados Unidos a romperem com o acordo, desvinculando o dólar das garantias em ouro. Hoje o processo continua com o “Quantitative Easing”, com a facilidade do dinheiro virtual. As sucessivas guerras dos Estados Unidos foram essencialmente financiadas com essas emissões, e o processo continua a desequilibrar o sistema internacional. Não à toa há por toda parte tentativas de sair do dólar para as transações internacionais. É um pedágio mundial.⁵⁵

Quando falamos de mudança no modo de produção capitalista, não se trata de discussão semântica. Pois muito além da exploração salarial, temos de entender melhor os mecanismos atuais de apropriação do excedente social por meio do endividamento generalizado, do aumento extorsivo dos dividendos, de intermináveis patentes, da evasão fiscal, dos paraísos fiscais, da apropriação do capital natural do planeta, da microdrenagem de recursos por tarifas, das taxas sobre transferências internacionais, de cobranças sobre os cartões de crédito, do rentismo dos monopólios, dos monopólios de demanda, da especulação imobiliária, do comércio de informações pessoais, da manipulação publicitária individualizada, da inflação e outros mecanismos que entendemos muito menos, e que somos individualmente incapazes de enfrentar.

Um salário extorsivo pode levar a uma greve, lutas, paralisia e acordos com a empresa. Quem é extorquido por uma taxa elevada de juros vai se manifestar onde? Em frente a uma agência bancária? Uma parte importante do que você pagou no Uber vai para grupos financeiros nos Estados Unidos. Não é preciso fazer um cheque ou uma ordem de pagamento: é automático. O dinheiro imaterial é muito fluido, e vaza por todos os lados. Quanto mais os intermediários privados drenam os nossos recursos, mais desviam a nossa atenção para os impostos. O Estado se tornou o grande bode expiatório, mas é só seguir o dinheiro para ver de quem se trata. A quem pertence o Estado, no Brasil, em 2022?

É importante lembrar que o sistema financeiro mundial não gera os seus lucros apenas ganhando dinheiro com dinheiro (*pecunia pecuniam parit*, diziam os antigos). Exemplo prático: eu, em São Paulo, pago 200 reais pelo dia de trabalho da minha faxineira. Ela tem problemas de saúde, e com a fragilização do SUS pelo governo, passou a pagar um plano privado de saúde. No caso, o grupo financeiro que controla esse plano de saúde tem a BlackRock como acionista. Ou seja, parte do dinheiro que eu pago para a minha faxineira vai contribuir para os acionistas da BlackRock em qualquer parte do planeta. São formas muito diversificadas de microdrenagem de dinheiro que penalizam bilhões de pessoas. Alguém tem de pagar pelos gigantescos lucros da indústria de gestão de ativos e outros agentes financeiros que hoje dominam o sistema, e as novas tecnologias permitem uma teia de drenos que atinge a base da sociedade. Cada um de nós contribui

⁵⁵ O mecanismo foi descrito no hoje clássico *The American Challenge*, (Le défi Américain) de Jean Jacques Servan Schreiber, de 1969, e hoje é amplamente discutido, mas insuficientemente divulgado. Não à toa os Estados Unidos entram em guerra se países tentam realizar transações internacionais sem passar pelo dólar. O impacto atual da dominação do dólar é detalhado no livro de Michael Hudson, *Destiny of Civilization*, ISLET, 2022 - <https://dowbor.org/2022/09/destiny-of-civilization-finance-capitalism-industrial-capitalism-or-socialism.html>

quando faz um pagamento com cartão, ou toma um Uber. A desigualdade tem sólidas raízes e estamos todos nos debatendo nessa teia.

A transformação nas formas de exploração nos obriga a repensar e redirecionar nossas frentes de luta. Com a pandemia, por exemplo, tornou-se evidente o caráter explorador da grande indústria farmacêutica, e as pessoas passaram a se dar conta da importância de repensar o sistema de patentes. O pagamento quase nulo de impostos pelos bilionários improdutivos mostra a que ponto é importante gerar um sistema articulado de cobrança internacional. O travamento do acesso ao conhecimento científico por parte dos oligopólios mostra a necessidade de expandir o *Creative Commons*, *Open Access* e outros mecanismos colaborativos e gratuitos de comunicação científica. O endividamento generalizado das famílias, das empresas e dos Estados aponta para a necessidade de assegurar, por meio de finanças públicas e de finanças de proximidade, que os recursos sejam direcionados para o desenvolvimento sustentável. O peso da indústria de gestão de fortunas (*asset management industry*) e de ativos financeiros em geral, BlackRock e semelhantes, precisa ser drasticamente reduzido. O dinheiro não é deles, não são produtores, mas eles o gerem e cobram. Não é lucro sobre produção, é renda sobre intermediação.

A lógica geral propositiva é que quando os mecanismos de apropriação do excedente social se deslocam, mudam as frentes de luta para que os recursos, que são da sociedade e não dos intermediários, voltem a servir à sociedade. Em outros tempos, a luta era para socializar os meios de produção, as fábricas. Hoje, o poder sobre as próprias fábricas se deslocou. O principal desafio está nos gestores improdutivos que se apropriaram do conjunto, inclusive de boa parte do sistema público, por exemplo, do Banco Central no Brasil. A “autonomia” do Banco Central faz parte: passa do controle do governo para o controle pelos próprios bancos, que passam a regular as atividades em função dos seus próprios interesses. Chamam isso de autoregulação responsável.

Um desafio particularmente complexo é que o dreno dos recursos econômicos da sociedade, pelos intermediários dos mais diversos tipos, afeta a base política das transformações. As grandes plataformas de comunicação e os sistemas online de serviços financeiros, inclusive o sistema de exportação primária atual, geram pouquíssimos empregos. Estamos na era da uberização, do telemarketing, dos empregos precários e da massa de trabalhadores subutilizados, conforme vimos, porque os sistemas de pedágio econômico que passaram a predominar simplesmente não precisam de muitos trabalhadores. “O que há de novidade no mundo do trabalho no Brasil é justamente a plataformização, que joga uma pá de cal no processo histórico de flexibilização e precarização do trabalho, agora em parceria com financeirização, dataficação e racionalidade neoliberal.”⁵⁶ A força social de transformação que representavam os trabalhadores formais nas grandes empresas diminuiu em número, ficou mais fragmentada em segmentos especializados, e vem sendo frequentemente manejada à distância por algoritmos, num contexto de fragilização dos sindicatos e de

⁵⁶ Rafael Grohmann - *Para vencer a distopia da exploração digital* (Outras Palavras, 23 de agosto 2021). <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/para-vencer-a-distopia-da-exploracaodigital/>

diversas formas de representação. O precariado nos leva a outro conceito de luta de classes.

A revolução digital dos novos tempos nos leva a pensar no potencial de uma mudança cultural profunda na sociedade, capaz de deslocar o eixo principal das relações sociais ancorado na competição para outra sociedade centrada na colaboração. Não se trata aqui de um sonho humanista, e sim do fato que numa sociedade em que o principal fator de produção é o conhecimento, os processos colaborativos são simplesmente muito mais produtivos do que a competição. Robin Ahnel resume: “Campanhas que já estão em curso podem começar com a transição da economia da competição e ganância (*greed*) para a economia de cooperação com equidade.”⁵⁷ Rafael Grohmann apresenta as numerosas iniciativas no resgate do potencial da conectividade para uma gestão colaborativa em rede: “As plataformas cooperativas podem ser de trabalhadores, consumidores ou multilaterais, o que mostra as múltiplas possibilidades nos seus desenhos institucionais.” São novas frentes de luta, muito além do nível de remuneração. O processo tecnológico não irá se reverter sozinho, ele precisa ter o seu sentido político transformado para servir à sociedade e não às plataformas.

Essa transformação tem sólida base: quando o principal fator de produção é o conhecimento, que com a conectividade online pode ser replicado ao infinito, sem custos adicionais para quem o produziu, nós podemos generalizar o acesso, remunerando apenas os custos iniciais da sua geração, e multiplicando os benefícios por milhões de utilizadores. Na China, no quadro do CORE (China Open Resources for Education), um inovador recebe um bônus da instituição, e o avanço é repassado para toda a rede de universidades e centros de pesquisa. Assim, ninguém fica reinventando a roda, todos trabalham na crista da inovação. Gera-se um ambiente colaborativo e sistemicamente inovador. Wikipédia, *Open Access*, *Creative commons*, *OCW* do MIT e tantas outras experiências, apresentadas entre outros no livro *Wikinomics*, de Don Tapscott e Anthony Williams, apontam para um caminho muito mais equilibrado e produtivo.⁵⁸

Além disso, o processo de construção interativa e colaborativa de conhecimento em rede é mais justo, pois permite reduzir o impacto de atravessadores que travam o acesso a um conhecimento que poderia multiplicar a produtividade de outros agentes. Gar Alperovitz e Lew Daly trazem uma excelente análise em *Apropriação Indébita*, mostrando por exemplo que se não fossem os avanços sobre a tecnologia do transistor e do microprocessador desenvolvidos por outros, um Bill Gates estaria na sua garagem brincando com tubos catódicos. Pagamos fortunas por um produto para o qual a sua

⁵⁷ Robin Ahnel (postscript by Noam Chomsky) – *Economic Justice and Democracy: from Competition to Cooperation* (Routledge, 2005, p. 254). Importante leitura é também o livro de Paul Mason, *Postcapitalism* (Penguin, UK, 2015).

⁵⁸ Don Tapscott e Anthony Williams. *Wikinomics: how mass collaboration changes everything* (Penguin, US, 2006). Em português foi publicado pela Nova Fronteira, em 2007. Confira resenha em <https://dowbor.org/2008/03/wikinomics-2.html>. Um clássico da área é evidentemente Manuel Castells com os seus estudos sobre a sociedade em rede: ver por exemplo *The Internet Galaxy* (Oxford University Press, 2001).

empresa contribuiu muito pouco, aproveitando conhecimentos desenvolvidos por outras instituições e centros de pesquisa, e destruindo competidores. Hoje somos forçados a utilizar o Word, por exemplo, simplesmente porque temos de utilizar o que os outros usam. Não há mercado nem competição, apenas monopólio de demanda e rentismo. Até quando ficaremos pagando esse pedágio? O conhecimento é uma construção social, e o seu retorno deve ser para a sociedade. O objetivo não é controlar o conhecimento, é liberá-lo dos atravessadores.⁵⁹

A conectividade planetária permite muito mais gestão horizontal em rede, no lugar das gigantescas pirâmides de poder verticalizado. A riqueza do planeta, fruto dos avanços científicos e do desenvolvimento da capacidade produtiva, atingiu um nível que hoje permite que todos vivam de maneira digna e confortável, bastando para isso uma redistribuição moderada de riqueza, e em particular o controle do dreno financeiro por parte de agentes econômicos improdutivos. A guerra de todos contra todos, o *homo homini lupus*, com as tecnologias modernas de guerra, de sabotagem cibernética, de manipulação biológica, das técnicas de vigilância apresentam um horizonte destrutivo. Somos todos tripulantes da espaçonave Terra, mas há os que querem ser passageiros de luxo, ou até comandantes, e estão destruindo a própria nave.

A exploração por meio de salários baixos, a tradicional mais-valia extraída dos trabalhadores, continua presente. Mas a apropriação do excedente social se ampliou radicalmente, por parte de atravessadores de diversos tipos, que cobram pedágio sobre praticamente todas as nossas atividades, quer contribuam produtivamente ou não. Não há dúvidas quanto ao poder financeiro, midiático, militar e até de controle das pessoas pelos algoritmos individualmente direcionados, por parte dos gigantes corporativos. E eles são não só improdutivos como destroem nossa base natural de sobrevivência, jogando-nos numa situação de desigualdade explosiva, e obrigando a massa da população a recorrer a atividades humilhantes para sobreviver no setor informal, isso quando a riqueza acumulada, os conhecimentos científicos e as tecnologias modernas permitem que o mundo se desenvolva de maneira sustentável e equilibrada.

Em particular, não há nenhuma razão econômica para tanta destruição, violência e sofrimento. Uma conta simples ajuda: os 90 trilhões de dólares que representam o PIB mundial, divididos pela população mundial de 8 bilhões de pessoas, equivalem a 20 mil reais por mês por família de quatro pessoas. No Brasil, o equivalente é 13 mil reais por mês. Com uma moderada redução das desigualdades, com o que produzimos hoje poderíamos assegurar a todos uma vida digna e confortável, e financiar medidas para parar de destruir o planeta.⁶⁰ A catástrofe em câmara lenta que vivemos não é

⁵⁹ Gar Alperovitz e Lew Daly – *Apropriação indébita* (Senac, São Paulo, 2010). Confira resenha em: <https://dowbor.org/2010/11/apropriacao-indebita-como-os-ricos-estao-tomando-a-nossa-heranca-comum.html>

⁶⁰ O PIB é uma cifra tecnicamente frágil, mas é a referência mais utilizada, e suficiente para mostrar que o problema central não é a falta de recursos, mas a sua má distribuição e alocação. Para detalhes, vejam a minha nota técnica *Além do PIB: medir o que importa* – 2021 - <https://dowbor.org/2021/02/o-debate-sobre-o-pib-estamos-fazendo-a-conta-errada-abr-2.html> . O *Stiglitz Report* traz a avaliação técnica mais avançada, ver <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/8131721/8131772/Stiglitz-Sen-Fitoussi-Commission-report.pdf>

inevitável. Não se trata de “leis” econômicas, são escolhas. Thomas Piketty deixa isso claro: “A desigualdade é antes de tudo uma construção social, histórica e política. Dito de outra forma, para o mesmo nível de desenvolvimento econômico ou tecnológico, existem sempre múltiplas formas de organizar um sistema de propriedade ou um regime de fronteira, um sistema social e político, um regime fiscal e educativo. Essas escolhas são de natureza política.”⁶¹

Como escreveu Martin Wolf, economista chefe do Financial Times, este sistema perdeu a sua legitimidade. É um gigante financeiro, mas com pés de barro por travar o desenvolvimento. Cabe a nós batalhar por uma sociedade que faça sentido, olhando o potencial colaborativo que se abre com a revolução digital. Construir o futuro é mais promissor do que tentar consertar o passado. A história da humanidade tem sido dominada por minorias que se apropriam do excedente social e que geram sucessivas narrativas ou contos de fadas para justificar a exploração. E para os que não acreditam em contos de fadas, naturalmente, há o porrete. Mecanismos de exploração, narrativas e o porrete continuam ativos. É tempo de nos civilizarmos.

⁶¹ Thomas Piketty, *Histoire de l'égalité* (Seuil, 2021, p. 20).

III – A SUBUTILIZAÇÃO DOS POTENCIAIS EXISTENTES⁶²

O capitalismo financeiro é eficiente em extrair recursos, mas deixou de ser um eficiente organizador dos processos produtivos. Pode ser eficiente no nível interno de organização de uma empresa, no sentido de maximização do retorno financeiro, mas a sua ineficiência sistêmica é simplesmente impressionante. Keynes, já nos anos 1930, espantava-se de tanta gente parada com tanta coisa por fazer. Hoje, essa compreensão é mais atual do que nunca. Aguardar que os mercados “resolvam”, reduzindo impostos, eliminando mecanismos de regulação, fechando os olhos sobre os desastres ambientais e sobre a desigualdade explosiva que provocam, é um contrassenso. A inclusão produtiva se organiza aproveitando todos os recursos, tanto os mecanismos de mercado, como o planejamento e regulação públicos, e os sistemas participativos da sociedade civil. Um enfoque muito útil, trabalhado em particular por Ignacy Sachs, consiste em inventariar os recursos subutilizados, o potencial parado ou mal aproveitado que existe no país. Isso permite ter uma visão de conjunto, uma compreensão das peças que precisam ser articuladas.

A subutilização de fatores de produção no Brasil, tema que envolve tanto a economia como a política, tem tudo a ver com a dimensão estrutural dos nossos dramas. É uma visão prática. Qualquer pessoa que já administrou uma empresa, um projeto, um território, ao ver pessoas paradas, máquinas paradas, terra subutilizada, capital sem utilidade, pensa em como articular o conjunto. É uma questão de organização, não de esperar a fada da ‘confiança’. O capitalismo atual é de uma ineficiência sistêmica impressionante.

- **A subutilização da mão de obra**

Voltamos aos números que vimos acima, com mais detalhe. A realidade é chocante: neste país de 214 milhões de habitantes, o emprego formal privado, com carteira assinada (excluído trabalho doméstico) se resume a 33 milhões de pessoas.⁶³ Somando 11 milhões de funcionários públicos, são 44 milhões, apenas 42% da força de trabalho de 106 milhões. A subutilização da força de trabalho constitui uma dimensão particularmente gritante da nossa fragilidade econômica, pois se trata, para além do

⁶² O presente capítulo é baseado no artigo publicado na revista do Conselho Federal de Economia, COFECON, e reproduzido por Outras Palavras, em 2021: <https://dowbor.org/2020/09/1-dowbor-a-subutilizacao-de-fatores-de-producao-revista-do-cofecon-jul-set-2020.html>

⁶³ “O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, sem contar os trabalhadores domésticos, atingiu o número de 33,5 milhões de pessoas no terceiro trimestre de 2021” - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/ibge-emprego-com-carteira-assinada-na-area-privada-tem-alta-de-44>

drama social, de uma enorme insensatez econômica. A *Síntese de Indicadores Sociais 2019* do IBGE traz uma seção sobre essa questão.⁶⁴

Como ordem de grandeza, temos 40 milhões de pessoas no setor informal. Segundo o IBGE, a renda desses trabalhadores é a metade da renda que o trabalhador formal aufera. São pessoas que no essencial “se viram”. Ser ‘empreendedor individual’ sem dúvida frequentemente assegura uma aparência mais digna à subutilização, mas vemos na própria uberização e terceirizações irresponsáveis o que isso pode significar. E temos 15 milhões de pessoas formalmente desempregadas. Somando os 40 milhões do setor informal e os 15 milhões de desempregados, são 55 milhões, a metade da força de trabalho. A esse contingente precisamos acrescentar o imenso desalento, pessoas que estão em idade de trabalho, mas desistiram de procurar, e ainda as pessoas classificadas como empregadas, mas que trabalham apenas algumas horas.

No conjunto, a subutilização da força de trabalho, num país onde há tantas coisas por fazer, é absolutamente chocante. Em cada um dos 5.570 municípios do país, temos por exemplo pessoas desempregadas e terra parada. Não é complicado pensar que se possa organizar um cinturão verde hortifrutigranjeiro em torno de cada um, simplesmente articulando os fatores de produção parados. Em Santos, no tempo de David Capistrano, acompanhei o projeto em que os desempregados da cidade foram cadastrados e organizados na Operação Praia Limpa, com obras de saneamento, tirando os esgotos dos canais pluviais, o que recuperou a balneabilidade das praias, e em consequência, resgatou o turismo, a atividade hoteleira e semelhantes, transformando uma operação temporária em empregos permanentes. O prefeito não ficou esperando “os mercados”: gerou a base da sua dinamização. Exemplos não faltam, planejamento econômico e social consiste, em boa parte, em articular fatores subutilizados.⁶⁵

Um argumento ideológico vergonhoso sempre buscou justificar a desigualdade com a falta de iniciativa dos pobres: o pobre não precisa que lhe ensinem disposição para trabalhar, precisa de oportunidades. Isso envolve planejamento e iniciativas públicas, em vez de discursos ideológicos.

- **A subutilização da terra**

O censo agropecuário de 2017 nos dá outra dimensão da subutilização dos fatores. O Brasil é imenso. Os 8,5 milhões de quilômetros quadrados correspondem a 850 milhões de hectares. Segundo o censo, 353 milhões de hectares constituem estabelecimentos

⁶⁴ Trabalhamos aqui com ordens de grandeza. Detalhes mais recentes de variações não alteram a situação <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/ibge-aumenta-emprego-formal-e-informal-mas-cai-rendimento-medio>

⁶⁵ A articulação inteligente do setor público e do setor privado, visando o bem comum, constitui a linha mestra do excelente estudo de Mariana Mazzucato, *Missão Economia: um guia inovador para mudar o capitalismo* – Portfólio/Penguin, São Paulo, 2022 ; Políticas mais amplas são apresentadas por Pavlina Tcherneva, *the Case for a Job Guarantee*, resenha em <https://dowbor.org/2022/05/the-case-for-a-job-guarantee.html>

agrícolas. Nesses, 225 milhões de hectares constituem solo agricultável, portanto disponível para atividades produtivas, tanto pela qualidade do solo como pela disponibilidade de água. O que choca é que, somando a lavoura permanente e temporária, o uso produtivo no sentido pleno ocupa apenas 63 milhões de hectares.⁶⁶ Arredondando, temos 160 milhões de hectares de solo agrícola parado ou subutilizado. Essa área representa 5 vezes o território da Itália. Precisamos desmatar a Amazônia? Quem conhece a Europa ou a China, onde a intensidade de uso do solo é muito elevada, e viaja pelo interior do Brasil, fica espantado com as gigantescas áreas de terra parada, ou subutilizada.

Grande parte dessa terra parada ou subutilizada é ocupada pela pecuária extensiva. O limite entre terra produtiva e improdutivo gerou um amplo debate devido à pressão secular pela reforma agrária no país. Usar imensas regiões com quase um hectare por cabeça de gado gera fortunas para os conglomerados agroexportadores de carne, mas para quem conhece formas modernas de criação de gado semiconfinado, com as unidades de pecuária plantando forragem, o desperdício torna-se evidente. Numa imensa parte do Brasil, o solo constitui apenas a base para um rentismo improdutivo. A pecuária extensiva usa desmatamento irresponsável na Amazônia e no cerrado, gera pouquíssimo emprego, poucos impostos e está articulada com os grandes *traders* internacionais de commodities. The Economist aponta que, no Brasil, no hectare ocupado por um boi poderiam ser produzidas 5 toneladas de milho ou 28 toneladas de batata.⁶⁷ Não à toa a empresa de carne, JBS, aliás sob controle da J&F Investimentos, tornou-se o gigante que é. O Movimento Sem Terra (MST) utiliza a terra de forma incomparavelmente mais produtiva e sustentável.

Um resgate do ITR, Imposto Territorial Rural, que no Brasil constitui uma ficção, permitiria estimular a produtividade: como na Europa e em outras regiões, o fato de pagarem impostos sobre a terra parada estimula os proprietários a utilizá-la de maneira mais produtiva, ou vendê-la para quem produza. Em particular, é preciso tributar o rentismo, em que se valoriza terras com a simples expansão de infraestruturas e da urbanização. Em Imperatriz do Maranhão, mais de 80% dos produtos nas gôndolas dos supermercados vêm de São Paulo, enquanto imensas extensões de terra parada adormecem em volta da cidade. Terras que se valorizam passivamente com a expansão urbana. Estamos esperando que “os mercados” resolvam?

⁶⁶ Ver dados resumidos do censo agropecuário de 2017 em https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html

⁶⁷ The Economist (30 de abril de 2022). “But on the hectare that it takes to graze a Carapreta cow, an average Brazilian farm could produce 28 tonnes of potatoes or five tonnes of corn.” https://www.economist.com/the-americas/2022/04/30/can-brazil-help-with-food-shortages-around-the-world?utm_content=conversion.direct.response.non-subscriber.article_middle&utm_campaign=a.22climatechange_content_5article_prospect.2022-05-05&utm_medium=email-owned.np&utm_source=salesforce-marketing-cloud&utm_term=5/5/2022&utm_id=1154969&sfmc_id=0033z00002rn0e2AAA

- **A subutilização do capital**

Tão gritante como a subutilização da força de trabalho e da terra no Brasil é a subutilização do capital, que se transforma em patrimônio familiar ou em aplicações financeiras em vez de investimentos produtivos. Isso trava o desenvolvimento de infraestruturas, a produção de bens e serviços e o emprego. No Brasil, são raros os que fazem a distinção tão essencial entre aplicação financeira e investimento produtivo. Em francês, a diferença entre *placements financiers* e *investissements* é bastante clara. O Economist, por falta de conceito de aplicação financeira, distingue *speculative investments* e *productive investments*. Mariana Mazzucato utiliza *financial investments* para caracterizar a diferença. O fato é que no Brasil o que os bancos chamam de investimento constitui uma imensa esterilização dos nossos recursos. Especuladores gostam de se chamarem de ‘investidores’.

Os 315 bilionários brasileiros apresentados na edição especial da *Forbes* são essencialmente donos de *holdings*, acionistas, controladores de fundos de investimentos, donos de cotas acionárias, e naturalmente banqueiros ou acionistas de bancos. Grande parte são simplesmente herdeiros. A intermediação financeira, como vimos, transformou-se entre nós em autêntica extorsão. Um dos principais mecanismos são as taxas usurárias de juros, representando como ordem de grandeza ao mês o que no resto do mundo se cobra ao ano. Exemplos de custo efetivo total de crédito apresentados pela ANEFAC (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contábeis) incluem, para pessoa física em março de 2022, 84% em média no crediário comercial, 366% no cartão de crédito, 149% no cheque especial, 58% no empréstimo pessoal nos bancos. A título de comparação, os juros sobre cartão de crédito cobrados no Canadá eram 22% ao ano, reduzidos por ordem do governo para 11% com a pandemia. Nas financeiras brasileiras, onde muita gente vai buscar dinheiro de emergência, o crédito pessoal atinge 120%. Na Europa, situa-se na faixa de 5% ao ano. Para pessoa jurídica, a média apresentada pela ANEFAC é de 55%, uma taxa que atola as empresas em dívidas impagáveis. Em vez de fomentar a economia, os bancos a dranam, e travam a capacidade produtiva.

Todas essas taxas estão aproximadamente no mesmo nível desde 2013, independentemente das variações da taxa básica de juros (taxa Selic) no Brasil.⁶⁸ Os imensos lucros financeiros gerados criaram uma força política que soube travar as tentativas do governo Dilma de reduzir as taxas de juros, em 2013, com o custo político que conhecemos. Com Joaquim Levy, ministro da economia entre janeiro e dezembro de 2015, os juros voltaram a crescer e a agiotagem se mantém até hoje. O resultado é que duas forças essenciais de propulsão da economia, a demanda das famílias e o investimento das empresas, viram-se drasticamente reduzidos, ainda antes da pandemia, que apenas agravou a extração improdutiva. Lembrando que o último ano de crescimento significativo da economia brasileira foi 2013, de 3,0%. Com a ofensiva

⁶⁸ Ver Pesquisa de Juros, ANEFAC (abril de 2022) em https://www.anefac.org/files/ugd/bed087_18abab75c41e47f8a1ecd3ff366522df.pdf

contra a fase desenvolvimentista e distributiva a partir de 2013, a guerra da Lava-Jato e o caos pré- e pós-eleitoral, a economia brasileira estancou, e em 2022 está no seu nono ano de paralisia.⁶⁹ O dreno dos recursos pelos grupos financeiros desarticulou a economia e a mantém parada.

Em termos de teoria econômica, o conceito de financeirização se tornou essencial. Os trabalhos de Thomas Piketty, de Mariana Mazzucato, de Joseph Stiglitz, de Marjorie Kelly, de Ann Pettifor, de Ellen Brown, de Hazel Henderson e de tantos outros permitiram uma reviravolta depois de 40 anos de dominância do discurso neoliberal. A base é simples: a produção de bens e serviços, o PIB no mundo, aumenta em cerca de 2% a 2,5% ao ano. Os rendimentos de aplicações financeiras em volumes elevados se situam entre 7% e 9%. Entre juros e dividendos, ganhar dinheiro, o grande dinheiro, se divorciou em grande parte dos processos produtivos. O capital vai para onde rende mais. O mecanismo básico de apropriação do excedente social se deslocou: para explorar um assalariado, o empresário precisa pelo menos gerar um posto de trabalho. Hoje o endividamento das famílias é generalizado, as tarifas absurdas nos cartões atingem a todos. E os dividendos elevados nas empresas produtivas tornam a expansão produtiva pouco viável.

O empresário efetivamente produtivo não precisa de “confiança” ou de discurso ideológico, mas de famílias com capacidade de compra, para ter para quem vender; e precisa de juros baratos para conseguir financiar a produção. No Brasil, ele não tem nem uma coisa, nem outra. Após tantos anos de “Ponte para o Futuro”, em diversos formatos, as empresas no Brasil estão trabalhando com 30% de capacidade ociosa. David Harvey tem razão, o que era capital, portanto dinheiro inserido no processo de acumulação produtiva do capital, hoje é essencialmente patrimônio. Entre 2020 e 2021, os 315 bilionários brasileiros aumentaram os seus patrimônios em 700 bilhões, um aumento da ordem de 50% numa economia parada. No início da pandemia, em apenas quatro meses, entre março e julho de 2020, o grupo mais restrito de 42 bilionários brasileiros (em dólares) tinha aumentado as suas fortunas em 180 bilhões de reais: é o equivalente a 6 anos de Bolsa-Família para 42 pessoas, em 4 meses, em plena pandemia.⁷⁰ Lembrando ainda que, desde 1995, esse tipo de ganho é isento de impostos (lucros e dividendos distribuídos), e que se trata essencialmente de ganhos sobre atividades improdutivas.

⁶⁹ O ano de 2014 pode ser considerado o ano de ruptura, de transição para a fase de austeridade a partir de 2015, com a paralisia consequente da economia. Dilma é tirada formalmente do poder em 2016, mas o deslocamento da fase distributiva para a fase da chamada austeridade se dá antes. Não há crescimento econômico significativo a partir da “Ponte para o Futuro” e da política de ‘austeridade’. A pandemia apenas agravou uma paralisia econômica já estabelecida. Dizer que Dilma quebrou a economia, e que vieram consertar, é uma cômoda transferência de responsabilidades. As políticas distributivas funcionam e têm de ser retomadas.

⁷⁰ Dados da Forbes (Ano IX, No 89, Agosto de 2021). Ver também dados da Oxfam: <https://dowbor.org/2020/07/bilionarios-da-america-latina-e-do-caribe-aumentaram-fortuna-em-us-482-bi-durante-pandemia-oxfam-brasil-2020-3p.html/>

A dinâmica econômica da China, ou da Coreia do Sul, por exemplo, não constitui um milagre, tratou-se simplesmente de assegurar a orientação dos recursos financeiros para atividades produtivas. Um relatório da ONU resume a questão: “A prosperidade para todos não pode ser assegurada por políticos com visão de austeridade, corporações centradas no rentismo e banqueiros especulativos. O que necessitamos urgentemente agora é um novo pacto global.”⁷¹ O dinheiro tem de voltar a ser útil.

- **A subutilização do potencial científico-tecnológico**

Hoje o principal fator de produção é o conhecimento. O que está se formando é muito mais do que uma ‘indústria 4.0’. A mudança é sísmica. Adotamos aqui a mesma visão expressa no *New Scientist*: “A tecnologia tem um potencial tão grande que a expectativa geral é que o seu impacto seja tão profundo quanto o da revolução industrial.”⁷² Não é só o dinheiro que se desmaterializou, simples sinais magnéticos registrados em computadores, é o conjunto da economia que desloca suas formas de organização para aquilo que André Gorz chamou de “o imaterial”. Não é mais a General Motors e semelhantes que dominam o jogo, são os sistemas de controle das finanças e das tecnologias, o GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft), nos Estados Unidos, o BAT (Baidu, Alibaba e Tencent) na China, os SIFIs (*Systemically Important Financial Institutions*), e evidentemente os gigantes de gestão de ativos como BlackRock, Vanguard e State Street. No centro da economia, não está mais a fábrica, estão as plataformas, os gestores de fortunas, os controladores da comunicação e da informação pessoal.⁷³

É impressionante o recuo do Brasil com a submissão aos Estados Unidos no caso da tecnologia do 5G, a desestruturação das capacidades de pesquisa da Petrobrás, o fechamento do programa de formação de cientistas no exterior, o travamento das bolsas de pesquisa e de pós-graduação, a venda mal abortada da Embraer, a transformação do país em mero comprador de patentes: o recuo nessa área terá impactos avassaladores sobre o futuro do país. Temos mais de um terço da população sem acesso à internet, numa era em que ficar fora do sistema digital significa isolamento social e desconexão com as dinâmicas econômicas. Ainda temos universidades em que os alunos tiram xerox de capítulos acumulados nas pastas de professores.

Ainda travamos acesso aos textos científicos quando o MIT os disponibiliza na plataforma OCW (Open Course Ware), a China no sistema CORE (China Open

⁷¹ UNCTAD – *Trade and Development Report 2017: Beyond Austerity, Towards a Global New Deal* – (Geneva, 2017, p. ii).

⁷² “The technology has such potential that its impact on society is widely expected to be as profound as the industrial revolution.” (*New Scientist*, April 23, 2018).

⁷³ Detalhamos essas transformações, e a gestação de um novo modo de produção digital, em *O Capitalismo se Desloca: novas arquiteturas sociais* (SESC-SP, 2020). Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/05/Dowbor-O-capitalismo-se-desloca-Edicoes-SescSP-2020.pdf>

Resources for Education). O Japão há décadas possui sistemas online de apoio tecnológico para pequenos produtores, inclusive de agricultura familiar. Há cinquenta anos, a Finlândia lançou o programa de generalização de elevação científico-tecnológica do país, com programas educacionais públicos, gratuitos e universais. No Brasil, ainda se discute a privatização e distribuição de *vouchers*, proposta dos tempos de Ronald Reagan nos Estados Unidos. A subutilização da imensa capacidade criativa da população, ao se travar as oportunidades para a imensa maioria, constitui um crime contra as próximas gerações, e demonstra uma profunda ignorância do que Jessé Souza chamou adequadamente de *A elite do atraso*.

- **A subutilização das políticas públicas**

Celso Furtado tinha a ideia clara da importância do Estado e do planejamento. No nosso caso, em nome de ideologias ultrapassadas, está se paralisando o país, mas também comprometendo o seu futuro. A ideia do ‘Estado mínimo’ é simplesmente burra. Há coisas que a empresa privada faz melhor, como produzir tomate, bicicleta ou automóvel. Entregar para grupos privados serviços básicos como saúde, educação, cultura, segurança e outras políticas sociais leva a perdas radicais de eficiência. O maior setor econômico dos Estados Unidos é hoje a saúde, cerca de 20% do PIB. O custo dos serviços americanos de saúde, em grande parte privatizados, é de 10.400 dólares por pessoa por ano. No Canadá, onde os serviços de saúde são públicos, gratuitos e de acesso universal, o custo é de 4.400 dólares. O Canadá está entre os primeiros em termos de qualidade da saúde da população, no conjunto dos países da OCDE, enquanto os Estados Unidos estão entre os últimos.

Mariana Mazzucato, em *O Estado Empreendedor* e no mais recente *Missão Economia*, traz com força a importância do papel do Estado na promoção de políticas. Não se trata do tamanho do Estado, e sim dos efeitos multiplicadores, em termos de produtividade sistêmica do país, que pode assegurar um Estado forte e orientado pelos interesses da nação. No nosso caso, com a apropriação de funções-chave do Estado por grupos privados, e a liquidação da regulação financeira, é o conjunto das atividades do país que é prejudicado, atingindo inclusive tantas empresas produtivas que apoiaram os retrocessos políticos, acreditando no conto de fadas.

Entramos na era da pandemia com 6 anos acumulados de marasmo econômico e social. Em 2022 estamos no nono ano de paralisia. Resgatar o papel do Estado como indutor de desenvolvimento, descentralizar a gestão pública, resgatar a função do planejamento na articulação dos recursos subutilizados, e em particular resgatar a regulação do sistema financeiro, para que financie o que é necessário ao país, são pontos de partida simplesmente necessários. Esta compreensão está se generalizando. É impressionante ler no editorial do Financial Times, de 4 de abril de 2020, já em plena pandemia, que “os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia, e devem ver os serviços públicos como investimentos, não como obrigações.” Aqui, no Brasil,

economistas pré-históricos falam em Estado-mínimo e qualificam os serviços públicos como “gastos”.

No conjunto, a impressionante subutilização de fatores de produção no Brasil elucida a dimensão central da paralisia econômica e social: a perda de produtividade sistêmica. São imensos recursos parados ou drenados de forma improdutivo, enquanto o Estado, que é o principal articulador do conjunto, é imobilizado. As soluções residem na organização da sinergia: juntar a terra parada e as pessoas paradas, mobilizar finanças para assegurar o apoio científico tecnológico e a compra de insumos correspondentes, assegurar renda que dinamize a demanda para a produção crescente. Não há mistérios quanto às medidas a tomar. Em vez de bobagens como Estado mínimo, privatização, juros elevados, prioridade às exportações ou teto de gastos, medidas que apenas enriquecem elites improdutivas, trata-se de orientar os recursos para onde terão efeitos multiplicadores. O denominador comum dos países que funcionam, mesmo com sistemas políticos diferenciados, é o de orientar a economia para o bem-estar das famílias, mobilizando para isso não só as empresas, como o Estado e as organizações da sociedade civil.

IV – RESUMO DE POLÍTICAS: PROPOSTAS

Esta quarta parte sistematiza as propostas para uma sociedade que funcione, objetivo que envolve tanto as dimensões econômicas como as de organização social e política, e em particular um deslocamento da própria compreensão do que chamamos de desenvolvimento. Agrupamos as propostas em quatro eixos: 1) a inclusão produtiva, focando em particular o nosso principal dilema, a desigualdade; 2) os mecanismos financeiros, focando as medidas necessárias para que os recursos sirvam ao desenvolvimento equilibrado, e não apenas à alimentação de fortunas privadas; 3) a modernização da gestão, dos processos decisórios hoje inoperantes, no sentido da descentralização e da reapropriação pela base da sociedade, inclusive aproveitando as novas tecnologias e a conectividade em rede; 4) e o repensar da base política de sustento às novas dinâmicas de desenvolvimento inclusivo, em particular articulando as desigualdades de renda e de riqueza, mas também as desigualdades regionais, de gerações, de raça, de gênero, de sexualidade, buscando o resgate da dignidade humana para o conjunto da sociedade: trata-se da dimensão político-cultural das transformações que temos pela frente.⁷⁴

1) Inclusão produtiva

A inclusão produtiva como eixo estratégico está diretamente ligada à imensa subutilização dos fatores de produção que vimos acima. Lamentar o déficit público, quando se paralisou a fonte de recursos, que é a base produtiva do país, não faz sentido. Ao fragilizar o consumo da população, ao travar o acesso às políticas sociais, ao reduzir os investimentos em infraestruturas e ao aumentar o desemprego, o resultado é uma paralisia geral. As propostas vão no sentido da dinamização da economia pela base, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento, e abrangem: acesso à renda, políticas sociais, investimentos em infraestruturas e políticas públicas de emprego.

- **Assegurar renda na base da sociedade**

No Brasil de 2022, nós temos 19 milhões de pessoas passando fome, das quais cerca de 20% são crianças. Isso é um crime. E temos 116 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, ou seja: ora elas têm, ora não têm comida. Isso num país que produz alimento para o exterior, simplesmente porque com a Lei Kandir, que isenta de impostos a produção para mercados externos, e a valorização do dólar, exportar rende mais para os *traders* de commodities. Mas também faltam habitações, um déficit de cerca de 6 milhões de unidades, e outros bens e serviços básicos, enquanto as empresas

⁷⁴ Detalhamos propostas de reorientação do nosso desenvolvimento no livro *O Pão Nosso de Cada Dia*, em edição ampliada de 2021 - <https://dowbor.org/2015/06/1-dowbor-o-pao-nosso-de-cada-dia-os-processos-produtivos-no-brasil-ed-fundacao-perseu-abramo-sao-paulo-2015144p-isbn-978-85-7643-266-1.html>

funcionam com uma capacidade ociosa entre 25% e 30%, essencialmente porque não há mercado, ou seja, pessoas com capacidade de compra. Essa compreensão é central para o desenho de uma estratégia de desenvolvimento, já que temos ao mesmo tempo necessidades não preenchidas e subutilização de capacidade.

Colocar recursos na base das sociedade, por meio de uma renda básica, da elevação do salário mínimo, da reconstrução da previdência, da garantia de preços mínimos para o pequeno agricultor – sabemos bem como assegurar um fluxo maior de renda para a base da sociedade – gera bem-estar das famílias, dinamiza as empresas, amplia o emprego e não gera inflação, como não gerou durante a fase de inclusão produtiva dos anos 2003 a 2013 no Brasil, nem nas outras experiências distributivas como o New Deal americano ou o Estado de Bem-Estar de numerosos países.

Algumas coisas não podem faltar a ninguém: é um crime termos crianças e adultos passando fome quando há comida, uma mãe não ter como pagar um medicamento para os filhos, gente vivendo na rua em situações sub-humanas. O Bolsa Família foi um imenso progresso, gerou formas eficientes de organização e controle, mas é preciso garantir a sua regularidade para além da alternância dos governos. Não podemos continuar com famílias que ora não recebem, ora recebem 600 reais como em 2020, ou cerca de 300 com diferenciações, ou ainda 400 reais, segundo fluxos e refluxos políticos: o básico não pode faltar a ninguém, e a universalização do acesso a um mínimo é uma questão de bom senso econômico, mas também de sentimento de segurança e de tranquilidade essencial para a vida das famílias.

Temos os recursos financeiros, desenvolvemos todas as tecnologias necessárias de transferência e controle, e sabemos que é politicamente certo, humanamente justo e economicamente eficiente. Temos de assegurar um fluxo estável, previsível de renda para base da sociedade. Em particular, sabemos que num país de imensos recursos subutilizados, dinamizar a economia pela demanda agregada é fundamental, e os recursos financeiros retornam com sobras. Sugerir que se as pessoas tiverem uma renda básica, elas irão “se encostar” é um preconceito intolerável, inclusive desmentido pelos fatos: trata-se de um piso (*floor*; em inglês, é mais explícito) que permite que todos possam construir suas vidas.⁷⁵

- **Assegurar os investimentos em políticas sociais**

O bem-estar das famílias não depende apenas de dinheiro no bolso. Como ordem de grandeza, 60% do equilíbrio econômico das famílias depende de poder pagar contas e compras, mas os outros 40% dependem do acesso a bens de consumo coletivo: precisamos de segurança, mas não se compram delegacias. Não se compram escolas,

⁷⁵ Os trabalhos de Eduardo Suplicy são muito esclarecedores: mais do que de política de esquerda, trata-se de decência humana, além de bom senso econômico. Enquanto discutimos de política, que as crianças comam. O estudo de Philippe Van Parijs, *Basic Income and the Left* (2020), sistematiza os argumentos.

hospitais, parques necessários ao convívio urbano, rios limpos, ruas arborizadas e tantos serviços essenciais para uma vida digna. O Teto de Gastos e outras limitações de prestação de políticas sociais de acesso gratuito universal constituem um contrassenso econômico, e um sequestro dos bens comuns. Privatizações na área da saúde resultam na indústria da doença (vejam-se os custos e ineficiência dos planos privados de saúde). Na educação, geram elitização e uma autêntica indústria do diploma. Na segurança geram milícias, como vemos tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos.

Em vez de discursos ideológicos sobre ‘Estado mínimo’ e ‘redução de gastos’, temos de resgatar a dimensão pública e de acesso universal a serviços que são absolutamente essenciais, como saúde, educação, segurança, e evidentemente a sustentabilidade ambiental. Com exceção dos Estados Unidos, os países desenvolvidos asseguram o acesso público, gratuito e universal, porque é incomparavelmente mais desburocratizado e eficiente, como vimos acima na comparação dos serviços de saúde entre o Canadá e os Estados Unidos.

Para o Brasil, esse resgate das políticas sociais através do Estado é particularmente importante, na medida em que o acesso público, gratuito e universal, constitui uma poderosa ferramenta de redução das desigualdades, nosso principal entrave estrutural. E os impactos sistêmicos são imensos, na medida em que uma população mais saudável, com níveis cada vez mais elevados de educação e conhecimentos científicos, com mais acesso à cultura, não apenas terá melhor qualidade de vida, como se tornará mais produtiva.

Qualificar políticas sociais como “gastos”, e colocar um teto, enquanto recursos transferidos para os grupos financeiros são qualificados de ‘lucros e dividendos’ e isentos de impostos, é simplesmente absurdo em termos econômicos, ainda que compreensível em termos dos interesses das corporações financeiras que drenam o país. Políticas sociais constituem investimentos de primeira importância para o nosso futuro.⁷⁶

- **Ampliar investimentos em infraestruturas**

As políticas sociais de acesso público, gratuito e universal são essenciais para o bem-estar das famílias, que é o objetivo do desenvolvimento, mas também para a produtividade de todo o sistema produtivo: mão de obra saudável, bem formada, riqueza cultural, segurança, política ambiental, melhores equilíbrios sociais são essenciais para

⁷⁶ Carlos Luque et al., no artigo mencionado (Valor, 11 de maio 2022), calculam que 82% do aumento da dívida resultam dos altos juros pagos aos grupos financeiros. “Os déficits primários desde 1995 são responsáveis pelos 18% restantes. O governo se endividou para pagar juros e a contrapartida do aumento da dívida desde 1995 são juros pagos aos detentores da dívida, nacionais e estrangeiros. É curioso que tanto foco tenha sido posto sobre o controle do gasto público e tão pouco em estabelecer juros a níveis mais razoáveis.” É a farsa que levou ao “teto de gastos”, desmonte da aposentadoria e dos direitos trabalhistas. A elevação dos juros sobre a dívida pública, quando não se trata de inflação de demanda, resulta numa apropriação escandalosa de recursos públicos. Como vimos, trata-se de entre 5 e 7% do PIB.

um ambiente dinâmico de construção do país. Mas igualmente importantes são os investimentos em infraestruturas, que tanto melhoram a qualidade de vida das famílias – com ruas asfaltadas, sistemas públicos de transporte, infraestruturas de internet, acesso à energia barata, sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgotos por exemplo – como melhoram a produtividade das empresas. Neste sentido, o uso de recursos públicos pode ser fortemente ampliado, pois ao gerar produtividade mais elevada, assegura o retorno sobre o investimento. O essencial, naturalmente, é investir de maneira planejada de forma a assegurar a elevação da produtividade sistêmica da economia. Não é gasto, é investimento produtivo.

O papel do Estado é fundamental, como se constatou nos investimentos em infraestrutura tanto na Europa como na China, na Coreia do Sul e outros países: redes integradas e articuladas de infraestruturas de transporte, de comunicações, de energia e de água e saneamento asseguram economias externas para o conjunto das atividades produtivas. As opções guiadas apenas por interesses privados, como no caso dos transportes no Brasil, levaram a que o transporte das pessoas nas cidades seja em grande parte individual, que o transporte de carga seja essencialmente por estrada e caminhão, e que o transporte interurbano de pessoas seja por avião – em todos os casos, opções menos eficientes se comparadas com o transporte público de massa, a cabotagem e redes ferroviárias para carga, e os trens de grande velocidade para a mobilidade regional interurbana. Ou seja, com planejamento, há imensos ganhos em termos de produtividade sistêmica a serem resgatados.

Aqui o Brasil tem tanto os recursos financeiros – investimentos que aumentam a produtividade retornam – como as capacidades técnicas, aliás fragilizadas pelos grupos corporativos que se apropriaram da política. E a reorganização das infraestruturas no país pode ser fonte de um conjunto de iniciativas intensivas em mão de obra, políticas que geram ao mesmo tempo melhor produtividade sistêmica pela qualidade das infraestruturas, renda para as famílias pelos empregos criados na construção das infraestruturas, e dinamização da demanda agregada na base da sociedade.

- **Políticas públicas de emprego**

A imensa massa de recursos humanos subutilizados constitui um desafio e uma oportunidade. Como sugeriu Celso Furtado, quando a produção de uma pessoa é zero, qualquer atividade é lucro. A já mencionada *Operação Praia Limpa*, organizada há décadas pelo prefeito de Santos David Capistrano, representa um exemplo que pode ser multiplicado por todo o país, segundo as circunstâncias: foi feito um cadastro dos desempregados e subempregados do município, e com recursos do município foram realizadas obras de saneamento básico e limpeza das praias, contaminadas pelos esgotos dos prédios, ilegalmente conectados com galerias pluviais. O resultado foi a geração de milhares de empregos, com financiamento da prefeitura. O impacto indireto foi o resgate da balneabilidade nas praias, a dinamização do turismo, e a geração de

numerosos empregos permanentes na hotelaria, restaurantes e outros serviços, por sua vez gerando recursos para o município. São recursos que se multiplicam.

Considerando as dimensões da subutilização da mão de obra no Brasil, inclusive com muitos técnicos com curso superior, ficar esperando que “os mercados” resolvam não faz o mínimo sentido, em particular considerando a penetração de novas tecnologias nos processos produtivos. O Governo Biden está estudando o *Public Employment Program*; a Índia tem programas municipais de projetos públicos intensivos em mão de obra (*National Rural Employment Guarantee Act, 2005*) que garantem 100 dias de emprego pago ao ano. Obras de saneamento básico, por exemplo, que costumam ser intensivas em mão de obra, geram economias na área da saúde, que são da ordem de 4 vezes o custo do saneamento: são investimentos que geram emprego e multiplicam recursos.

Exemplos nacionais e internacionais não faltam, o drama do desemprego, da informalidade e da subutilização de recursos humanos, com todo o sofrimento que geram, pode e precisa ser transformado em produtividade: não são gastos, são investimentos. Precisamos de políticas públicas de emprego, com as formas de organização correspondentes, em particular iniciativas municipais, já que a mão de obra é local. Os 5.570 municípios do país podem se transformar em canteiros de obras, com infraestruturas, manutenção urbana, arborização, e tantas iniciativas que elevam a produtividade sistêmica do território.⁷⁷

E há inúmeras oportunidades de geração de emprego ao assegurar apoio de microcrédito e tecnologia para pequenos produtores, compras governamentais locais, garantia de preços, melhoria das infraestruturas de transporte e comunicações, generalização do acesso à internet e outras iniciativas que asseguram melhores condições de iniciativa empresarial, como se viu em tantos empreendimentos na década 2003-2014, por exemplo, com o programa de microcrédito produtivo e orientado dos bancos públicos. Trata-se de liberar capacidades produtivas e potenciais imobilizados no quadro das absurdas políticas de “austeridade”, que, sob com o pretexto da “responsabilidade fiscal” paralisou o país.

Este primeiro eixo, que podemos resumir como de inclusão produtiva, segue a orientação geral de dinamização do conjunto da economia pela base, ampliando a demanda de bens e serviços de consumo individual, o acesso a bens e serviços de consumo coletivo como saúde, educação e segurança, os investimentos em infraestruturas que melhoram a produtividade geral, e aproveitando o imenso potencial

⁷⁷ Ver em particular o relatório de pesquisa *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local* (2009), em <https://dowbor.org/2009/06/politica-nacional-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-2009.html>, com aportes de Márcio Pochmann, Pedro Paulo Martone Branco, Juarez de Paula, Paulo Vannuchi, Sílvio Caccia Bava e Ladislau Dowbor. Particularmente importante é o estudo já mencionado de Pavlina Tcherneva, sobre garantia de emprego, resenha disponível em <https://dowbor.org/2022/05/the-case-for-a-job-guarantee.htm>

subutilizado de mão de obra. Tudo isso representa investimentos por parte do Estado, mas ao dinamizar recursos parados, gera retorno. A demanda na base da sociedade estimula a produção e investimentos empresariais, o acesso a bens públicos de consumo coletivo reduz os custos pelas economias de escala e de organização, melhores infraestruturas reduzem os custos de produção de todos os setores, enquanto o melhor aproveitamento da mão de obra generaliza tanto o bem-estar das famílias como a produtividade sistêmica. É um ganha-ganha, o chamado *win-win*.

2) Políticas de financiamento

A política de inclusão produtiva passa pelo uso inteligente do dinheiro, o que em economia chamamos de alocação racional de recursos. Vimos acima que o Brasil não é um país pobre, é um país onde os recursos financeiros são desviados para atividade improdutivas, as riquezas naturais para exportação (sem pagar impostos), os bens públicos para grupos privados nacionais internacionais: é a grande farra corporativa que caracteriza a política pós-2014. Repetindo, o que produzimos anualmente de bens e serviços, o PIB, de 8,7 trilhões em 2021, para uma população de 214 milhões de habitantes, representa cerca de 13 mil reais por mês por família de 4 pessoas. Com uma carga tributária da ordem de 34% do PIB, o Estado dispõe de recursos suficientes para financiar as políticas necessárias. O problema central é a profunda deformação da incidência da carga tributária, a agiotagem generalizada no sistema de crédito, e a política fiscal que privilegia grupos financeiros e intermediários que drenam a economia em vez de fomentá-la. As quatro principais mudanças necessárias se referem à política tributária, política de crédito, aproveitamento das exportações primárias e política fiscal. Ou seja, de onde vem o dinheiro, como é intermediado, e em que é investido.

- **Política tributária**

A política tributária no Brasil é injusta, improdutiva e ineficiente. Os debates no Congresso são intermináveis porque se trata de homens brancos e ricos que em grande parte organizam a cobrança e o uso dos impostos em proveito de si mesmos. O básico é que os países que funcionam usam os impostos para redistribuir, equilibrando melhor a sociedade. No Brasil a tributação é utilizada para concentrar ainda mais. Precisamos de tributação progressiva, não regressiva. A metade dos nossos tributos vem de impostos indiretos, embutidos nos preços dos produtos que compramos. Como a massa da população gasta quase tudo o que ganha em compras, os pobres e remediados do país pagam proporcionalmente muito mais. Somos dos poucos países com este absurdo. O imposto sobre a renda tem papel reduzido, quando deveria constituir uma ferramenta de redução das desigualdades: uma alíquota máxima de 27,5% faz com que eu como professor pague o mesmo que os ricos. Desde 1995 os lucros e dividendos distribuídos são isentos de impostos, aprofundando as desigualdades. Todos precisamos de serviços públicos, de políticas sociais, de infraestruturas, e os ricos que afirmam que “evasão

fiscal não é roubo” gostam de ter os seus filhos estudando em universidades públicas, de viver com ruas asfaltadas. As obrigações devem ser equilibradas. O princípio ético, de redução das injustiças, é fundamental.

Neste país em que a desigualdade estrutural é o principal entrave ao desenvolvimento, devemos também pensar os impostos em termos de produtividade da própria tributação. O ITR, Imposto Territorial Rural, como vimos, praticamente não é cobrado, o que faz com que tenhamos imensas áreas de terra parada, em mãos de quem nem a usa nem a deixa usar, esperando apenas a valorização de longo prazo que resulta da abertura de estradas, da pressão demográfica e de outros fatores. Cobrar imposto sobre terra parada estimula os proprietários a trabalhá-la, ou a vendê-la a quem a trabalhe. O capital parado precisa de impostos para que seja estimulado a voltar a produzir. Isso vale igualmente para o imposto sobre lucros e dividendos, esse absurdo que gera um universo de aplicações financeiras improdutivas. Vale também para a Lei Kandir, que isenta de impostos a produção destinada à exportação. O slogan propagandístico da época, 1996, era “exportar é o que importa”. Hoje o único setor produtivo que funciona é o de exportação primária, gerando um neocolonialismo tecnologicamente avançado, mas desastroso para o país: gera poucos empregos, mas muitos desastres ambientais, e descapitaliza o país em vez de usar os recursos naturais para financiar o desenvolvimento industrial. Generalização de fortunas financeiras improdutivas, em particular internacionais, bem como desastres ambientais e reprimarização da economia é o resultado do sistema.⁷⁸

Uma terceira deformação do sistema tributário consiste na extrema concentração dos recursos em Brasília, com acesso muito limitado aos recursos por parte dos governos de Estados, e em particular dos 5.570 municípios do país. Com 87% de população urbana, praticamente todos os municípios do país têm hoje núcleos urbanos que permitem uma descentralização efetiva de acesso aos recursos, para o uso diferenciado em função das realidades locais. Os poderes locais numa Suécia administram cerca de 70% dos recursos públicos, no Brasil estamos no nível da ordem de menos de 20%, com prefeitos viajando para Brasília para buscar uma fatia de emendas parlamentares, transformando a política em negociata permanente. É importante lembrar que o sistema integrado informatizado permite hoje seguir os fluxos de recursos, e que os municípios menores têm se organizado em consórcios intermunicipais que asseguram outro nível de eficiência. O princípio geral que caracteriza os sistemas que funcionam é que o dinheiro

⁷⁸ Conforme vimos, também gera uma fome catastrófica, que atinge inclusive milhões de crianças. O Brasil que, por exemplo, com 11 milhões de toneladas produz arroz suficiente para toda a população, mas privilegia a exportação em plena subida de preços de alimentos e explosão da fome: “Segundo a gerente de Exportações da Abiarroz, Carolina Telles Matos, o aumento da demanda mundial pelo cereal e a intensificação das ações promocionais do Projeto Brazilian Rice – desenvolvido pela associação em parceria com a Apex-Brasil – contribuíram para o bom desempenho das vendas externas do setor no mês passado.” O Brasil tinha saído do mapa da fome da FAO. Canal rural, 20/10/2021 - <https://www.canalrural.com.br/noticias/brasil-aumenta-exportacoes-de-arroz-em-setembro-mesmo-com-dificuldades-no-frete/>

é utilizado de maneira mais eficiente quando a decisão do seu uso é mais próxima das comunidades interessadas. A China, segundo Kroeber, é mais descentralizada ainda do que a Suécia: tem um governo central politicamente forte, mas as iniciativas e a organização são locais.⁷⁹

A política tributária atual é simplesmente escandalosa, e paralisa o país. É injusta, improdutiva e ineficiente. Usa-se o argumento de que fazer os ricos pagarem impostos os fará levar o dinheiro para fora. Não precisam fugir: hoje, a evasão fiscal já é da ordem de 8% do PIB, e temos centenas de bilhões de dólares em paraísos fiscais. Temos é de resgatar a política tributária no país, de forma justa e honesta.⁸⁰

- **Política de crédito**

O dinheiro que está nos bancos é nosso, da população e das empresas, não é dos bancos, instituições que podem ser privadas mas têm de receber uma autorização do Banco Central, uma carta patente que os autoriza a trabalhar com o dinheiro de terceiros. Inclusive o dinheiro que financia a dívida pública é nosso dinheiro, dos nossos impostos. O essencial é que os intermediários financeiros que administram os nossos recursos têm de fazê-lo de maneira útil para a sociedade. No Brasil, no conjunto, o sistema de intermediação financeira, em vez de prestar serviços de intermediação e de promover o fomento da economia, transformou-se em um sistema de drenos financeiros, travando o consumo das famílias, o investimento empresarial, e o investimento público através do chamado serviço da dívida. Apresentamos os mecanismos em detalhe no livro *A Era do Capital Improdutivo*, em particular no capítulo 12.⁸¹

O essencial, em termos econômicos, é que intermediando dinheiro dos outros, ou emitindo papéis e inclusive dinheiro sob forma de dívida, ganha-se mais dinheiro do que produzindo. Quando os juros, e temos de incluir as inúmeras tarifas e “reciprocidades” cobrados, são superiores ao rendimento que asseguram aos tomadores de crédito, o resultado são pessoas e empresas indefinidamente endividadas, que “rolam” a dívida sem conseguir sair do ciclo de endividamento. Um ponto de referência simples é utilizar a média dos juros cobrados nos países da OCDE. Como vimos, e para

⁷⁹ Arthur A. Kroeber – *China's Economy* (Oxford U.P., 2016). <https://dowbor.org/2016/11/arthur-r-kroeber-chinas-economy-oxford-oxford-university-press-2016-isbn-978-0-19-023903-9-320-p.html>

⁸⁰ O melhor estudo e sistematização de propostas, bem quantificadas, *A Reforma Tributária Necessária* (2018), foi coordenado por Eduardo Fagnani, com participação de cerca de 40 pesquisadores. Está disponível em <https://dowbor.org/2018/06/eduardo-fagnani-org-a-reforma-tributaria-necessaria-anfip-fenafisco-plataforma-politica-social-sao-paulo-2018.html> Ver também Fenafisco, <https://fenafisco.org.br/28/07/2020/tributar-os-super-ricos-para-reconstruir-o-pais-fenafisco-e-entidades-parceiras-lancam-propostas-para-a-promocao-de-justica-fiscal/>

⁸¹ L. Dowbor – *A Era do Capital Improdutivo* (Autonomia Literária, 2017). Disponível em <https://dowbor.org/2017/11/2017-06-l-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-literaria-sao-paulo-2017-316-p.html>

ter uma ordem de grandeza, os juros sobre o rotativo do cartão no Canadá são de 11% ao ano, enquanto no Brasil são da ordem de 360% no início de 2022.

A agiotagem tem de voltar a constituir crime, como estava estipulado no artigo 192º da Constituição de 1988. E tem de ser retomada a política adotada pela presidente Dilma em 2013, que era de utilizar os bancos públicos para oferecer crédito com juros adequados à economia, forçando assim a ruptura do cartel dos grandes bancos privados e da agiotagem que eles praticam. Isso envolve também os crediários, que no Brasil geram lucros fabulosos para grandes redes comerciais que se tornaram mais intermediários financeiros do que propriamente comerciais.

As medidas, aqui também, são conhecidas, o Banco Central tem de voltar a ter um papel regulador do sistema de crédito, os bancos têm de voltar a servir a sociedade cujo dinheiro administram, e não apenas se servirem dele. Adotar medidas próximas da média da OCDE não só assegura essa funcionalidade, como evita fluxos especulativos com o mercado financeiro externo. As limitações são de ordem política, não técnica ou financeira. Tanto acionistas nacionais como internacionais se acostumaram a drenar a economia brasileira, gerando fortunas improdutivas em volumes espantosos, e qualquer mexida no rentismo financeiro que se instalou nos anos 1990 gera oposição violenta entre as elites, como se viu com a redução das taxas de juros e taxaço de lucros especulativos (*carry trade*) adotadas pelo governo Dilma, e que originou o golpe.

Grande parte da impunidade com a qual grupos financeiros drenam a economia resulta da pouca compreensão dos mecanismos financeiros por parte da população, como se vê com o absurdo da elevação da taxa Selic com o pretexto de combater a inflação, justificção sem sentido numa inflação que não é de demanda, ou com a apresentação de juros ao mês, quando o resto do mundo trabalha com taxas anuais. O sistema financeiro precisa se tornar transparente, e o Banco Central tem um papel importante a desempenhar e que precisa ser resgatado. Os meios de comunicação comerciais jogam a culpa nos tomadores de crédito, dizendo que precisam de educação financeira, quando não há educação financeira que resolva frente ao cartel da agiotagem.

- **Aproveitamento das exportações primárias**

O Brasil tem imensas riquezas naturais, tanto em energia, como em água, minérios e solo agrícola. Essas riquezas têm de ser aproveitadas para financiar o desenvolvimento equilibrado do país. O que constatamos na fase mais recente é uma reprimarização radical da economia, fragilizando a indústria, a pequena e média empresa e a agricultura familiar destinadas ao mercado interno. Com tecnologias muito avançadas, e sob controle financeiro dos grandes *traders* de commodities, a exportação de bens primários tornou-se o setor que mais cresceu na economia brasileira.

A produção de commodities gera desastres ambientais, cria poucos empregos, e tem efeitos limitados de indução do desenvolvimento, ao enriquecer acionistas e intermediários comerciais. As riquezas naturais se esgotam gradualmente, tanto pela redução de reservas minerais como pela fragilização dos solos e destruição da cobertura florestal. Os seus avanços só se justificam ao se utilizar os recursos gerados para sair da dependência de bens primários. Isso envolve o enriquecimento da cadeia de produção, tanto a montante, com tecnificação dos insumos (base científico-tecnológica, equipamentos, infra-estruturas) como a jusante, exportando por exemplo óleo de soja e outros sub-produtos industrializados em vez de exportar o produto bruto.

Por outro lado, como se trata essencialmente de riquezas naturais, que pertencem à nação, como o petróleo, em vez de serem privatizadas e usadas para enriquecer os traders internacionais e seus associados internos, devem contribuir ao financiamento do desenvolvimento equilibrado do país, com mais ciência e tecnologia, educação, indústria e outros setores que permitam dinamizar o conjunto. A privatização faz com que os lucros das atividades primárias exportadoras enriqueçam acionistas internacionais e nacionais – a privatização aqui significa desnacionalização – enquanto a isenção fiscal (Lei Kandir) faz com que os recursos pouco contribuam para financiar políticas públicas. Trata-se de utilizar o setor primário como alavanca para dinamizar setores tecnologicamente mais avançados e mais ligados ao bem-estar do país. O que temos hoje constitui essencialmente um dreno. No caso da fome generalizada, trata-se de um escândalo.

- **Alocação racional de recursos: política fiscal**

O problema principal do país, em termos de financiamento, não é a falta de recursos, mas a sua alocação que privilegia ganhos financeiros improdutivos em vez de fomentar a economia. Como vimos, uma parte da dinâmica a ser corrigida é a política tributária, desonerando o consumo e atividades produtivas e cobrando impostos sobre as grandes fortunas e usos improdutivos. De forma semelhante, a política de crédito deve favorecer o financiamento de atividades produtivas. A política fiscal visa racionalizar o uso do dinheiro público. No conjunto, o financiamento público deve buscar os efeitos multiplicadores dos recursos. Como vimos acima, assegurar a renda básica gera retorno superior ao que o governo repassa à base da sociedade. Financiar saneamento básico gera economias ao reduzir os custos com doenças. Financiar o apoio à agricultura familiar assegura efeitos produtivos que também multiplicam os recursos. As políticas de seguridade social geram bem-estar e demanda na base da sociedade.

O Brasil adquiriu, através em particular da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, mas também dos bancos públicos regionais, uma grande capacidade de gestão produtiva de recursos financeiros. A partir de 2015, a prioridade passou a ser o aumento do lucro dos bancos, e consequentemente dos acionistas, e não o efeito multiplicador de atividades produtivas. Em termos gerais, em vez de apontar o déficit e propor redução

de “gastos”, em nome da “austeridade”, o governo precisa orientar os recursos para dinamizar a base produtiva subutilizada, reduzindo o déficit através da expansão da base produtiva. Isso envolve priorizar a inclusão produtiva que vimos acima, com renda básica, expansão das políticas sociais e dos investimentos em infraestruturas e as políticas de geração de emprego. O déficit se combate aumentando a base produtiva.

O problema básico não é “de onde” vêm os recursos, que são dos impostos, e podem ser de conversão das reservas cambiais, do endividamento ou até de emissão monetária pública, e sim “para onde” vão: um bom investimento gera retorno e equilibra as contas. Não há como não ver a pilhagem generalizada dos recursos públicos que gerou a situação de se vive no país em 2022, com paralisia econômica, déficit público elevado, inflação crescente, taxas absurdas de juros, entrega de recursos naturais, inclusive do petróleo, tão importante para financiar o desenvolvimento. A convergência dos absurdos de uma tributação regressiva, de agiotagem nas políticas de crédito, e de uma política fiscal que privilegia corporações financeiras em vez do fomento da economia, gera uma catástrofe com dimensões simultaneamente econômicas, políticas e sociais.

3) Racionalização da gestão: o processo decisório

Temos os recursos financeiros e tecnológicos, sabemos o que deve ser feito – em nível global trata-se de buscar uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável – e inclusive temos os detalhamentos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁸², 169 metas e 230 indicadores. Conhecemos os nossos dramas, a fome, as insuficiências e desigualdade na educação, os dramas da saúde, a destruição ambiental, o caos financeiro e tantos problemas que enfrentamos. Sistematizar, quantificar e divulgar os nossos problemas é fundamental, mas quando temos uma convergência de tantas dinâmicas críticas, temos de pensar não só nos dramas, mas nos processos de gestão que os geram, ou que impedem que sejam enfrentados. Com simplificações ideológicas absurdas como esperar que os mercados resolvam, Estado mínimo, privatizações, desvio de dinheiro público para o serviço da dívida, e sobretudo a priorização generalizada de ganhos financeiros, temos uma crise do próprio processo de solução de problemas. A impotência institucional que assola o país tem de ser enfrentada, gerando a governança necessária, racionalizando o processo decisório da sociedade.

⁸² Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas podem ser acessados em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

- **A articulação do Estado, das empresas e da sociedade civil**

Os mercados sozinhos não resolvem. Onde em outra era tínhamos inúmeras empresas que se enfrentavam no mercado para prestar serviços adequados, hoje temos gigantes corporativos, plataformas que controlam as finanças, as comunicações, a informação e inclusive os comportamentos privados e têm peso decisivo no parlamento, no executivo e em grande parte no judiciário. A apropriação privada das políticas públicas constitui um desafio central, e significa que perdemos tanto o poder regulador da livre concorrência empresarial – que subsiste apenas em áreas da pequena e média empresa – como os sistemas de planejamento de médio e longo prazo que tiveram e têm papel importante tanto na União Europeia como evidentemente na China e outros países. O mundo globalizado e financeirizado perdeu os seus dois principais mecanismos reguladores, a concorrência empresarial e o planejamento econômico e social.

Somos sociedades demasiado complexas para sermos geridos por simplificações ideológicas como o neoliberalismo. No estudo mencionado *O Pão Nosso de Cada Dia: opções econômicas para sair da crise*, propusemos um conjunto de soluções baseadas não no maniqueísmo ideológico, mas no acompanhamento do que funciona, em que condições e com que formas de organização, nos mais diversos setores: produzir carros, comercializar bens e serviços pode ser regulado no quadro da propriedade privada e com mecanismos de mercado, mas as grandes infraestruturas, como transportes, energia, comunicações e água e saneamento precisam de visão sistêmica, planejamento de longo prazo e participação decisiva do Estado. Outra área vital da economia, que hoje se tornou dominante, que são os serviços de intermediação como finanças, comércio de *commodities*, intermediação jurídica e semelhantes – os cobradores de pedágio de qualquer atividade econômica – precisam de sistemas de regulação e em particular de setores estatais para reduzir a força da cartelização: hoje a economia é dominada por intermediários que “facilitam”, mas na realidade são atravessadores. E uma quarta área que se agigantou, a das políticas sociais, com saúde, educação, segurança e semelhantes, onde funciona, é assegurada sob forma de políticas públicas, gratuitas e de acesso universal.

Em outros termos, ao olharmos como e onde funcionam de forma adequada as diversas áreas de atividade, a educação na Finlândia, as políticas urbanas na Dinamarca, o sistema financeiro na China, na Alemanha e na Suécia, o sistema de saúde na Grã-Bretanha, a conclusão a que chegamos é que não se trata de Estado máximo ou mínimo, mas do Estado dirigir os setores em que a visão pública e sistêmica é essencial. As empresas produtivas podem sim se regular por mecanismos de mercado, dentro de um marco jurídico que controle a formação de monopólios e os impactos ambientais. As grandes redes de infraestruturas precisam de visão de longo prazo, objetivos sistêmicos e de planejamento público, com forte participação do Estado. As plataformas de intermediação financeira e de comunicação precisam ser confrontadas fortemente com

regulação, pois tendem naturalmente a formar monopólios de demanda. As políticas sociais exigem formas descentralizadas e participativas de gestão, já que se trata de redes capilares de serviços que devem chegar a cada casa, a cada criança, a cada comunidade. Ou seja, precisamos optar pelas formas de organização e processos decisórios que melhor funcionem segundo as diferentes áreas de atividade.

Podemos chamar isso de sistemas mistos e articulados de gestão. Não se trata de simplificações ideológicas, e sim da aplicação do bom senso. Privatizar a Petrobrás e submeter o conjunto do país às oscilações dos mercados internacionais, quando temos a matéria prima e a cadeia técnica completa nas nossas mãos é compreensível pelos interesses envolvidos, mas é um desastre para o país, e uma idiotice em termos de gestão. As exportações de recursos naturais devem servir para financiar o desenvolvimento, não rentismo de acionistas. E o Estado precisa retomar o seu papel articulador do conjunto.

- **Gestão descentralizada em rede**

As formas atualizadas de gestão se deslocaram tanto no setor público como no setor privado. Grandes corporações privadas com unidades em numerosos países e em vários setores trabalham com sistemas descentralizados, e articulados em rede, para otimizar o processo decisório. No caso do Brasil, com a dimensão territorial, diversidade regional e 5.570 municípios, o sistema centralizado atual, em que a alocação de recursos termina ficando essencialmente em Brasília, é irracional tanto para a base da sociedade, que não dispõe dos recursos correspondentes aos encargos, como para o governo central, atolado em micro negociações. O estudo de Marcélio Uchôa, *O que os gestores públicos municipais precisam saber* (2019)⁸³, mostra em particular a impotência dos pequenos e médios municípios. A descentralização de recursos, acompanhada de uma gestão em rede, permitirá aos diversos níveis governamentais acompanhar em detalhe os fluxos financeiros e as realizações, dependendo naturalmente de se assegurar a inclusão digital generalizada, condição prévia para qualquer gestão racional de recursos, com os devidos controles.

Para os municípios, como vimos acima relativamente à subutilização das capacidades de gestão, é essencial a descentralização de recursos, a possibilidade de organizar finanças de proximidade, com bancos públicos municipais (como na Alemanha, na China, na Califórnia e em numerosos outros casos), bancos comunitários de desenvolvimento, e evidentemente o aumento de transferências previsíveis, permitindo um planejamento local adequado. A Constituição de 1988 é neste plano desequilibrada, com transferência de mais encargos para os municípios, mas não dos recursos

⁸³ Marcélio Uchôa. *O que os Gestores Públicos Municipais Precisam Saber* (CRV, 2019). Confira resenha em: <https://dowbor.org/2020/08/marcelio-uchoa-o-que-os-gestores-publicos-municipais-precisam-saber-ed-crv-2020-prefacio-dowbor.html>

correspondentes, exigindo um pacto federativo reformulado. É importante reiterar que o sistema em rede informatizado permite que o conjunto dos fluxos seja acompanhado nos diversos níveis de governo, assegurando ao mesmo tempo o controle necessário e a flexibilidade da gestão em função da diversidade dos municípios e das regiões. Conforme mencionado acima, o relatório de pesquisa *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local* (2009) ⁸⁴ sistematiza em 8 setores e 89 propostas o que poderia ser uma racionalização do processo decisório a partir da unidade básica da gestão pública que é o município.

- **Inclusão digital**

Com o deslocamento das atividades para a economia imaterial, a inclusão digital de qualidade, a conectividade generalizada de todos os agentes econômicos e sociais, e inclusive dos indivíduos, tornaram-se fundamentais. Em termos de custo-benefício, a inclusão digital constitui a iniciativa de maior efeito multiplicador, ao aumentar radicalmente as opções de que dispõem tanto as pessoas físicas, como as pessoas jurídicas e os diversos níveis de administração pública. No Brasil é um recurso amplamente subutilizado, como se constata nos relatórios do Comitê Gestor da Internet (CGI), com um quarto da população excluída, e uma parcela limitada da população com acesso pleno de qualidade. A exclusão, ou inclusão digital apenas parcial, aprofundam a desigualdade: como pode estudar a criança sem acesso à internet?

Ainda que sejam associados a atividades econômicas de ponta, hoje a inclusão digital e o acesso a tecnologias em geral são vitais para qualquer pequeno produtor. O pequeno agricultor precisa de inseminação artificial, de análise de solo, de informação meteorológica, de informação de preços, de consulta com potenciais clientes: a conectividade rompe o isolamento, e permite inclusive romper os pedágios de atravessadores ao facilitar a venda da produção ao consumidor final. É preciso lembrar que a rede de transportes permite articular os agentes econômicos do território, mas envolve custos muito elevados. A conectividade em rede tem custos baixíssimos, pois as ondas eletromagnéticas são da natureza, veículo natural de articulação de todas as atividades. Os preços que pagamos pelo acesso à internet não resultam dos custos, e sim dos lucros elevados dos oligopólios, que cobram pedágios sobre canais de transmissão (ondas eletromagnéticas) que são da natureza. Tal como as redes de abastecimento de água e de energia, o acesso de alto nível e generalizado ao ambiente digital pode ser assegurado como serviço público, cobrindo essencialmente os custos.

Iniciativas pioneiras como Pirai Digital, que assegurou a cobertura do sinal de internet em todo o território municipal, com custos baixíssimos, mostram como uma economia

⁸⁴ *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local* (Inst. Cidadania, Sebrae, Fundação Banco do Brasil, 2001, 114 p.) - <https://dowbor.org/2009/06/politica-nacional-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-2009.html>

pode ser dinamizada ao se liberar o acesso à comunicação, ao conhecimento, às articulações em rede em todas as áreas de atividade. As experiências do Quênia e inúmeros outras mostram como o contato direto entre agentes econômicos permite escapar aos custos impostos pelos bancos e outros intermediários financeiros ou comerciais. As plataformas colaborativas locais permitem uma dinamização de sinergias entre os agentes econômicos locais ou regionais, como vemos com a plataforma colaborativa local para taxistas em Araraquara, onde o que os motoristas ganham fica no município, em vez de financiar acionistas da Uber mundial.⁸⁵

Na era da economia e da sociedade do conhecimento, o atraso que o Brasil está demonstrando na base técnica e no processo de inclusão digital é catastrófico. A recusa do ministro Paulo Guedes, em 2021, de autorizar o financiamento de 3,5 bilhões de reais para assegurar acesso à internet em escolas públicas mostra uma incompreensão radical das prioridades e das dimensões científico-tecnológicas do desenvolvimento. Na realidade, com o conhecimento se tornando o principal fator de produção das economias modernas, assegurar sistemas performantes de acesso para todos tornou-se essencial. Destruir os limites à inclusão digital constitui uma das iniciativas mais promissoras.

- **O potencial das plataformas colaborativas**

A conectividade geral abre novas oportunidades para a organização da gestão comunitária participativa, por meio de plataformas de colaboração local. Enquanto plataformas globais como a Uber drenam grande parte do que os motoristas ganham, em Araraquara, por exemplo, uma plataforma local, gerenciada pela prefeitura, garante aos motoristas que ganhem 93% do que recebem. O exemplo de Piraí mencionado acima garante que empresas locais, serviços públicos e pessoas físicas estejam todos conectados, permitindo inúmeras formas de colaboração, sem depender dos monopólios da plataforma. Em São Paulo, a Casa Verde organizou uma plataforma colaborativa que garante soluções de proximidade para a produção, cultura, organizações comunitárias.⁸⁶ Essa inversão das plataformas globais de extração e negociação de informações pessoais para gerar fortunas de marketing é essencial, e nos permite escapar do sistema de monopólio de demanda. O Brasil já possui 180 bancos de desenvolvimento comunitário, com moedas locais, e uma sinergia das iniciativas locais. Ainda tem uma participação muito pequena no sistema de crédito, mas, juntamente com as cooperativas financeiras, mostra o potencial das plataformas de

⁸⁵ *Bibi Mob de Araraquara* – Plataforma com prefeitura para carros por aplicativo, 93% vão para os próprios motoristas. <https://www.google.com/amp/s/revistaforum.com.br/politica/bibi-mob-o-uber-publico-de-araraquara-bomba-com- apenas-um-mes-de-lancamento/amp/>

⁸⁶ Fernando Camilher – Nosso núcleo Casa Verde – 2021 - <https://dowbor.org/2021/10/nosso-nucleo-casa-verde-desenvolvimento-local-sustentavel-fomentado-pela-vontade-do-territorio-e-pela-tecnologia.html>

colaboração local para a empoderamento das comunidades. Arun Sundararjan apresenta uma visão geral das oportunidades na "economia compartilhada".⁸⁷

É importante entender que a gestão das grandes corporações como os bancos e os produtores e exportadores de bens primários (agroindústria, mineração) é hoje muito moderna e avançada, mas prioriza a maximização de lucros, num ambiente descontrolado e que abdicou de qualquer soberania. Não há nenhum problema em exportar petróleo, se os impostos cobrados e os recursos angariados servem para financiar a industrialização e os avanços científicos. A gestão pública, no entanto, foi apropriada pelo mundo financeiro, o que leva a que as corporações se tornem drenos das riquezas, em vez de contribuírem para o desenvolvimento. Os países que funcionam, como vimos, asseguram um equilíbrio razoável entre Estado, empresas (e em particular os gigantes transnacionais) e os diversos níveis de organização da sociedade civil, em particular sindicatos e outros tipos de associações. No Brasil, os dramas como a fome, a desindustrialização, a reprimarização, o atraso científico e educacional e outras deformações, são bastante estudados e conhecidos, mas precisamos voltar a atenção para as causas, em particular o processo decisório que permitiu e continua permitindo o divórcio entre os interesses privados de curto prazo, inclusive internacionais, e os interesses da nação. Precisamos de um choque de gestão moderna tanto na administração pública como nos seus relacionamentos com os diversos agentes econômicos e sociais. Reinventar o governo não seria uma expressão exagerada.

4) As bases políticas: democratização

Não há como não se dar conta de que estamos vivendo numa democracia de faz-de-conta. O governo das oligarquias, articulação de interesses internos e internacionais que, com raros intervalos, tem caracterizado a nossa política, deforma o desenvolvimento na medida em que favorece a autorreprodução de privilégios, aprofundando a fratura social do país. O mesmo processo favorece a erosão da soberania do país, já que os grupos efetivamente no poder são hoje essencialmente associados com os gigantes financeiros internacionais, os *traders* de comercialização de commodities, os interesses das grandes potências por acesso a matérias primas, sem consideração para os dramas sociais, econômicos e ambientais gerados. O alinhamento com interesses externos rompe o equilíbrio necessário entre as pressões externas e as necessidades de longo prazo do nosso desenvolvimento. Nunca haverá soberania total neste mundo hoje interdependente, mas se não houver um governo capaz de negociar os interesses do

⁸⁷Arun Sundararajan – *The Sharing Economy: the end of employment and the rise of crowd-based capitalism* - Cambridge, MIT Press, 2016 - <https://dowbor.org/2016/09/arun-sundararajan-the-sharing-economy-the-end-of-employment-and-the-rise-of-crowd-based-capitalism-cambridge-mit-press-2016-isbn-9780262034579.html>

Brasil, o país será simplesmente usado, como está sendo desde o golpe. A democratização e a soberania são vitais para o conjunto dos nossos objetivos.⁸⁸

- **Democracia participativa**

A democracia não se sustenta apenas no voto, necessita de formas democráticas de consulta regular, acompanhamento dos programas, participação nas diferentes iniciativas. Como vimos, isso envolve uma forte descentralização do processo decisório, em particular para o nível municipal, que é onde a população conhece os problemas, os personagens políticos, os desafios a enfrentar. Isso pode perfeitamente coexistir com formas modernas de controle financeiro e de resultados, no quadro da gestão descentralizada em rede que vimos acima. Não se trata de ideais, é simplesmente muito mais eficiente cada cidade poder resolver os problemas do seu cotidiano, a formação de um cinturão verde horti-fruti-granjeiro, políticas de emprego, melhoria de infraestruturas e assim por diante. As escolas, colégios e faculdades podem hoje se articular em níveis regionais para o intercâmbio científico. Isso inclusive melhora a gestão no nível do governo central, que pode se concentrar nas questões mais amplas.

As tecnologias modernas apropriadas por gigantes corporativos geraram um sistema de centralização de poder e de concentração de riqueza intoleráveis, desastrosos em termos econômicos, sociais e ambientais. A democratização, perfeitamente possível em termos técnicos, e com baixos custos, pode abrir espaço para uma reapropriação das iniciativas pela base. Na era do conhecimento, e com as tecnologias disponíveis, a ideia de uma sociedade descentralizada e participativa se torna simplesmente realista, como vemos em numerosos países. O exemplo do bairro da Casa Verde, em São Paulo, em que uma plataforma colaborativa permite que as empresas, clubes, escolas de samba e até famílias se articulem no próprio bairro em função das suas necessidades e projetos, mostra o espaço de oportunidades que se abrem.⁸⁹

Não estamos mais na pré-história em que uma minoria tinha acesso à educação e aos conhecimentos gerais. Em toda parte, hoje, há gente escolarizada, e a conectividade global permite interações colaborativas. É a base de um sistema democrático muito mais participativo que precisamos assegurar, fazendo contrapeso ao sistema centralizado de interesses das grandes corporações e das suas articulações políticas. É fundamental entender que quando o principal fator de produção é o conhecimento, imaterial e,

⁸⁸ Para uma discussão mais ampla do tema, veja *Democracia Econômica: alternativas de gestão social* (Vozes, 2012). <https://dowbor.org/2012/06/1-dowbor-democracia-economica-alternativas-de-gestao-social-vozes-2012-131p.html>

⁸⁹ Veja os detalhes da organização da Casa Verde no artigo de Fernando Camilher, *Nosso Núcleo Casa Verde – Desenvolvimento local sustentável fomentado pela vontade do território e pela tecnologia* (2021), disponível em <https://dowbor.org/2021/10/nosso-nucleo-casa-verde-desenvolvimento-local-sustentavel-fomentado-pela-vontade-do-territorio-e-pela-tecnologia.html>

portanto, passível de reprodução infinita sem custos adicionais, abrem-se imensas oportunidades em que a colaboração é mais eficiente do que a competição. De certa maneira é a base tecnológica da transformação política.⁹⁰

- **O resgate da dignidade humana**

A desigualdade medida em termos econômicos, em particular de renda e de riqueza, continua fundamental. Mas as suas manifestações se dão em complexas dinâmicas sociais, em que a desigualdade econômica se articula com a desigualdade de gênero, de raça, de sexo, de idade, de regiões ou até de bairros. A desigualdade tem de ser analisada e enfrentada no plural, tal como as Nações Unidas hoje trabalham com o conceito de pobreza multidimensional. Um conceito mais amplo do resgate da dignidade humana que envolve desde assegurar o piso econômico para todos, até o enfrentamento das mais variadas formas de prepotência, de humilhações que atingem a maior parte da população, refletindo melhor o impacto sistêmico das várias formas de desigualdade. As contradições de classe continuam essenciais, mas as suas ramificações e manifestações diferenciadas vão muito além das dimensões econômicas. Temos de organizar a política na linha da convergência das diversas formas de combate à discriminação.⁹¹

A lei de cotas adotada no Brasil foi um sucesso impressionante, em particular porque a inclusão por meio da educação e do acesso ao conhecimento em geral tem impactos estruturais e de longo prazo, e será cada vez mais determinante, à medida em que a dimensão do conhecimento nos processos produtivos segue se tornando dominante. Vimos no caso das comunidades organizadas pelo MST como a inclusão produtiva precisa ser acompanhada de uma mudança cultural profunda no respeito mútuo, no sentimento de pertencer a uma construção social mais ampla. Inúmeras atividades econômicas, como vimos as iniciativas de economia solidária promovidas em particular por Paul Singer, e os avanços dos sistemas cooperativos contribuem para gerar dinâmicas ao mesmo tempo produtivas e colaborativas, em que as dimensões econômica, política, social e cultural se encontram e se tornam sinérgicas. Não há como não ver que enfrentamos um horizonte de mudança civilizatória: é uma outra economia que necessitamos, não apenas ‘mais economia’.⁹²

⁹⁰ Uma leitura importante é o livro de Jeremy Rifkin, *A sociedade de custo marginal zero* (2015), <https://dowbor.org/2015/03/jeremy-rifkin-the-zero-marginal-cost-society-the-internet-of-things-the-collaborative-commons-and-the-eclipse-of-capitalism-new-york-palgrave-macmillan-2014.html>

⁹¹ O livro mencionado de Mário Theodoro, *A Sociedade Desigual*, constitui um aporte fundamental nesta discussão e reorientação de políticas.

⁹² Leonardo Boff o exprime em breves palavras no artigo *Uma outra agenda mundial: libertemos a vida ou um outro paradigma civilizatório* (2022). <https://dowbor.org/2022/05/uma-outra-agenda-mundial-libertemos-a-vida-ou-um-outro-paradigma-civilizatorio.html>

- **O resgate da relação com a natureza**

Há relativamente pouco tempo, os desafios ambientais eram defendidos por minorias informadas, mas hoje, com a dimensão das catástrofes, cada vez mais gente compreende que meio ambiente é uma questão vital: trata-se de assegurar a nossa sobrevivência na Terra. É sem dúvida mais fácil mobilizar as pessoas em torno de problemas de curto prazo, mas o cenário mudou e muitos, em particular na nova geração, já entenderam e se mobilizam como constatamos nos movimentos no Chile e em outros países. Trata-se de uma mudança cultural profunda que abre a possibilidade de mobilizar as pessoas não só em torno dos seus desafios imediatos, mas dos desafios sistêmicos de médio e longo prazo. Estamos indo muito além dos “verdes”. É um desafio da humanidade.⁹³

O conceito básico de uma sociedade economicamente viável, mas também socialmente justa e ambientalmente sustentável, muito presente em nível internacional, faz parte desta dimensão mais ampla da mobilização da sociedade. Chega de barbárie. Por um lado, isso envolve capacidade de regulação por parte do Estado, para coibir dramas como Mariana, queima das florestas e do cerrado, agrotóxicos em todos os alimentos e nos rios, e assim por diante. Por outro lado, envolve o imenso potencial de políticas públicas de emprego, com saneamento básico, arborização urbana, e tantas possibilidades, no nível dos municípios, com cofinanciamento dos Estados e da Federação, gerando ao mesmo tempo emprego, renda e vida mais saudável na base da sociedade. Igualmente significativo é o fato de que, hoje, um país aderir a políticas ambientais coerentes é de primeira importância para as relações internacionais e para a abertura de mercados.

- **Uma civilização baseada no conhecimento e na colaboração**

É sonhar demais com uma mudança profunda de valores na própria cultura de competição, de exploração, de guerra de todos contra todos? Na realidade, trata-se de evitar o pesadelo. Hoje, temos uma explosão de estudos que mostram que estamos caminhando rapidamente para uma destruição da nossa própria civilização, tanto pelos dramas ambientais – nós somos parte da natureza que estamos destruindo – quanto pela desigualdade explosiva que nos torna ingovernáveis; e pela desarticulação deste pequeno avanço que tivemos ao longo dos últimos séculos, o conceito de uma sociedade democrática. Os desafios foram bem resumidos por David Wallace-Wells, no seu *A*

⁹³ Há uma explosão de pesquisas, relatórios, estudos sintéticos, mas ação absolutamente insuficiente. Um trabalho de primeira linha é o *A Terra Inabitável*, de David Wallace-Wells, <https://dowbor.org/2019/07/david-wallace-wells-the-uninhabitable-earth-life-after-warming-tim-duggan-books-penguin-new-york-2019.html>; George Monbiot produziu uma excelente síntese no seu *Regenesis: feeding the world without devouring the planet*, Penguin, 2022.

*Terra Inabitável*⁹⁴, e um sem-número de estudos que detalham o passo a passo e as projeções da catástrofe em câmara lenta que enfrentamos. A cultura da guerra, desse “todos contra todos”, diante das tecnologias modernas, gera uma dinâmica simplesmente destrutiva. Não se trata de ‘destrutiva’ no sentido acadêmico, ou parlamentar, e sim de destrutiva no sentido físico, dos nossos filhos e netos, quando não de nós mesmos, lembremos da pandemia que se espalhou pelo planeta. Temos de aprender a colaborar e a colocar orelhas de asnos, como se fazia com maus alunos nas escolas, nos bilionários que se lambuzam de dinheiro e poder e geram o caos.

A diferenciação de interesses pontuais e interesses difusos ajuda muito na compreensão dos dilemas. A maioria da população brasileira apoia sem dúvida a preservação da Amazônia, mas são interesses difusos, fragmentados na consciência de milhões de pessoas, enquanto os interesses individualizados das corporações que lucram com a madeira, a soja, a carne e os minérios se articulam para comprar políticos, mudar as leis ou promover golpes se necessário: são interesses organizados que se tornam muito mais poderosos do que os interesses difusos da humanidade, e inclusive ampliam a sua base de apoio com o pagamento de dividendos a tantos acionistas. Encontramos esta dinâmica na contaminação planetária dos aquíferos, rios e mares, na ampliação da mudança climática, na destruição da biodiversidade, na redução de centenas de milhões de pessoas ao desespero e à fome. As simplificações idiotas como as de Milton Friedman são fortes quando coincidem com os interesses dominantes.

Hoje temos as estatísticas, mas não o poder de mudá-las. A OMS apresenta em detalhe os 8,2 milhões de mortes prematuras causadas pelo cigarro, 7 milhões de fumantes e 1,2 milhão por exposição passiva. Morrem cerca de 4,2 milhões por poluição do ar, 3,6 milhões por poluição da água. Total 15,8 milhões por ano, com causas conhecidas, e evitáveis. A obesidade, causada em grande parte por alimentos industrializados, causa mais 5 milhões de mortes prematuras. O câncer, em boa parte causado por produtos químicos, gera 10 milhões de mortes anuais, e hoje atinge até jovens e crianças. As empresas que contribuem para essas mortes conhecem perfeitamente os números. Um bilhão de pessoas passam fome, 2,3 bilhões sofrem com insegurança alimentar, mas nos Estados Unidos a 70% da soja e 30% do milho são para o gado. Não poderíamos privilegiar pessoas?

Mas como, se a prioridade é obter mais lucros e dividendos para os acionistas e grandes grupos financeiros? Aliás, todos eles assinam os princípios de ESG (Environment, Social, Governance), mas não os aplicam. Lembram quantos anos levou e que batalha foi tirar o chumbo dos combustíveis? Ou para as empresas de tabaco reconhecerem que sabiam da ligação do cigarro com câncer? Os que contaminam a água com agrotóxicos

⁹⁴ David Wallace-Wells, *A terra inabitável* (Penguin, 2019) - <https://dowbor.org/2019/07/david-wallace-wells-the-uninhabitable-earth-life-after-warming-tim-duggan-books-penguin-new-york-2019.html>

são desinformados? Os que liquidam a vida nos oceanos não conhecem os números? A Volkswagen não sabia das mortes por emissão de partículas?⁹⁵

Temos de organizar a inclusão produtiva, assegurar as bases financeiras correspondentes, atualizar as formas de gestão para que as políticas funcionem, e ampliar as bases políticas para que essas mudanças sejam possíveis. Nesse último ponto, somos por toda parte herdeiros de simplificações ideológicas, em particular na economia, em que justificamos a barbárie agitando o perigo de uma barbárie ainda maior. O historiador Eric Hobsbawm, com razão, escreveu que as teorias econômicas dos neoclássicos passaram a ser defendidas como uma teologia.⁹⁶ O essencial é que as populações, as organizações da sociedade civil, as pequenas e médias empresas, o conjunto dos agentes sociais precisam ter uma presença muito mais ativa e cotidiana na gestão dos interesses do conjunto da sociedade. Frente à força das grandes corporações mundiais, teremos democracia participativa ou não teremos democracia. E em particular, precisamos resgatar mais Paulo Freire, Franz Fanon e tantos indignados do planeta que buscaram uma vida digna para todos. Não hesitaria em dizer que precisamos de um novo humanismo, e das formas correspondentes de organização de como a sociedade decide os seus rumos.

⁹⁵ Uma leitura importante é o livro de Nicholas Freudenberg, *A que custo?* (Elefante, 2022). <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/dowbor-retrato-do-capitalismo-em-fase-senil/>

⁹⁶ Eric Hobsbawm. *The Age of Extremes* (Pantheon, 1994, p. 336).

REALISMO E ESPERANÇAS

Voltemos ao principal: conhecemos os dramas e os desafios, sabemos o que deve ser feito, temos de sobra os recursos financeiros e tecnológicos necessários para assegurar a todos uma vida digna e confortável no quadro de uma sociedade sustentável, sem precisar impor um igualitarismo opressivo. Até quando aceitaremos as narrativas absurdas difundidas pela mídia comercial, financiada por corporações, quando precisamos de uma sociedade informada e de uma governança responsável? Estamos à beira de decisões de não-retorno. No filme *Não Olhe para Cima*, o personagem desaba em choro na entrevista na TV comercial, por sentimento de impotência e incompreensão diante do que ele sabe que são fatos⁹⁷. George Monbiot, que não é personagem fictício, mas um dos melhores analistas da realidade atual, colunista do *The Guardian*, conta que teve uma semelhante e humilhante crise de choro em entrevista na BBC: até quando vamos manter o faz-de-conta, até quando toleraremos um sistema que está nos destruindo?

As vacinas contra a pandemia e suas sucessivas variantes foram desenvolvidas por empresas privadas ou instituições públicas em diversos países, sobre a base de conhecimentos do genoma construídos por milhares de instituições públicas e privadas, mas a sua generalização é radicalmente travada por interesses corporativos. Privar bilhões de pessoas do acesso vai favorecer o aparecimento de novas cepas, e vender a vacina a preços elevados mantém o drama, ainda que gere imensas fortunas privadas. É grave, mas apenas mais um exemplo: a deformação é sistêmica. A reversão da destruição da camada de ozônio, conseguida por meio de colaboração internacional, oferece um raro exemplo de choque de bom-senso planetário. Hoje precisamos construir este bom-senso de maneira generalizada, com uma sociedade efetivamente informada, e uma política voltada para o bem-comum, e não apenas destinada a assegurar um marco institucional confortável para a acumulação de fortunas às custas do futuro de todos nós. *O Nosso Futuro Comum*, no final dos anos 1980, já apontava os rumos. Hoje temos os Objetivos do Desenvolvimento sustentável, muitas reuniões e comissões. Conversas.

O tempo urge, e nos horizontes políticos concretos de cada país, temos de inserir com força não só os desafios imediatos, como a visão sistêmica de uma sociedade civilizada. Na parte inicial do presente estudo, mencionamos como se articulam “a exploração, as narrativas e o porrete”. Pois ao estudar a história da humanidade, sempre houve um mix desses três elementos. A escravidão exigia menos narrativa e mais porrete, e a exploração era mais evidente. Mesmo assim conseguiam suficientes narrativas para acalmar os eventuais problemas de consciência. Usou-se Darwin para justificar os comportamentos mais desumanos. Hoje, com o poder da invasão da nossa intimidade, e algoritmos que permitem adequar as narrativas às nossas personalidades

⁹⁷ No filme de Adam McKay (EUA, 2021), dois astrônomos (Leonardo DiCaprio e Jennifer Lawrence) descobrem que, em poucos meses, um meteorito destruirá o planeta Terra.

individualizadas, além da invasão incessante do nosso espaço consciente com mensagens tanto racionais quanto absurdas, gerou-se um tipo de neblina cerebral e um angustiante sentimento de impotência. As pessoas desorientadas se agarram a simplificações. Numa sociedade complexa, isso é desastroso.

Os rumos não são promissores. Tenho chamado isso de impotência institucional. Todos sabemos que temos de mudar os rumos, mas muito pouco acontece. Os computadores das corporações que definem onde serão aplicadas imensas massas de recursos financeiros seguem os algoritmos de maximização de retorno no mais curto prazo, enquanto os departamentos de relações públicas lançam declarações sobre a importância do ESG. É um universo de faz de conta.

O que temos a fazer é conscientizar, batalhar por mudanças, por um choque de bom-senso. O mais provável, no entanto, é que só com o aprofundamento da catástrofe planetária a humanidade despertará para realmente mudar as formas como a sociedade se administra. Foi o choque profundo da tragédia da II Guerra Mundial que gerou a força política para criar a ONU e instituições de regulação internacional, hoje ultrapassadas ou inoperantes. Até quando durará essa observação passiva da catástrofe em câmara lenta? Ficar repetindo que “os mercados vão resolver” é domínio de idiotas, e de pessoas com interesses. Frequentemente ambos.